

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Maria Claudia Formigoni

O que é uma criança para a psicanálise?
Considerações sobre a estrutura e o infantil

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo
2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Maria Claudia Formigoni

O que é uma criança para a psicanálise?

Considerações sobre a estrutura e o infantil

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre sob a orientação do Prof. Doutor Raul Albino Pacheco Filho.

SÃO PAULO
2013

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Raul Albino Pacheco Filho, por, dez anos depois do TCC, ter me aceito novamente como sua orientanda e, mais uma vez, contribuído com um passo importante de minha formação.

À Ana Paula L. Giansi e Maria do Carmo Guedes, pela atenção, disposição e pelas importantes considerações feitas no exame de qualificação. Mas, sobretudo, por terem me dado liberdade para seguir construindo a pesquisa.

À Ana Laura Prates Pacheco, cuja transmissão é marca inegável deste trabalho e me acompanha, certamente, muito além dele.

À Beatriz Oliveira, cuja escuta ressoa neste trabalho.

Aos professores e colegas do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Sociedade, pelas discussões, reflexões e risadas. Agradeço especialmente à Renata, Karla, Lilian e Patrícia com quem dividi mais de perto a experiência de escrever uma dissertação.

Aos colegas da Rede de Pesquisa de Infância e Psicanálise, espaço onde a questão que move este trabalho pôde se precipitar.

Ao Caio, pelo companheirismo, incentivo, dedicação e compreensão de sempre, sem os quais teria sido impossível seguir em frente.

Aos meus pais, pelo apoio e por tudo aquilo que me transmitiram.

À Carô e Lila, minhas irmãs, que, cada uma a seu modo, me proporcionaram importantes, e necessários, momentos de descontração.

Às minhas avós que, mesmo sem entenderem nada sobre a pesquisa, sempre perguntavam a respeito e se ofereciam a ajudar no que pudessem.

À amiga Veronique, interlocutora deste trabalho e de muitos outros assuntos, agradeço a ajuda e o incentivo.

Às amigas, Fê Kfourri, Carol Raimondi, Ivy e Lu, que tanto ouviram falar na Dirce e compreenderam minha ausência e distanciamento.

Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa.

Quando eu crescer eu vou ficar criança.

Manoel de Barros

RESUMO

FORMIGONI, M. C. **O que é uma criança para a psicanálise? – Considerações sobre a estrutura e o infantil.** 2013. 119f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

Neste trabalho objetiva-se pesquisar o que é uma criança para a psicanálise. Para tanto, estabelece-se uma diferenciação entre infância, sujeito e infantil. A partir de uma perspectiva histórica, mostra-se que a infância, como concebida hoje, é um advento da Modernidade que deu às crianças um lugar particular e viabilizou o surgimento de diversos discursos sobre a criança e a infância. Destaca-se nesta pesquisa que Freud rompeu com o ideal de candura atribuído às crianças à época, pois revelou a sexualidade infantil. As elaborações freudianas a esse respeito, como o presente trabalho mostra, permitem estabelecer importante distinção entre infância, enquanto etapa da vida, e infantil, concebido como marca intrínseca ao psiquismo humano. Dessa forma, conclui-se que criança não é um conceito psicanalítico ou uma noção com a qual opera a psicanálise. Posto isso, parte-se para abordagem da concepção de sujeito conforme postulada por Lacan até o ano de 1958, a qual permite afirmar que para a psicanálise não se trata de uma criança ou de um adulto, trata-se, sim, do sujeito do inconsciente. Com base nisso, faz-se uma retomada do complexo de Édipo lacaniano, a partir da qual evidencia-se que, do ponto de vista psicanalítico, há, na estrutura, um lugar que a criança, ser assim denominado pela cultura, tem que ocupar, o lugar de falo, e, na fantasia, a marca do que resta desse lugar, o infantil. O que importa à psicanálise, portanto, e se apresenta em uma análise, é justamente o infantil postulado por Freud, isto é, o que resta do lugar de falo que todo sujeito ocupou um dia.

Palavras-chave: criança, infância, infantil, sujeito, S. Freud, J. Lacan.

ABSTRACT

FORMIGONI, M. C. **O que é uma criança para a psicanálise? Considerações sobre a estrutura e o infantil.** 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

The present work aims to research what a child for psychoanalysis is. So forth it is installed a differentiation between childhood, subject and childish. From a historic perspective, it is shown that the childhood, as it is conceived today, is a Modernity institution that gave a particular place to children and made feasible the uprising of so many speeches about child and childhood. It is outstand in the present work that Freud broke with the candor's ideal imputed to the children at that time, once he has revealed the infantile sexuality. Freud's works related to this matter, as the present essay shows, allow establishing an important distinction between childhood, as a life stage, and childish, conceived as an intrinsic sign in human psychism. In this way, it is concluded that child is not a psychoanalyst concept neither a notion with which psychoanalysis operates. Being said that, the present work sets forth the subject's concept approach as postulated by Lacan until 1958, which allows affirming that, for psychoanalysis, it is not about a child or an adult, but about unconscious' subject. Starting from that, it is retaken the lacanian Oedipus' Complex, from which becomes evident that, from the psychoanalysis perspective, there is in the structure a place that the child, as it is denominated by culture, occupies (the phallus) and, in fantasy, the mark of what is left from this place (the childish). What matter to psychoanalysis, therefore, and it is presented in a psychoanalysis process, is specific the childish postulated by Freud, i.e., what remains form the phallus' place that every subject has once occupied.

Key-words: child, childish, childhood, subject, S. Freud, J. Lacan.

LISTA DE FIGURAS E ESQUEMAS

Figura 1 – Série Complementar.....	45
Figura 2 - Esquema do buquê invertido.....	72
Figura 3 – Esquema de dois espelhos.....	73
Figura 4 – Esquema L.....	80
Figura 5 – Fórmula da Metáfora Paterna.....	100
Figura 6 – Esquema R.....	102

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1 – Infância: uma construção histórica.....	16
1.1. Antiguidade: o prenúncio de uma ideia de infância.....	17
1.2. Idade Média: quando a infância não existia.....	18
1.3. Idade Moderna: o aparecimento da infância.....	21
1.4. A infância nos discursos.....	28
1.4.1. A criança no discurso jurídico.....	29
1.4.2. A criança no discurso psiquiátrico.....	31
1.4.3. A criança no discurso sociológico.....	33
Capítulo 2 – Da infância ao infantil.....	36
2.1. As neuroses, as experiências sexuais infantis e o trauma.....	37
2.2. Do trauma à fantasia.....	41
2.3. Os sonhos como realização de um desejo infantil inconsciente.....	46
2.4. A sexualidade infantil.....	47
2.5. <i>O pequeno Hans</i> (1909) e <i>O Homem dos Lobos</i> (1918[1914]).....	56
2.5.1. <i>O pequeno Hans</i> (1909).....	56
2.5.2. <i>O Homem dos Lobos</i> (1918[1914]).....	58
Capítulo 3 – O sujeito para a psicanálise.....	62
Capítulo 4 – A criança na estrutura e o infantil na fantasia.....	84
4.1. O complexo de Édipo em Lacan.....	88
4.2. A fantasia e o infantil.....	103
Considerações finais.....	108
Referências bibliográficas.....	113

Introdução

Afinal, o que é uma criança para a psicanálise lacaniana? A indagação que dá suporte à presente pesquisa foi, sem dúvida, suscitada pelas muitas dificuldades e questionamentos enfrentados na minha prática clínica com crianças. Entretanto, diria que o aspecto que mais motivou o surgimento da pergunta que deu origem a este trabalho foram as discussões ocorridas na Rede de Pesquisa de Psicanálise e Infância das Formações Clínicas do Fórum do Campo Lacaniano - São Paulo¹, da qual participo desde 2006.

Ao longo desses anos na Rede, temos realizado uma extensa revisão teórica em textos, sobretudo de Freud e de Lacan, visando trabalhar questões tidas como centrais quando se trata de articular Psicanálise e Infância. Algumas dessas questões são: desenvolvimento x estrutura, constituição do sujeito e temporalidade lógica, diagnóstico estrutural na infância, construção da fantasia, lugar dos pais na clínica com crianças e generalização da infância na sociedade capitalista.

Muitos questionamentos foram em mim provocados pelas discussões oriundas das leituras feitas e dos temas que as motivaram. Notei, contudo, que minhas indagações, as quais podiam ser resumidas em três: a infância é uma concepção psicanalítica? A ideia de infância que circula socialmente é compartilhada pela psicanálise? Existe psicanálise de criança?, sempre apontavam para um mesmo aspecto: o estatuto da criança e da infância para a psicanálise.

Em função dos debates ocorridos na Rede de Psicanálise e Infância, tornou-se claro para mim que a concepção de infância é exterior à psicanálise. Inclusive, o próprio nome da Rede de Pesquisa, “Psicanálise e Infância”, aponta para isso, pois o uso do “e” indica, ao mesmo tempo, uma conjunção e uma disjunção. É possível falar das articulações entre psicanálise e infância, mas não de uma psicanálise da infância ou da criança, já que infância não é algo intrínseco à psicanálise. A partir disso, uma questão se impôs com maior nitidez: qual é, então, a especificidade do discurso analítico acerca da criança?

Cabe aqui salientar que, no presente trabalho, quando o termo “discurso” for utilizado não será no intuito de fazer referência à forma como é empregado na psicanálise lacaniana, isto é, indicando um laço social que visa tratar, de modo imaginário e simbólico, o gozo fora da linguagem. Nesta pesquisa, optou-se por utilizar o termo “discurso” em um sentido mais próximo ao foucaultiano, como coordenadas que indicam o lugar de determinado objeto. “Discurso”

¹ O Fórum do Campo Lacaniano é uma comunidade orientada de acordo com o ensino de Sigmund Freud e Jacques Lacan que tem como princípio a formação do psicanalista e a transmissão da psicanálise. Um dos espaços de transmissão são as “Formações Clínicas”, da qual, entre outros, faz parte a “Rede de Pesquisa de Psicanálise e Infância”. Essa rede foi fundada em 1999 pela psicanalista Ana Laura Prates Pacheco e, atualmente, é coordenada por ela em parceria com a também psicanalista Beatriz Oliveira.

funcionará, assim, como um operador que viabilizará desenvolver a indagação que move este estudo.

Além disso, o termo “criança” será utilizado para fazer referência a um ser que não se sabe ao certo o que é. Em outras palavras, “criança” remeterá a um desconhecido que os distintos momentos históricos tentam totalizar por meio de suas concepções. Trata-se, portanto, de algo cuja definição depende de um saber articulado a um discurso em determinado momento histórico.

Assim, na tentativa de compreender o que é uma criança para a psicanálise, propõe-se estabelecer uma diferenciação entre infância, infantil e sujeito. Como afirma Sauret (1997, p.10), “essa distinção opera uma triagem entre o que é ou não do âmbito do discurso analítico”, sendo fundamental para circunscrever a ideia de criança no campo da psicanálise lacaniana. A pesquisa será, então, desenvolvida em torno desses três noções. A primeira delas, como veremos, remete à ordem discurso, a saberes historicamente construídos acerca da criança. A segunda e a terceira, por sua vez, são trans-históricas e estão diretamente conectadas à ordem simbólica e estrutural, além de conectarem-se entre si.

Dessa forma, o percurso a ser traçado aqui, isto é, o encaminhamento formal dado ao presente trabalho, que tem como eixo referencial a psicanálise freudiana e lacaniana, pretendeu abarcar a necessidade de estabelecer a distinção entre infância, infantil e sujeito. Além disso, visou oferecer subsídios teóricos e levantar formulações que permitam ir de encontro ao objetivo geral estabelecido: pesquisar o que é a criança para a psicanálise. Os objetivos específicos a partir do problema de pesquisa são:

- Realizar levantamento bibliográfico a respeito da concepção de infância, buscando evidenciar suas modificações e transformações ao longo da História;
- Explorar a noção de infantil apresentada na obra de Freud, visando esclarecer que não é o mesmo que infância;
- Apresentar a concepção de sujeito a partir das construções teóricas de Freud e Lacan, buscando marcar sua distinção em relação à ideia de criança;
- Explorar as noções de infância e infantil a partir da doutrina lacaniana.

Assim, no primeiro capítulo, mostraremos, a partir do discurso histórico, que a criança é uma concepção da Modernidade. Utilizando textos de Philippe Ariès (1973/1981), Neil Postman (1999) e Jacques Donzelot (1977/1980), será traçado um percurso histórico que evidenciará como, de um prenúncio da ideia de infância existente na Antiguidade, e de seu posterior desaparecimento na Idade Média, chegou-se ao descobrimento da infância na Idade Moderna. Serão apresentadas e discutidas características de um cada desses períodos da História no que tange à questão da infância

e à visão que se tinha sobre a criança, a qual era reflexo do campo político-econômico e refletia-se nos campos artístico, educacional e cultural.

Como consequência do “descobrimento da infância”, bem como dos avanços e transformações da noção de infância, houve o surgimento de diversos discursos teórico-sociais acerca da criança e da infância. Um desses discursos foi o da educação, o qual teve dois representantes de grande expressão: John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Locke, com uma visão empirista e protestante, e Rousseau, com uma concepção romântica, marcaram, cada um a sua maneira, a importância de se educar as crianças. Veremos, ao final do primeiro capítulo, que isso influenciou outros discursos acerca da criança. Serão apresentados de forma breve três desses discursos, o jurídico, o psiquiátrico e o sociológico, pois acredita-se que conhecer as concepções de infância que permeiam a sociedade é importante para que se possa questionar se tais ideias são compartilhadas pela psicanálise.

No segundo capítulo, revisitaremos alguns escritos de Freud no intuito de evidenciar como a noção de infantil se introduz e se configura no pensamento freudiano, ressaltando a distinção que se impõe entre infância e infantil. Além disso, mostraremos a ruptura que Freud operou na concepção de infância vigente no século XIX ao revelar a “sexualidade infantil”. Pode-se afirmar que a entrada paradoxal da concepção de infância no âmbito psicanalítico ocorreu quando Freud fez tal revelação. Assim, ao longo do capítulo, mostra-se como, a partir de pesquisas e sistematizações de atendimentos clínicos, Freud pôde postular a “sexualidade infantil” e estabelecer a diferença fundamental entre infância e infantil.

Em seus textos iniciais, aqueles conhecidos como *Primeiras publicações psicanalíticas* (1893-1899), o pai da psicanálise considerava que o trauma remontava a uma experiência de cunho sexual real vivida de forma passiva durante a infância. Essa vivência seria a causa da formação dos sintomas histéricos e obsessivos, dando origem ao que ele chamava de psiconeuroses. Tal elaboração teórica de Freud recebeu o nome de “teoria da sedução”: uma criança, ser inocente e dessexualizado, teria sido abusada por um adulto, desencadeando efeitos patogênicos. Nesse ponto da obra, Freud compartilhava a ideia veiculada socialmente de a criança ser inocente, inclusive em termos sexuais, e concebia a infância como uma etapa do desenvolvimento caracterizada pela imaturidade.

Porém, poucos anos depois de haver estabelecido a “teoria da sedução”, Freud passa a questioná-la. A grande frequência com que as cenas de sedução ocorriam chama sua atenção e ele começa a se dar conta de que haveria outro fator de produção inconsciente que seria responsável pela formação dos sintomas neuróticos. A partir de elementos de sua prática clínica, Freud, então, põe em cheque a factualidade das vivências que desencadeariam o trauma, dá prioridade às fantasias e, conseqüentemente, abandona a “teoria da sedução”. Apesar de manter a concepção de

que as neuroses eram consequência da recordação de um trauma ocorrido na infância, esse trauma ganha outro estatuto: não era mais um evento real, estava sim relacionado às fantasias inconscientes. Desse modo, na formação das psicose, estariam sempre em jogo a realidade psíquica e algo da ordem sexual. Freud passou a questionar qual a origem de tal fator etiológico sexual, o que resultou na descoberta e na teorização acerca da sexualidade infantil, como veremos ao abordar os textos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2006) e *Sobre as teorias sexuais infantis* (1908/2006), bem como o caso clínico conhecido como *O pequeno Hans* (1909).

O abandono da “teoria da sedução”, motivado pela descoberta das fantasias psíquicas e da própria sexualidade infantil, culminou na assunção da “teoria da fantasia”. Houve, dessa forma, passagem do trauma, algo externo ao sujeito, à fantasia, implicando o sujeito. Houve também deslocamento do registro cronológico para o da lógica do inconsciente, marcando uma diferença importante entre infância, como etapa do desenvolvimento, e infantil, concebido como marca inapagável da sexualidade humana e como algo que “ultrapassa a infância” (CIRINO, 2001, p. 56), aspecto bastante evidente, como mostraremos, no caso conhecido como *O Homem dos Lobos* (1918[1914]). Assim, ao substituir a “teoria da sedução” pela “teoria da fantasia”, Freud desloca-se da infância ao infantil, sendo esse o operador da psicanálise a partir de então.

Após termos traçado, no segundo capítulo, esse percurso freudiano, seremos conduzidos à abordagem da concepção de sujeito na psicanálise. No terceiro capítulo será, então, apresentada e discutida tal noção que, apesar não ter sido nomeada explicitamente na obra a freudiana, já a integrava. A dimensão da subjetividade é essencial em Freud, mas o termo sujeito não faz parte de seu vocabulário. Trata-se de algo específico do ensino de Lacan, e é a partir desse referencial que o abordaremos. Pretende-se, assim, distinguir sujeito de criança “para conseguir dar uma definição satisfatória da criança a partir de coordenadas estruturais” (VALAS, 1991, p. 141).

No início do capítulo 3, mostrar-se-á como a questão do sujeito pode ser lida nas entrelinhas da obra freudiana. Posteriormente, parte-se para a fundamentação teórica da concepção de sujeito em Lacan, a qual, como veremos, já se fazia notar desde os primeiros escritos lacanianos, na sua fase não propriamente psicanalítica. Seguindo cronologicamente alguns textos de Lacan, constatamos que a questão do sujeito é inicialmente elaborada em sua via imaginária, tendo por base a experiência do estágio do espelho, na qual um Eu se forma. A partir do viés estruturalista que a obra lacaniana ganha nos anos 1950, há uma mudança nesse sentido. Evidencia-se que o sujeito é causado por uma Outra ordem, a ordem simbólica.

Como não é possível percorrer a noção de sujeito ao longo de toda a obra lacaniana devido a sua extensão, traçaremos um percurso até os textos de 1958. É nesse contexto que Lacan desenvolve suas primeiras formulações sobre o sujeito do inconsciente e critica o desenvolvimento biologicista que dominava a psicanálise. A fim de trabalhar a concepção de sujeito do

inconsciente com a qual lidam os psicanalistas recorreremos, além dos textos do próprio Lacan, a autores como Ogilvie (2010), Cabas (2009) e Fink (1995/1998).

Após concluirmos que o sujeito do inconsciente não é uma criança ou um adulto, e sim aquele ao qual se atribui uma pergunta a respeito do lugar que ocupa na ordem simbólica, abordaremos, no quarto capítulo, as formulações lacanianas acerca do simbólico e também do complexo de Édipo. Tomando por base a delimitação temporal estabelecida no capítulo 3, relativa à parte da obra lacanianiana que será abordada, nos deteremos no último capítulo mais especificamente à década de 1950, quando Lacan constrói suas elaborações acerca do registro simbólico e propõe uma releitura do Édipo freudiano, considerando que “a teoria edípica do pai da psicanálise pode e deve ser superada” (ZAFIROPOULOS, 2003/2006, p. 140, tradução nossa).

Assim sendo, no quarto capítulo, a partir da consideração de que a falta é estrutural e, portanto, inerente ao simbólico, abordaremos a importância do falo enquanto objeto do desejo humano e ordenador das relações do sujeito. Veremos que para que o falo aceda à posição de significante privilegiado da ordem simbólica é preciso que haja intervenção do Outro, a qual se dá via incidência da Metáfora Paterna. Nesse sentido, com o auxílio de trabalhos de Brousse (1997), Faria (2003), Hartmann (1993) e dos Seminários 4 (1956-1957) e 5 (1957-1958) de Lacan, trabalharemos o complexo de Édipo em seus três tempos, buscando destacar a posição da criança nesse percurso.

De um total assujeitamento ao Outro, característica do primeiro tempo do Édipo, a criança, se assim o consentir, passa a estabelecer uma nova relação com o falo. Esse deixa de ser o objeto que ela encarnava e torna-se um significante. Contudo, conforme mostraremos no capítulo, ter sido o falo deixa marcas inapagáveis no psiquismo, as quais têm estreita ligação com o infantil postulado por Freud. A partir disso, tomando como referência textos de autores que têm por base a psicanálise lacanianiana, entre eles Laurent (1991/1994), Prates (2006) e Sauret (1997), mostraremos a importância da fantasia fundamental no que se refere ao próprio infantil e à estruturação do sujeito. Dessa forma, objetiva-se fornecer mais elementos e diretrizes para que se possa circunscrever o que é próprio do discurso da psicanálise lacanianiana acerca da criança.

Por fim, conforme afirma Pacheco Filho (2000, p. 263), quando se faz pesquisa em psicanálise “deve-se renunciar à pretensão de perfeição ou veracidade do conhecimento (...) Freud assumia, com perfeita explicitação, a sua consciência de que as proposições psicanalíticas não poderiam assumir o estatuto de verdades imutáveis”. O autor cita Freud, que afirma que as proposições psicanalíticas são

como aproximações, [têm] o mesmo valor dos andaimes intelectuais correspondentes encontrados em outras ciências naturais e esperamos que sejam modificados, corrigidos e mais precisamente determinados à medida que uma

maior experiência for acumulada e filtrada (FREUD, 1938, apud PACHECO FILHO, 2000, p. 263)

Nesse sentido, tomar a psicanálise como referencial teórico-metodológico implica que não se pretende formular um saber pleno, completo, sobre o assunto em questão. Espera-se, assim, que a presente pesquisa possa propiciar outros desdobramentos e que as reflexões que daí surjam permitam (re)pensar as relações entre Infância e Psicanálise.

Capítulo 1 - Infância: uma construção histórica

Neil Postman (1999), teórico norte americano, inicia seu livro *O desaparecimento da infância* com a seguinte frase:

Do ponto de vista biológico é inconcebível que uma cultura esqueça a sua necessidade de se reproduzir. Mas uma cultura pode existir sem uma ideia social de infância. Passado o primeiro ano de vida, a infância é um artefato social, não uma categoria biológica. Nossos genes não contêm instruções claras sobre quem é e quem não é criança, as leis de sobrevivência não exigem que se faça distinção entre o mundo do adulto e da criança (POSTMAN, 1999, p. 11).

Afirmar que a infância é um artefato social e que uma sociedade pode existir sem a ideia de infância rompe com uma das concepções mais comuns que circulam socialmente na contemporaneidade: a de que a infância é uma etapa natural da vida, biologicamente situável, na qual o ser humano ainda não está pronto e que, por isso, é determinante na vida de cada um.

Tal rompimento em relação àquilo que circula no senso comum quando se trata da infância foi provocado originalmente por Philippe Ariès. O historiador francês, conhecido por ser um dos representantes da chamada história das mentalidades², publicou, sob o título *História social da criança e da família* (1973/1981), um livro que promoveu uma desconstrução ao demonstrar como a definição de criança foi sendo construída de acordo com determinados parâmetros sociais, ideológicos e econômicos. Neste capítulo, é a partir dessa concepção de que a infância é um fato social que nos situaremos.

Segundo Ariès (1973/1981), a “descoberta da infância” e a valorização da criança são consequências da passagem da vida comunitária, típica do feudalismo, para a vida em espaço privado, característica da sociedade burguesa. Conforme indica o historiador, esse processo de “descoberta da infância” foi longo, tendo início, de fato, no século XIII e estendendo-se pelos séculos XV e XVI. Antes disso, na Idade Média, a infância não existia.

No presente capítulo, pretende-se dar assunção a essa construção histórica que foi a “descoberta da infância”. Para tanto, serão levantadas e discutidas as condições e características de cada época que a viabilizaram, sem, contudo, esgotá-las. Será feito um breve percurso histórico a fim de evidenciar como de um prenúncio da ideia de infância existente na Antiguidade, e de seu

² A história das mentalidades rompe com a leitura política dos acontecimentos, organizações e ideias. Trata-se de uma modalidade historiográfica que se dedica aos modos de pensar e sentir dos homens de uma mesma época. A história das mentalidades “mostra a existência de um regime de transformação própria do sentimento, dos costumes, da organização do cotidiano” (DONZELOT, 1977/1980, p. 11).

posterior desaparecimento na Idade Média, chegou-se ao descobrimento da infância na Idade Moderna. Nessa época, a infância surgiu de forma bastante demarcada e foi valorizada de modo nunca antes existente.

1.1. Antiguidade: o prenúncio de uma ideia de infância

Na Grécia e Roma Antigas, apesar de a infância não receber tanta importância enquanto categoria etária especial, valorizava-se muito a preparação da criança para a vida adulta. Por meio da educação, tinha-se como objetivo construir o homem como homem e como cidadão, ideal que ficou conhecido como Paideia. Platão³ define esse ideal da seguinte forma: "(...) a essência de toda a verdadeira educação ou Paideia é a que dá ao homem o desejo e a ânsia de se tornar um cidadão perfeito e o ensina a mandar e a obedecer, tendo a justiça como fundamento" (PLATÃO, apud JAEGER, 1995, p. 147).

Nesse processo de educação, a criança deveria ser guiada por um adulto, já que era considerada incapaz e inoperante, além de não ser vista como um indivíduo. A criança só recebia esse status na idade adulta, quando deixava de ser posse de um adulto e estava moralmente pronta. Durante os primeiros sete anos de vida, a educação da criança estava a cargo da família.

No que se refere especificamente à Grécia, a família era o primeiro espaço de socialização da criança, no qual se encontravam as bases de sua identidade física, cultural e moral. O pai era o tutor legal das crianças, as quais estavam sob sua autoridade e podiam ser reconhecidas ou abandonadas por ele. Após os sete anos, os meninos passavam a receber educação fora de casa. As meninas, por sua vez, geralmente permaneciam em casa sob os cuidados da mãe, que as ensinaria a ser boas esposas.

Tanto em Esparta quanto em Atenas dava-se importância à educação, mas de modo distinto. Em Esparta, devido à importância dada às guerras, valorizava-se mais a educação física e militar. Por volta dos sete anos, os meninos eram levados a uma espécie de escola onde realizavam atividades físicas e, quando um pouco mais velhos, aprendiam a utilizar armas de guerra. Esses jovens tinham que aprender a respeitar ordens superiores e a falar apenas o necessário. Já em Atenas surgiu o ideal da formação completa do homem, valorizando-se o bom preparo físico,

³ As ideias de Platão influenciaram a educação na Antiguidade, especialmente na Grécia. Segundo Jaeger (1995, p. 348), "os sofistas eram considerados os fundadores da ciência da educação. Com efeito, estabeleceram os fundamentos da pedagogia". No que se refere especificamente a Platão, o autor afirma que as ideias do filósofo são as bases tanto filosóficas quanto eugenésicas para a procriação de uma infância sadia, período que era considerado decisivo da educação moral.

psicológico e intelectual. Os meninos, aproximadamente aos sete anos, passavam a receber orientações de um pedagogo. Na escola, estudavam filosofia, música e artes plásticas, além de praticarem atividades físicas.

Quanto à civilização romana, sabe-se que a educação foi fortemente influenciada por ideias gregas, graças à tomada da Grécia por Roma em 456 a.C.. Na ocasião, muitos gregos deram apoio à educação dos jovens romanos, contribuindo, inclusive, para o desenvolvimento de escolas. Sob influência então de ideias gregas, a educação em Roma passou a ter finalidade prática, familiar e civil. Voltada exclusivamente para os meninos, seu objetivo era a formação dos cidadãos romanos, superiores aos outros povos pela consciência do direito como fundamento da própria cidadania. Os civis romanos eram formados principalmente em família pelo papel central do pai, mas também da mãe, menos submissa e marginal na vida familiar em comparação com a Grécia, embora não participasse da vida pública. Às mães romanas cabia controlar a educação dos filhos e confiá-los a mestres e pedagogos. Elas aprendiam isso desde pequenas, quando eram preparadas para seu papel de esposas e mães.

A importância dada à educação pelos romanos favoreceu o surgimento de um período de vida no qual era necessário receber maiores atenção e cuidado, a fim de garantir a formação de bons cidadãos. Pode-se afirmar assim que a concepção de infância desenvolvida pelos romanos superou a noção grega, já que se delimita com maior clareza uma etapa de preparação para a vida adulta. A arte romana, por exemplo, revela atenção à criança pequena e em desenvolvimento.

Segundo Postman (1999), a preocupação com a educação existente na Antiguidade permite concluir que os gregos e romanos deram um prenúncio da ideia de infância. Não se pode dizer, contudo, que a criança como a concebemos hoje já existia. Considerava-se a criança um ser inferior, incompleto, representando a ausência da razão e da compreensão, devendo, por isso, submeter-se aos adultos, que a moldariam para o que deveria ser: um cidadão. Dessa forma, a infância era apenas uma rápida fase de transição para a idade adulta e conseqüente ascensão ao status de cidadão. A infância, porém, desapareceu no período seguinte à Antiguidade.

1.2. Idade Média: quando a infância não existia

Tem-se por definição que a Idade Média é um período da história da Europa compreendido entre os séculos V e XV. No mundo dessa época, até por volta do século XII, não se dava lugar particular à criança e tampouco à infância. “A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII” (ARIÈS, 1973/1981, p. 65).

O desaparecimento da infância na Idade Média é geralmente atribuído à queda do Império Romano, ao fim da cultura clássica e ao ingresso da Europa na chamada Idade das Trevas. Na sociedade medieval, não existia, então, o “sentimento da infância”, expressão usada por Ariès para designar o reconhecimento da particularidade infantil, a qual distingue essencialmente a criança do adulto. Por isso, assim que a criança tinha capacidade de viver sem a solicitude de sua mãe ou de sua ama, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais deles. A infância era, dessa forma, considerada um período de transição rapidamente ultrapassado, além de estar relacionada à dependência e à fragilidade, não a aspectos biológicos.

Características e hábitos da época certamente contribuíam para que não houvesse uma consciência ampla e generalizada a respeito das especificidades da infância. Dentre elas, pode-se citar a forma como as “idades da vida” eram estabelecidas. Para o homem medieval, as fases da vida eram bem demarcadas e não correspondiam a etapas biológicas, mas sim a funções sociais ou à fixidez dos ciclos da natureza (movimento e número dos planetas ou ciclo vegetativo das estações do ano, por exemplo). Essa era a forma como se dava a periodização da vida: “Para o homem de outrora (...) a vida era a continuidade inevitável, cíclica, (...) inscrita na ordem geral e abstrata das coisas, mais do que na experiência geral, pois poucos homens tinham o privilégio de percorrer todas essas idades naquelas épocas de grande mortalidade” (ARIÈS, 1973/1981, p. 39).

A elevada mortalidade de crianças na Idade Média, aliás, é outro aspecto que segundo Ariès (1973/981) teria contribuído para a inexistência do “sentimento da infância”. As condições demográficas da época, isto é, as precárias condições de saúde e higiene favoreciam a morte de inúmeras crianças, bem como a indiferença em relação a elas.

O sentimento de que se faziam várias crianças para conservar apenas algumas era e durante muito tempo permaneceu muito forte. (...) As pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual. (...) Não se pensava, como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem. Elas morriam em grande número. (...) Essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época (Ibid., p. 56-57).

Postman (1999), entretanto, julga ser um erro considerar a elevada taxa de mortalidade infantil como um dos fatores responsáveis pela ideia de infância não existir na Idade Média. Ele atribui a inexistência da criança ao desaparecimento da capacidade de leitura e escrita, ao desaparecimento da necessidade de educação e também ao desaparecimento da vergonha, já que não havia espaços privados. Onde praticamente não há segredos e tampouco a necessidade de a cultura ministrar instrução sobre como entendê-la, não há porque criar uma separação exata entre os que sabem e os que não sabem, entre os que podem e os que não podem. “O estilo de vida mais

próximo às condições *naturais*, bem como o privilégio da comunicação oral acessível a todas as idades, torna desnecessária a distinção entre adultos e crianças” (PRATES, 2006, p. 31, itálico da autora).

A indiferença em relação às características próprias da infância, presente durante quase toda a época medieval, fazia-se evidente em diversos aspectos. Adultos e crianças usavam, por exemplo, as mesmas roupas, as quais só permitiam diferenciar a classe social de quem as vestia. Não havia também separação rigorosa entre as brincadeiras, jogos e festas de adultos e crianças, todos eram comuns a ambos. Quanto à escola, a qual era destinada aos clérigos, dividia-se os alunos de acordo com sua iniciação, e não com a faixa etária. Portanto, pessoas de diferentes idades frequentavam o mesmo espaço escolar.

No que se refere à questão do espaço, é válido retomar a ideia brevemente citada de que não havia espaços privados. A noção de privacidade na Idade Média em nada lembra a de hoje em dia. Para as pessoas daquela época era comum compartilhar odores corporais e funções orgânicas, os quais não causavam nojo e tampouco eram motivo de vergonha. Isso remete diretamente à questão da sexualidade. Não existia, no mundo medieval, a preocupação de proteger as crianças dos impulsos e segredos sexuais dos adultos. Como observa Ariès (1973/1981, p. 128), “a prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum”, além de o “hábito de brincar com o sexo das crianças pertencer a uma tradição muito difundida” (Ibid., p. 129).

A arte medieval também é um retrato da falta de sentimento específico em relação à infância. Até o final do século XII e começo do século XIII, não existiam crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens em tamanho reduzido. Em diversas pinturas, o menino Jesus, por exemplo, no colo da virgem, aparenta um adulto em miniatura. Isso não revela a incompetência dos artistas ou sua falta de habilidade para retratar as particularidades de adultos e crianças, e sim que essas particularidades não existiam porque a infância, como vimos, era insignificante.

No final do século XIII e começo do XIV passaram a ser retratadas algumas crianças um pouco mais próximas do sentimento contemporâneo. Surgiram, segundo Ariès (1973/1981), três tipos de crianças. O primeiro deles era o anjo representado sob aparência de um rapaz muito jovem, porém maior que uma criança, com traços redondos e graciosos, conhecido como “pequeno clérigo”. Tratava-se das crianças que eram educadas para ajudar na missa e para serem futuros clérigos. Surgiu também o modelo e o ancestral de todas as crianças pequenas, o menino Jesus, retratado ainda, porém, como uma redução do adulto. Por fim, tem-se o terceiro tipo, a criança nua. A alegoria da morte e da alma introduziu no mundo das formas a imagem da nudez infantil. Na arte

medieval francesa, por exemplo, a alma era representada por uma criancinha nua e, em geral, assexuada.

Essa mudança na iconografia evidencia que a atitude em relação à infância já não era de total indiferença ao final da Idade Média, em outras palavras, o “sentimento da infância” estava surgindo. “O tema da infância sagrada, a partir do século XIV, não deixaria mais de se ampliar e de se diversificar: sua fortuna e sua fecundidade são um testemunho do progresso na consciência coletiva desse sentimento da infância, que apenas um observador atento poderia isolar no século XIII, e que não existia de todo no século XI” (ARIÈS, 1973/1981, p. 54).

1.3. Idade Moderna: o aparecimento da infância

A Idade Moderna é considerada um período de transição entre o modo de produção feudal e o capitalista, por isso foi uma época marcada por muitas transformações. De uma sociedade agrária, comunitária, em que não havia mobilidade social (ou se era servo ou se era senhor) e, assim, cada criança ocupava um lugar socialmente bem definido, passou-se a uma sociedade urbana, comercial, comandada pelos ideais burgueses e na qual os valores individuais adquiriram muita importância. “O indivíduo, com sua liberdade, direitos e deveres, passa a ocupar o centro da cena, despertando interesse por tudo que se relaciona com ele: sua saúde, capacidade de trabalho, sua moral, seu desenvolvimento e, conseqüentemente, sua infância” (CIRINO, 2001, p. 21-22).

Mesmo com as condições demográficas ainda pouco favoráveis, o sentimento em relação à criança se transformou. Ela passou a ser considerada um indivíduo com personalidade própria e pensada como o “homem de amanhã”, sendo objeto de grande preocupação moral, de teorização e de práticas educacionais, científicas e higiênicas. À criança foi imposta uma disciplina bastante rigorosa, pois, a partir do momento em que se aceitou que ela não podia compartilhar a linguagem, o aprendizado, a vida social, os gostos e as atividades dos adultos, passou-se a prepará-la para o mundo adulto. Isso refletiu tanto na vida familiar quanto educacional das crianças, como veremos mais adiante.

A iconografia da época é um dos aspectos que revela o amplo movimento de interesse pela infância. Das imagens religiosas da infância, destacam-se, nos séculos XV e XVI, as cenas de gênero, as quais, de modo sóbrio e realista, retratam cenas rotineiras e temas da vida cotidiana. A criança tornou-se um dos personagens mais frequentes desses retratos sociais, mesmo que não fossem consagrados à descrição exclusiva da infância. Era comum retratar a criança com sua família ou com seus companheiros de jogos, na escola, na multidão, no colo da mãe ou ainda no

meio do povo. É interessante notar que a vida dela continuava bastante misturada com a dos adultos, mas os artistas se compraziam em destacar a presença da criança dentro do grupo ou da multidão. Somente a partir do século XVII, a criança passou a ser representada sozinha. Cada família queria agora possuir retratos de seus filhos, mesmo quando ainda crianças, costume que nunca mais desapareceu. Atualmente, a fotografia substituiu a pintura, mas o sentimento não mudou.

Entretanto, são o aparecimento de nomes de crianças nas efígies funerárias e também do retrato da criança morta os aspectos que indicam claramente a mudança de sentimento em relação à infância. Isso ocorreu no século XVI e, dentre outros motivos, pode ser atribuído à progressiva redução da mortalidade infantil, o que teria possibilitado que as crianças saíssem do anonimato e, conseqüentemente, viabilizado maior apego dos adultos em relação a elas. “O retrato da criança morta, particularmente, prova que essa criança não era mais tão geralmente considerada como uma perda inevitável” (ARIÈS, 1973/1981, p. 58).

Foi a partir do século XVII, contudo, que a criança começou a ser designada de modo mais preciso. A nobreza e a burguesia da época sentiram necessidade de separar crianças e adultos de forma visível, o que foi feito, sobretudo, por meio da adoção de trajes distintos para adultos e crianças. A especialização de brinquedos e jogos infantis também foi uma forma de marcar a particularidade infantil. Essa especialização refletia uma preocupação de preservar a moralidade das crianças e também de educá-las, proibindo-lhes os jogos então classificados como maus e recomendando-lhes os ditos bons.

Nessa época, a família também assumiu um novo lugar graças à valorização da vida privada e da intimidade doméstica. O núcleo familiar ganhou importância nunca vista antes na História e, conforme assinala Ariès (1973/1981), é significativo que concomitantemente haja ocorrido importantes mudanças na atitude da família com a criança, refletindo no aumento da sensibilização familiar frente aos pequenos. O que o autor denomina “primeiro sentimento da infância”, caracterizado pela “paparicação”, é então contemporâneo à valorização do meio familiar e surgiu nele.

Haveria ainda surgido nessa época um “segundo sentimento da infância”, o qual “proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei (...) e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes” (Ibid., p. 163). Esses educadores e moralistas da Idade Moderna demonstravam interesse psicológico e preocupação moral em relação às crianças. Para eles, elas eram criaturas frágeis, inocentes, que ainda não estavam maduras para a vida e, portanto, necessitavam ser preservadas e disciplinadas a fim de se tornarem homens racionais e cristãos.

A família burguesa assimilou tais valores e passou a investir na educação de suas crianças, aspecto que refletiu nas instituições escolares. Essas deixaram de ser exclusivas à formação dos clérigos, tornando-se elementos normais da educação de crianças e jovens, de sua iniciação social e da passagem da infância para a vida adulta.

Para Ariès (1973/1981), a família e a escola retiraram juntas as crianças da sociedade dos adultos. A valorização do núcleo familiar e da educação, consequência das mudanças ocorridas na vida do homem moderno, foi responsável pela “descoberta da infância”. No entanto, como nos lembra Prates (2006), considerar a redução da mortalidade infantil como uma das principais causas desse processo tem sido alvo de diversas críticas. Pesquisas mais recentes têm, segundo a autora, demonstrado que essa diminuição não se verificou de modo uniforme, sobretudo nas classes sociais mais baixas. Há ainda autores⁴ que propõem que a importância dada à mortalidade já seria consequência de uma nova visão sobre a infância, e não o contrário, como entende Ariès (1973/1981).

Postman (1999) atribui, por sua vez, o surgimento da infância à invenção da prensa tipográfica. Apesar de ser uma tese um pouco controversa, para o autor a prensa viabilizou o reaparecimento da sociedade alfabetizada e de um novo ambiente simbólico. Assim, uma nova concepção de idade adulta passou a ser exigida. Eram adultos aqueles que sabiam ler e que, conseqüentemente, tinham acesso a uma série de segredos codificados em símbolos que se deveria aprender a decifrar. Em um mundo letrado, as crianças precisam transformar-se em adultos, já que se formou uma nítida divisão entre os que sabiam e os que não sabiam ler, estabelecendo-se a chamada “lacuna do conhecimento”.

No mundo medieval nem os jovens nem os velhos sabiam ler (...) É por isso que não havia a necessidade da ideia de infância, por que todos compartilhavam o mesmo ambiente informacional e, portanto, viviam no mesmo mundo social e intelectual. Mas quando a prensa tipográfica fez sua jogada, tornou-se evidente que uma nova espécie de idade adulta tinha sido inventada. A partir daí a idade adulta tinha de ser conquistada. Tornou-se uma realização simbólica, e não biológica. (...) os jovens teriam de se tornar adultos e, para isso, teriam de aprender a ler, entrar no mundo da tipografia. E para realizar isso precisariam de educação. Portanto, a civilização europeia reinventou as escolas. E, ao fazê-lo, transformou a infância numa necessidade (POSTMAN, 1999, p. 50).

Na parte final da citação de Postman (1999), quando se refere à educação, vemos que neste ponto ele e Ariès (1973/1981) coincidem: a descoberta da infância tornou a educação uma necessidade imperiosa. Os autores também compartilham a mesma opinião no que se refere à família. Postman (1999), assim como Ariès (1973/1981), afirma que o modelo da família moderna

⁴ Prates (2006) cita o trabalho *Political Anatomy of the Body* (1983), de David Armstrong.

tomou forma quando a infância também tomou. Ademais, a exigência social de que as crianças fossem formalmente educadas causou uma reformulação do relacionamento dos pais com os filhos, já que os primeiros tornaram-se tutores, protetores, mantenedores e punidores do interesse e da integridade.

Pais e professores passaram a impor uma disciplina bastante rigorosa às crianças. Exigia-se inclusive um controle das suas inclinações naturais, pois essas eram vistas como um impedimento à aprendizagem e à boa moral. Assim, “a capacidade de controlar e superar a própria natureza tornou-se uma das características definidoras da idade adulta e, portanto, uma das finalidades essenciais da educação” (POSTMAN, 1999, p. 61). Inúmeras crianças foram, dessa forma, submetidas a uma educação para torná-las adultos convenientes, ou seja, capazes de controlar seus corpos e sua subjetividade.

Neste ponto é válido retomar a ideia de Postman (1999) sobre a vergonha ser um aspecto crucial na evolução da noção de infância. Quando a necessidade de auto-controle se impôs à vida instintual, afirma o autor que um sentimento de vergonha apurado tornou-se necessário, pois é por meio desse mecanismo que o controle seria exercido. Além disso, esse controle refletiu-se nas práticas e costumes sexuais, já que com o aumento da distância entre crianças e adultos o esclarecimento sexual torna-se um problema e, até mesmo, um segredo. Os assuntos cotidianos, as brincadeiras e os gestos com os quais os jovens da Idade Média estiveram familiarizados passaram a ser considerados indecentes e, portanto, segredos do mundo dos adultos. “O conhecimento desses segredos culturais passou a ser uma das características distintivas da idade adulta (...). À medida que as crianças avançavam para a idade adulta nós lhe revelávamos esses segredos por etapas, culminando no ‘esclarecimento sexual’” (Ibid., p. 63).

Os moralistas e educadores queriam, por um lado, isolar a criança para preservá-la daquilo julgado indecente e ameaçador a sua inocência e fraqueza. Por outro lado, visava-se fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão. Foi sob a influência desse novo clima moral que se estabeleceram as bases da educação infantil e surgiram livros voltados às crianças e também à pedagogia, o que, de acordo com Prates (2006), favoreceu a criação de uma área própria da medicina que possuirá um saber sobre a criança: a pediatria. Com isso, a preocupação com a saúde física e com a higiene das crianças tornou-se uma preocupação também familiar, bem como de saúde pública.

A partir do século XVIII, sobretudo, a sociedade ocidental moderna viu proliferar uma série de técnicas políticas que investiam sobre a saúde, o corpo, a alimentação, a moradia, a educação e as condições de vida. O espaço completo da existência dos indivíduos sofria ação dessas práticas chamadas “polícia”, as quais englobam “todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação” (DONZELOT, 1977/1980, p. 12). O objetivo da “polícia”,

claramente um mecanismo de poder e controle, era regular tudo aquilo relativo ao estado presente da sociedade, consolidando-a e melhorando-a, a fim de garantir a felicidade de seus membros e também do Estado.

A infância não ficou de fora do “policiamento”. Justamente por ter passado a ser mais valorizada na época e por ser considerada uma etapa importante na formação do futuro adulto, a infância, ou melhor, a conservação das crianças ganhou destaque. De acordo com Donzelot (1977/1980), a partir de meados do século XVIII, floresceu uma vasta literatura sobre o tema da conservação das crianças. Nesses livros colocavam-se em questão os costumes educativos do século no que se referia à prática de instituições para menores, à criação dos filhos por amas-de-leite e à educação das crianças ricas destinada aos cuidados de terceiros. Essas três técnicas levariam tanto ao empobrecimento da nação quanto ao enfraquecimento de sua elite e, por isso, fazia-se necessário evitá-las. Dessa forma,

conservar as crianças significará por fim aos malefícios da criadagem, promover novas condições de educação que, por um lado, possam fazer frente à nocividade de seus efeitos sobre as crianças que lhes são confiadas e, por outro lado, fazer com que todos os indivíduos que têm tendência a entregar seus filhos à solicitude do Estado ou à indústria mortífera das nutrizas voltem a educá-los (DONZELOT, 1977/1980, p. 21).

Para tanto, buscaram-se maneiras de continuar valorizando a importância do núcleo familiar e de aproximar mais pais e filhos. Isso, novamente, se deu por meio da vigilância e dos cuidados com a educação das crianças, tanto da educação escolar quanto dos corpos, o que refletiu no aumento das práticas de higiene e cuidados com a saúde. Entretanto, esses comportamentos educativos, como afirma Donzelot (1977/1980), organizaram-se de duas maneiras distintas, para ricos e para pobres, cada uma com uma estratégia própria.

O primeiro tem por eixo a difusão da medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sob a vigilância dos pais. O segundo poderia agrupar, sob a etiqueta de ‘economia social’, todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos, em suma, o que se convencionou a chamar de filantropia (Ibid., p. 21- 22).

Essas diferentes formas da promoção da preocupação educacional e seus distintos efeitos políticos evidenciam-se, sobretudo, nos papéis das mulheres e na posição das crianças. Nas famílias

burguesas, as mulheres tornaram-se aliadas dos médicos, sendo promovidas como mães e como propagadoras de normas educacionais e assistenciais. Essa nova função não se limitava ao ambiente doméstico, as mulheres burguesas passaram a ser suporte de uma transmissão cultural em âmbito social. As mulheres do povo, por sua vez, deveriam velar por um retraimento social de seu marido e de seus filhos, mantendo-os afastados das tentações exteriores. Quanto à infância, os efeitos da polarização dos comportamentos educativos entre burguesia e povo foram, respectivamente, a “liberação protegida” e a “liberdade vigiada”, assim explicadas:

Em torno da criança, a família burguesa traça um cordão sanitário que delimita seu campo de desenvolvimento: no interior desse perímetro o desenvolvimento de seu corpo e de seu espírito será encorajado por todas as contribuições da psicopedagogia postas a seu serviço e controlado por uma vigilância discreta. No outro caso, (...) o que constitui problema, no que lhe diz respeito, não é tanto o peso das pressões caducas, mas sim o excesso de liberdade, o abandono nas ruas, e as técnicas instauradas consistem em limitar essa liberdade, dirigir a criança para espaços de maior vigilância, a escola ou a habitação familiar (DONZELOT, 1977/1980, p. 48).

Percebe-se, assim, que, no século XVIII, o governo intervinha excessivamente na vida familiar. O bem-estar das crianças havia se tornado um assunto de interesse governamental e, por isso, forçava-se que as famílias de todas as classes sociais assumissem, em parceria com o governo, a responsabilidade pela educação das crianças. Educá-las era um imperativo.

Postman (1999) explica que o espírito europeu de erudição e reforma seria uma das razões para que o governo tivesse assumido tal responsabilidade. O movimento cultural, político e intelectual que tomou conta do século XVIII, o Iluminismo, contribuiu para difundir a ideia de infância. Assim sendo, filósofos iluministas exerceram forte influência na expansão de tal ideia. Dentre eles, pode-se destacar Locke (1632-1704) e Rousseau (1712-1778) como representantes de duas concepções distintas a respeito da criança e da educação.

John Locke, filósofo inglês, exerceu grande influência na expansão da concepção de infância graças a seu livro *Pensamentos sobre Educação*, de 1693. Ele propunha um modo de educação em que a criança fosse tratada como um recurso valioso e que se assegurasse seu desenvolvimento intelectual, sua capacidade de raciocínio e de autocontrole. O bom desenvolvimento físico também deveria ser garantido, pois, para Locke, um corpo são e vigoroso responderia melhor aos comandos da mente. Além disso, o filósofo concebia a vergonha como um importante meio de manter a distinção entre adultos e crianças. Na visão lockiana, “a criança era uma pessoa amorfa que, por meio da alfabetização, da educação, da razão, do autocontrole e da vergonha podia tornar-se um adulto civilizado” (POSTMAN, 1999, p. 73).

A ideia mais difundida de Locke, entretanto, é a metáfora da “tabula rasa”. Para ele, a criança é como uma folha de papel em branco, isto é, as pessoas nascem sem impressão e conhecimento alguns. Dessa forma, todo o processo do saber, do agir e do conhecer seria aprendido pela experiência, por meio de sucessivas tentativas e erros. Por causa disso, pais e mestres teriam uma grande responsabilidade em relação àquilo que seria inscrito na mente das crianças. “Uma criança ignorante, despida de vergonha, indisciplinada, representava o fracasso dos adultos, e não da criança” (POSTMAN, 1999, p. 71).

Essa concepção de infância e de educação foi confrontada por Rousseau. Ele apontava para um desconhecimento sobre a infância e propunha-se a elucidá-la, levando em consideração aquilo que a criança é e o que pode aprender de acordo com os modos de ver, pensar e sentir que lhes são próprios: “Não se conhece a infância; no caminho das falsas ideias que se têm, quanto mais se anda, mais se fica perdido. Os mais sábios prendem-se ao que aos homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender. Procuram sempre o homem na criança; sem pensar no que ela é antes de ser homem” (ROUSSEAU, 1762/1999, p. 4).

Rousseau considera a criança importante em si mesma e a infância, tão perfeita e relevante quanto a idade adulta. Para ele, “cada idade, cada estado da vida tem sua perfeição conveniente, o tipo de maturidade que lhe é própria. Ouvimos falar muitas vezes de um homem feito, mas consideremos uma criança feita: o espetáculo será mais novo para nós, e talvez não venha a ser menos agradável” (Ibid., p. 192).

A infância é entendida por Rousseau como o momento em que o homem mais se aproxima do “estado da natureza”. Ele considera que a criança possui aptidões inatas para sinceridade, candura e espontaneidade, além de dar importância a sua vida emocional e intelectual, as quais são marcadas por pureza. Nessa visão, o adulto seria deformado pela civilização e seus problemas, corrompendo a boa natureza infantil. O mal recai então sobre a sociedade: “não há perversidade original no coração humano. Não se encontra nele um só vício de que não possamos dizer como e por onde entrou” (Ibid., p. 90). A natureza humana é, portanto, para Rousseau, boa, maleável e passível de transformações.

Por isso, o filósofo criticava a maneira rígida e artificial de educar as crianças, a qual visava simplesmente adaptá-las aos costumes ditos civilizados. Para ele, “a criança pode ser educada e não apenas instruída” (CIRINO, 2001, p. 26). Não se trataria de discipliná-la, e sim de deixá-la seguir seu crescimento natural, tal qual uma planta que melhora com o cultivo. O processo educacional constituiria-se num respeito às leis naturais, objetivando alcançar duas metas: o desenvolvimento das potencialidades da criança e seu afastamento dos males sociais. Deve-se evitar que a criança se torne má, produzindo um adulto que seja bom para ele mesmo e para os demais. Assim, “a educação dada à criança reveste-se da maior importância, pois caberá a ela, por assim dizer, levar o

‘natural’ ao social (...) caberá ao ‘sujeito educado’ retornar à sociedade para melhorá-la” (FERRETTI, 2004, p. 37).

Assim, quando a infância ingressou nos séculos XIX e XX, havia duas tendências para entendê-la. Uma delas era a visão protestante e empirista de Locke, na qual a criança era um ser amorfo que, por meio da educação e rígido controle, podia tornar-se um adulto civilizado. A outra era a concepção romântica de Rousseau, em que a criança possui aptidões inatas que são corrompidas e amortecidas pela sociedade. Como afirma Postman (1999), a primeira visão passou a ser discutida, pois surgiram questionamentos acerca de como proceder para não prejudicar as virtudes infantis. O ponto comum, entretanto, consiste em que, numa época em que se valorizava a razão, a criança, tida como um ser inferior, precisava ser educada. Assim, os futuros adultos e, conseqüentemente, a sociedade estariam livres do mal que a ignorância poderia causar-lhes.

Dessa forma, pode-se afirmar que concepções e teorias iluministas inauguraram o modo contemporâneo de conceber a educação e a infância. Além disso, foram responsáveis por transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na Idade Moderna. Tais transformações formaram uma nova sociedade e um novo interesse pela criança, os quais, por sua vez, também foram promovendo transformações. Esses aspectos influenciaram a pedagogia e outros discursos sociais acerca da infância, além de viabilizar o desenvolvimento da ideia de que a criança é um ser puro e inocente a ser salvo da contaminação dos adultos.

1.4.A infância nos discursos

Os pensadores iluministas valorizavam o homem como um objeto de estudo. Esse interesse estendeu-se também às crianças, as quais passaram a ser, da mesma forma, objetos de estudos. Em função disso, surgiram diversos discursos científico-sociais a cerca da criança e da infância. Dentre eles, nos ateremos ao Direito, à Psiquiatria e à Sociologia. Este item consistirá apenas em um mapeamento de como a infância e também a criança são concebidas em tais disciplinas. Por se tratar de campos amplos, não pretendemos esgotar a questão e tampouco explorá-la a fundo.

1.4.1. A criança no discurso jurídico

Em consequência da descoberta da infância, houve, primeiramente na Europa, um processo de elaboração de leis voltadas às crianças. Essas leis eram diferentes das destinadas aos adultos e visavam, sobretudo, proteger a infância.

Como mostra Donzelot (1977/1980), desde a década de 1840 até o final do século XIX, as normas protetoras da criança se multiplicaram e eram diversas como, por exemplo, a lei sobre o trabalho de menores (1840-41), sobre o contrato de aprendizagem (1851), sobre a vigilância das nutrizas (1876) e sobre a obrigatoriedade escolar (1881). “O que essas medidas visavam era de natureza indissociavelmente sanitária e política, elas procuravam, sem dúvida, corrigir a situação de abandono em que poderiam se encontrar as crianças principalmente das classes trabalhadoras” (DONZELOT, 1977/1981, p. 76), satisfazendo o discurso assistencial e as exigências de controle social.

Tais leis protegiam as crianças tanto daquilo que poderia ameaçá-las quanto daquilo que poderia torná-las ameaçadoras. O primeiro caso valia mais para as crianças ricas. As leis destinadas a elas voltavam-se a garantir o cumprimento das políticas sociais da família e da educação. Já o segundo caso valia mais para as crianças pobres. A fim de evitar que fossem ainda mais marginalizadas e que tivessem também o mínimo de condições ditas dignas de vida, foram-lhes destinadas algumas leis.

Essa polaridade das leis parece ser reflexo das ideias, vigentes no século XVIII, de “liberação protegida” e “liberdade vigiada”, propostas por Donzelot (1977/1981) e já mencionadas no presente capítulo. As crianças ricas e as crianças pobres recebiam atenções distintas do Estado burguês, pois se concebia que seus papéis sociais diferiam. As primeiras eram comumente tidas como os futuros dirigentes da sociedade e deviam ser preparadas para tanto. Já as segundas, vistas como possíveis focos de desordem, imoralidade e insurreição, deveriam ser objetos de controle especial e alguns direitos tinham que lhes ser garantidos. A maioria das leis voltava-se a elas, já que muitas eram exploradas pelos próprios pais no trabalho ou abandonadas. O abandono sempre foi uma preocupação Estatal, pois as crianças e jovens que viviam nas ruas estavam muito expostos à vadiagem, prostituição, roubos e delinquência.

Independente da classe social, porém, as leis de proteção à infância eram uma maneira de garantir a boa formação daqueles que seriam os futuros adultos. Fica evidente, assim, que no âmbito jurídico também vigorava a ideia de que era preciso cuidar das crianças, de seu desenvolvimento, evitando que a sociedade as corrompesse. Além disso, elas precisavam ser disciplinadas de acordo com a ordem social vigente para que fossem úteis e produtivas às nações.

Após a Segunda Guerra Mundial, diversos países passaram a dar maior atenção à situação das crianças. Surgiram, então, documentos internacionais voltados aos direitos das crianças. Em 1959, por exemplo, foi proclamada a *Declaração Universal dos Direitos da Criança*, a qual preconiza que toda criança tem direito à liberdade, igualdade, educação, convívio social e brincadeiras. Em diversos itens da *Declaração* fica evidente a preocupação com o desenvolvimento da criança: “A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços (...) de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente”, “A criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade”.

Trinta anos depois, em 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) adotou a *Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança*. Nesse tratado, assentado sobre a base de que "a criança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, necessita de proteção e cuidados especiais", estipula-se que os pais, a sociedade e o Estado têm função de zelar pelos interesses e direitos das crianças, “tomando em devida conta a importância das tradições e os valores culturais de cada povo para a proteção e o desenvolvimento harmonioso da criança”. Mais uma vez, fica clara a correlação entre criança e desenvolvimento: a criança é um ser humano que ainda não está maduro, tanto física quanto mentalmente.

No Brasil, como reflexo dos documentos internacionais e de intensas mobilizações sociais, políticas e públicas nacionais que denunciavam o desrespeito aos direitos da criança, foi aprovado, em 1990, o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA). Baseado na doutrina da proteção integral, a qual tem por fundamento que a criança e adolescente são sujeitos de direito, e não simples objetos de intervenção do mundo adulto, o ECA estabelece:

Considera-se criança (...) a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. (...) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (...) assegurando-se-lhes (...) todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade (ECA, 1990, Art. 2º e 3º).

Novamente, pode-se observar que “embora se faça menção aos aspectos mental e social, a definição de criança legalmente estabelecida traz em seu bojo o dado biológico ligado à maturação (...). Também fica clara a correlação entre criança e desenvolvimento, já que são empregados termos como fase e período” (PRATES, 2006, p. 13).

Assim, para o discurso jurídico, a criança é um ser em desenvolvimento que necessita de cuidados e proteção especiais para garantir seu bom desenvolvimento, e a infância, uma etapa da vida.

1.4.2. A criança no discurso psiquiátrico

Para abordar as questões acerca do discurso psiquiátrico sobre a infância, nos ateremos, sobretudo, ao artigo de Paul Bercherie: *A clínica psiquiátrica da criança* (1983). Nele, o autor afirma que foram necessários três grandes períodos para que, somente em 1930, se estabelecesse na Europa a referida clínica, com conceitos que lhe fossem próprios.

A estruturação da clínica psiquiátrica da criança teve início no século XIX, a partir de discussões acerca da idiotia. A idiotia, noção proposta por Esquirol em 1820, era considerada um estado mental, congênito e incurável, no qual as faculdades intelectuais nunca se manifestam ou não se desenvolvem de modo a viabilizar a aquisição de conhecimentos normalmente adquiridos pela educação. Na época, discutia-se bastante acerca da irreversibilidade do quadro. Para alguns educadores, a idiotia era um déficit parcial e métodos especiais de educação poderiam favorecer o prognóstico. Esses educadores compunham uma nova corrente de pensamento e favoreceram o surgimento de novos métodos pedagógicos. Vale à pena esclarecer, por fim, que a idiotia era uma noção da psiquiatria do adulto, já que os autores da época não acreditavam na existência da loucura na criança.

A segunda metade do século XIX, porém, “caracteriza-se pela constituição de uma clínica psiquiátrica da criança que é, essencialmente, o decalque da clínica e da nosologia elaboradas no adulto no período correspondente” (BERCHERIE, 1983/2001, p. 133). Dessa forma, apesar de à época terem sido publicados os primeiros tratados de psiquiatria infantil, a clínica psiquiátrica da criança não constituía um campo autônomo de investigação. Tratava-se, sobretudo, de um objeto de curiosidade e um campo complementar da clínica e teoria psiquiátrica dos adultos. Sendo assim, os trabalhos publicados na época buscavam encontrar na criança as síndromes mentais descritas nos adultos.

Outra característica interessante dessa época, além da atenção dada à existência de patologias mentais nas crianças, é a preocupação com a infância dos alienados. Bercherie (1983/2001) afirma que muitos dos conceitos do psiquiatra Morel, por exemplo, foram voltados à infância dos ditos loucos, etapa da vida em que estariam os prenúncios da doença mental. Nesse ponto, é válido também fazermos referência a Donzelot (1977/1980), o qual mostra que os

psiquiatras da época dirigiam sua atenção também à infância dos vagabundos. Segundo o autor, é através do vagabundo que a criança é objetivo último da abordagem psiquiátrica, pois ele “ostenta ao máximo todos os efeitos patológicos das fraquezas da infância quando não são corrigidas ou enquadradas a tempo” (DONZELOT, 1977/1980, p. 120). Dessa forma, vê-se a importância dada à criança como sendo um futuro adulto.

A fim de evitar a constituição de um adulto que pudesse ter transtornos mentais, acreditava-se na prevenção. Era preciso, então, dar atenção aos problemas da infância e à formação das crianças. Donzelot (1977/1980) nos mostra que uma série de mecanismos de controle social surgiram, aliando a pedagogia, a psiquiatria e as famílias no combate às doenças mentais e à consequente marginalização social por elas acarretadas. Para o autor, a clínica psiquiátrica da infância nascida na segunda metade do século XIX

não é ligada à descoberta de um objeto próprio, de uma patologia mental especificamente infantil. Seu aparecimento decorre das novas ambições da psiquiatria geral, da necessidade de encontrar um alvo onde se possa enraizar (...) todas as anomalias e patologias do adulto, de designar um possível objeto de intervenção para uma prática que não pretende mais limitar-se a gerir os reclusos, mas sim presidir à inclusão social. *O lugar da psiquiatria infantil toma forma no vazio produzido pela procura de uma convergência entre os apetites profiláticos dos psiquiatras e as exigências disciplinares dos aparelhos sociais* (Ibid., p. 120-121, itálico do autor).

Finalmente, na década de 1930, teria nascido uma clínica pedo-psiquiátrica de fato. Esse novo período caracterizou-se pela influência das ideias psicanalíticas sobre a clínica infantil. “A descoberta de que toda manifestação psicopatológica é o resultado de um conflito psíquico e que esse conflito, em sua expressão atual no adulto, repete a história infantil do sujeito, adquire no quadro da clínica infantil uma ressonância muito própria” (BERCHERIE, 1983/2001, p. 136). Foi sobre essas bases, afirma também o autor, e não sobre as da medicina, que a clínica da criança pôde integrar os caracteres particulares de seu campo: o desenvolvimento psicológico da criança e a grande labilidade que conserva a criança em sua estrutura mental.

Assim sendo, evidencia-se que “o que determina as questões, procedimentos e observações dos clínicos, é o olhar que eles lançam sobre a infância, a concepção que têm de seu desenvolvimento e de seu papel na formação do adulto” (Ibid., p. 139). Durante os dois primeiros períodos de estruturação da clínica psiquiátrica da infância, a criança era concebida como um adulto em potência, ideal claramente iluminista. No último, a infância já tem sua ordem própria de existência e de racionalidade, além de esclarecer o devir do adulto.

1.4.3. A criança no discurso sociológico

Pesquisadores da Sociologia, mais precisamente da Sociologia da infância, como Qvortrup (2010), Corsaro (2011) e Prout (2010), afirmam que somente há pouco mais de vinte anos as crianças começaram a tornar-se foco dos estudos sociais. A sociologia da infância é, portanto, um campo novo e bastante recente, tendo surgido entre 1980 e 1990.

A quase total inexistência de estudos sobre a criança na sociologia foi consequência, segundo Corsaro (2011), de uma marginalização. “É comum que os adultos vejam as crianças (...) em uma perspectiva do que se tornarão - futuros adultos, com um lugar na ordem social e as contribuições que a ela darão. Raramente as crianças são vistas de uma forma que contemple o que são - crianças com vidas em andamento, necessidades e desejos” (CORSARO, 2011, p. 18). A marginalização seria resultado, assim, da posição subordinada das crianças nas sociedades e das concepções teóricas de infância e de socialização, contribuindo para a existência de pouquíssimos trabalhos sociológicos sobre a criança.

No início dos anos 80, essa situação, entretanto, começou a mudar. A insatisfação com as habituais explicações sobre a vida e comportamento das crianças e com a forma como vinham sendo consideradas pela sociedade e também pelas ciências sociais fez com que outros posicionamentos teóricos se desenvolvessem. Novas ideias e explicações surgiram, reconsiderando e transformando as abordagens sociológicas tradicionais acerca da criança e da infância. Foi definido, dessa forma, outro campo dentro da sociologia: a nova sociologia da infância.

Esse campo é chamado novo, pois rompe com as formas ortodoxas e convencionais com as quais os sociólogos estavam acostumados a tratar a infância. Como nos mostra Muñoz (2006), a sociologia sempre considerou a infância como âmbito privilegiado para a socialização, por ser uma etapa em que é possível introduzir primariamente valores e condutas socialmente aceitos que viabilizarão a correta integração dos indivíduos na sociedade. Por isso, o interesse da sociologia pela infância centralizava-se nos processos de socialização e/ou na família e na escola, principais instituições encarregadas do processo socializador. A autora explica que, dessa forma, a criança estava a serviço das teorias de socialização, e não se constituía em objeto formal de estudo. Com o surgimento da nova sociologia da infância, porém, a criança foi introduzida no âmbito dos objetos de interesse sociológico, outorgando-lhe importância por si só, e não como apêndice da família ou complemento necessário no estudo de outras instituições sociais.

A institucionalização desse novo campo de estudo, entretanto, “não está nem estará livre de pontos de vista opostos e contradições, haja vista que se trata da proposta de um ‘novo paradigma’ no estudo da infância” (MARCHI, 2007, p. 63). Uma dessas oposições seria a diferença básica que

há entre os campos de língua inglesa e francesa. No primeiro, a sociologia da infância surge de modo autônomo, mas, no segundo, vinculada à sociologia da educação. Essa diferença gerou distintas abordagens e enfoques teóricos acerca da infância e da criança como categorias sociais em si.

De acordo com Muñoz (2006) há três enfoques teóricos principais na sociologia da infância: o estrutural, o construcionista e o relacional. No primeiro, a infância é entendida como uma forma particular da estrutura social e como uma categoria social permante, isto é, não desaparece e nem se transforma em algo diferente, muito menos em idade adulta (QVORTRUP, 2010). Nessa abordagem, as crianças são co-construtores da infância e da sociedade. No enfoque construcionista, por sua vez, a infância é uma construção social e uma variável da análise social. As crianças são, assim, agentes ativos na construção de suas vidas sociais. Por fim, na teoria relacional, concebe-se que é preciso levar em consideração a maneira como as crianças experimentam suas vidas e relações sociais, bem como seu ponto de vista, pois o conhecimento baseado na experiência delas é fundamental. Para os estudiosos que seguem essa abordagem, a infância é um processo relacional e existe somente em relação à idade adulta (MUÑOZ, 2006).

Apesar das diferenças, pode-se dizer que é consenso entre os pesquisadores da área o fato de que na sociologia da infância “trata-se de compreender aquilo que a criança faz de si e aquilo que se faz dela, e não simplesmente aquilo que as instituições inventam para ela” (SIROTA, 2001, p. 28). Sirota (2001) aponta um conjunto de cinco ideias que norteiam uma parte considerável e importante dos estudos sociais sobre a infância. São elas:

- A criança é uma construção social: há uma desnaturalização da noção de infância, ou seja, não se trata mais de um fenômeno biológico e natural dos grupos humanos, e sim de um componente tanto estrutural quanto cultural de um grande número de sociedades.
- Há uma variabilidade nos modos de construção da infância: como a imaturidade biológica não é negada, enfatizam-se os diversos modos de construção da infância e reintroduz-se o objeto infância como um objeto ordinário de análise sociológica.
- A infância não é preparatória para a vida adulta: não se trata de um momento precursor, e sim de um componente da cultura e da sociedade. A infância situa-se, assim, como uma das idades da vida.
- As crianças são atores sociais: são seres ativos diante do seu próprio mundo e da sociedade, sendo, ao mesmo tempo, produtos e produtoras dos processos sociais, e não sujeitos passivos.
- A infância é uma variável da análise sociológica que deve ser considerada em sentido pleno: a infância é uma variável relacional e, portanto, não é dissociável de outras como,

por exemplo, gênero, classe e etnia. Considerar a criança em sentido pleno consiste em estudar suas culturas e relações sociais em si, de modo independente das preocupações e perspectivas dos adultos.

Em suma, uma abertura no campo sociológico a partir de um novo conceito de socialização viabilizou o surgimento da sociologia da infância. Esse novo campo compreende a criança como ator social e a infância como uma categoria geracional. A sociologia da infância propõe-se a constituir a infância como objeto de investigação sociológica, resgatando-a de perspectivas biologizantes que a reduzem a uma etapa de maturação e desenvolvimento humano. Além disso, resgata as crianças de perspectivas que tendem a interpretá-las como indivíduos que se desenvolvem independente da construção das estruturais sociais e culturais nas quais estão inseridos.

Neste ponto, cabe a pergunta: e quanto à psicanálise? A criança seria vista como um ser em desenvolvimento tal qual o discurso jurídico a vê? Seria um decalque do adulto ou um vir a ser dele como na clínica psiquiátrica? Seria um componente ativo da sociedade? Que lugar, afinal, é destinado à criança no discurso psicanalítico?

Capítulo 2 - Da infância ao infantil

Foi no final do século XIX, época em que as crianças eram tidas como seres ingênuos, dignos de proteção e merecedores de educação e de condições para que se desenvolvessem da melhor forma possível, que Freud começou a conceber a psicanálise. Ele também encontrara uma sociedade na qual as crianças não compartilhavam mais os mesmos espaços que os adultos e o respeito ao âmbito familiar era valorizado. Foi então numa sociedade burguesa, preocupada com a moral, com os bons costumes e com a educação, que Freud empreendeu seus primeiros estudos.

Como vimos, a família e os agentes de normalização foram responsáveis para que esses valores burgueses de fato se instalassem. Com o fechamento da família em si mesma e com a difusão de regras de higiene e educação, a moradia familiar tornou-se um espaço programado para facilitar o cuidado das crianças, e a família burguesa, ávida consumidora de tudo que pudesse favorecer o desenvolvimento saudável delas (DONZELOT, 1977/1980). Eram os agentes de normalização, por sua vez, que, fazendo uso de ações disciplinares e preventivas, atuavam junto às famílias a fim de garantir seu bom funcionamento. Acreditava-se que com isso as crianças cresceriam saudáveis e a sociedade sofreria menos infortúnios.

A valorização e difusão dos ideais relativos aos costumes burgueses, entretanto, não se deram sem consequências. A normatização de certos comportamentos e hábitos ocasionou uma crescente auto-culpabilização e auto-repressão. Afinal, para poder viver em sociedade com características como a burguesa, era preciso controlar e, até mesmo, abrir mão de algumas vontades e costumes, especialmente no que tange à sexualidade.

Esse terreno foi propício para que Freud percebesse que os desejos de cada um e as exigências morais da sociedade são inconciliáveis. Sob a marca então da sociedade de seu tempo, ele postula que há um conflito irremediável entre os impulsos inconscientes e as normas sociais. Freud estabelece que a razão humana deve incluir o desejo e concebe, assim, um sujeito dividido constitutivamente entre culpa e desejo.

Além disso, num momento em que se destacava a inocência das crianças e sua necessidade de proteção, aspectos que se conectavam ao silêncio relativo à questão da sexualidade, Freud subverte um ideal vigente. Movido por suas pesquisas acerca da etiologia das neuroses, ele conclui e afirma que as crianças têm sexualidade desde o nascimento, indo contra a concepção de criança inocente, umas das maiores crenças do século XIX.

Essa descoberta freudiana não ocorreu subitamente. Foram necessárias várias pesquisas e sistematizações de atendimentos clínicos para que Freud postulasse a “sexualidade infantil” e também marcasse uma importante distinção entre infância e infantil, a qual é fundamental à

psicanálise. Vejamos então como isso se deu, ou melhor, como se deu a passagem do trauma à fantasia e, conseqüentemente, da infância ao infantil.

2.1. As neuroses, as experiências sexuais infantis e o trauma

Após a temporada de estudos com Charcot em Salpêtrière, Freud retorna a Viena e estabelece um consultório. Por meio de sua prática clínica, basicamente composta por atendimentos de pacientes histéricas, Freud, que se dedicava também ao estudo das técnicas de hipnose, passou a questionar alguns aspectos de tal método. Influenciado pelas ideias de Breuer, começa a utilizar a hipnose de modo não sugestivo, menos direto e persuasivo, deixando os pacientes mais livres para falarem. Freud e Breuer perceberam que “cada sintoma histérico individual desaparecia, de forma imediata e permanente, quando conseguíamos trazer à luz com clareza a lembrança do fato que o havia provocado e despertar o afeto que o acompanhava, e quando o paciente havia descrito esse acontecimento com maior número de detalhes possível e traduzido o afeto em palavras” (FREUD, 1895/2006, p. 42).

Assim, foi descoberto um novo método terapêutico de considerável importância prática: o método catártico. Nesse método, o recurso à hipnose tinha como finalidade ajudar o paciente a trazer à luz, por meio da fala, pensamentos e representações que permitissem alcançar o elemento patogênico considerado desencadeador dos sintomas. Esse elemento, em geral um acontecimento carregado de afetos represados, deveria ser relembrado e revivido para que os sintomas histéricos pudessem ser eliminados. O afeto expurgado e revivido no momento em que o paciente fazia seu relato verbal culminava na ab-reação, isto é, a lembrança traumática e o afeto a ela ligado eram trazidos à consciência, provocando uma reação energética e, conseqüentemente, o desaparecimento dos sintomas.

Freud, a partir do uso de tal método, concluiu que as histéricas sofrem de reminiscências. As lembranças de eventos traumáticos experimentados num passado bastante distante continuam agindo de forma intensa, sem se desgastarem e caírem no esquecimento ao longo dos anos. As pacientes, porém, nem suspeitavam de que essas experiências traumáticas possuíam valor determinante nos fenômenos histéricos. A conexão entre ambos consiste no fato de que “o trauma psíquico - ou, mais precisamente, a lembrança do trauma - age como um corpo estranho que, muito depois da sua entrada, deve continuar a ser considerado como um agente que ainda está em ação” (Ibid., loc. cit.).

À primeira vista, parece estranho pensar que algo vivenciado há tanto tempo permaneça atuando de modo tão intenso. Freud, porém, explica que o evento traumático, algo vindo de fora, tem uma representação mnêmica patológica muito nítida e intensa afetivamente, pois, no momento de sua ocorrência, não foi possível a ab-reação. Chama a atenção também outra especificidade dessas lembranças relativas ao trauma: elas “estão inteiramente ausentes da lembrança dos pacientes quando em estado psíquico normal, ou só se fazem presentes de forma bastante sumária” (FREUD, 1895/2006, p. 45). Segundo Freud, a não ab-reação seria também responsável por essa particularidade das lembranças traumáticas. Tais representações patogênicas só poderiam ser acessadas nos estados anormais de consciência, ou seja, quando se está sob hipnose, pois não fazem parte da memória normal do paciente.

Conforme foi estudando o mecanismo dos fenômenos histéricos, Freud passou a se questionar acerca da etiologia da histeria. Apesar de rejeitar a ideia de Breuer relativa ao fato de os estados hipnóides⁵ serem a condição fundamental da histeria, apoiou-se nela para dar início à teoria da divisão psiquismo e também para conceber que a causa dos sintomas histéricos não seria orgânica, afastando-se da etiologia hereditária proposta por Charcot. Freud formula, então, uma teoria da histeria adquirida.

Os primórdios dessa teoria estão no texto *As neuropsicoses de defesa* (1894) e também nos *Estudos sobre a histeria* (1895). No primeiro, Freud propõe o mecanismo de conversão para explicar a origem da histeria: a fim de tentar defender-se de uma vivência, sentimento ou pensamento extremamente penosos, o ego do paciente faz uso de mecanismos que desvinculam a lembrança aflitiva de seu afeto correspondente. Resta assim uma energia livre que precisa de “outro destino”, o qual, no caso da histeria, seria uma conversão somática. Nos *Estudos sobre a histeria* (1895), por sua vez, fica evidente que “fatos externos determinam a patologia da histeria numa medida muito maior do que se sabe e reconhece” (Ibid., p. 39). As pesquisas freudianas feitas à época revelam, “para a maioria dos sintomas histéricos, causas desencadeadoras que só podem ser descritas como traumas psíquicos” (Ibid., p. 41). Os traumas dessa natureza são quaisquer experiências que provoquem afetos aflitivos e tenham como conteúdo, afirma o autor, aspectos relacionados à vida sexual dos pacientes. Com essa afirmação, Freud, que já vinha distanciando-se de Breuer, constituiu sua maior divergência com ele e lançou as bases para formular sua teoria acerca da etiologia sexual das perturbações psíquicas.

⁵ De acordo com Laplanche e Pontalis (1982/1998), trata-se de estados em que as ideias aparecem no psiquismo de modo muito intenso e desvinculadas do restante da vida mental, tendo como efeito a formação de grupos de associações separados. Tais grupos, compostos por representações psíquicas carregadas de afetos e separadas de qualquer elaboração associativa, não se conectam ao conjunto dos conteúdos de consciência, mas são capazes de se ligar a outros em estado análogo. Assim, forma-se uma clivagem na vida mental.

A partir de 1896, não há mais nos escritos freudianos menção à hipnose e ao método catártico. Freud os abandonara e passara a confiar no curso das associações livres dos pacientes, aspecto imprescindível para a construção do método psicanalítico. Seu interesse acerca da causação da histeria e sua recusa em se render aos argumentos de cunho hereditário deram início à problemática psicanalítica propriamente dita. O estabelecimento da “regra de ouro” da psicanálise, a associação livre, como forma de investigar os processos mentais inconscientes formalizou a metodologia psicanalítica enquanto realizada no campo da fala e baseada na palavra e na escuta.

Foi justamente a partir da escuta das reminiscências de pacientes histéricas e do interesse sobre a etiologia das neuroses que a questão da infância, e também do infantil, começa a aparecer na psicanálise. Ao insistir para que suas pacientes falassem livremente sobre suas lembranças e regredissem ainda mais nelas, Freud descobre que certas vivências corriqueiras possuíam ligação com outras cenas mais primitivas. Isso fez com que ele supusesse a existência de cenas cada vez mais primárias responsáveis pelo desencadeamento da neurose, as quais seriam sempre infantis e compostas por conteúdos sexuais. Assim sendo, foram as pesquisas sobre a causação das patologias psíquicas que levaram Freud a dar lugar à infância na psicanálise e a concluir que o “desenvolvimento de uma das duas neuroses, histeria ou obsessões, (...) não provém da hereditariedade, mas de uma característica especial do evento sexual na tenra infância” (FREUD, 1896/2006, p. 155).

Ao escutar seus pacientes e percorrer o passado de cada um, Freud constatou que havia um elemento comum. Em todos os casos estava presente a ação de um agente que deve ser considerado como a causa específica das neuroses, tanto da histeria quanto da neurose obsessiva. Esse agente é uma lembrança inconsciente de “uma experiência precoce de relações sexuais com excitação real dos órgãos genitais, resultante de abuso sexual cometido por outra pessoa; e o período em que ocorre esse evento fatal é a infância” (Ibid., p. 151). Uma experiência sexual vivida de forma real e passiva, antes que a criança tenha atingido a maturidade sexual, é considerada, então, a etiologia específica das neuroses.

Essas experiências sexuais traumáticas, por não fazerem parte da memória dos pacientes, só podem ser acessadas via trabalho analítico. É preciso vencer uma forte resistência para despertar neles o vestígio psíquico de eventos sexuais precoces e, dessa forma, lograr que passem a falar de tais vivências infantis. Ao reproduzi-las, os pacientes padecem as mais violentas sensações, sentem vergonha, horror e, conseqüentemente, tentam negar o ocorrido. “Esse tipo de acontecimento fortalece nossa impressão de que os pacientes devem realmente ter vivenciado aquilo que, sob compulsão da análise, reproduzem como cenas de sua infância” (Ibid., p. 201). Não haveria para Freud dúvidas quanto à autenticidade das cenas infantis lembradas.

Por ter ocorrido num momento anterior ao desenvolvimento da vida sexual, a criança não pode compreender o acontecimento em termos sexuais, mas, mesmo assim, sua ocorrência fica marcada no psiquismo. Tal marca é despertada somente na puberdade, quando uma vivência inócua pode desencadear um elo associativo com a experiência primitiva que foi recalcada. Aí então, a lembrança da cena traumática ressurgiu com toda sua carga sexual e gera desprazer, o qual se expressa por meio dos sintomas que substituem a cena retirada da consciência. Por causa das transformações relativas à puberdade, o efeito psíquico da lembrança traumática apresenta um poder que esteve totalmente ausente quando da ocorrência do próprio evento.

Freud, nos anos de 1890, mostrava que eram necessários ao menos dois acontecimentos para caracterizar o trauma. O primeiro deles refere-se à cena de sedução propriamente dita que ocorre na infância e, o segundo, a uma outra cena, aparentemente anódina, ocorrida na puberdade, ou depois dela, que evoca a primeira por meio de algum traço associativo. A lembrança da primeira cena provoca um afluxo intenso de excitações que excede as defesas do ego, desencadeando o sintoma neurótico. Do ponto de vista econômico, é *a posteriori*, portanto, que o valor traumático é atribuído à primeira cena. É apenas como lembrança que a cena de sedução, revivida agora em termos sexuais, torna-se patogênica.

As experiências sexuais infantis são, assim, requisito fundamental das neuroses e da formação dos sintomas histéricos ou obsessivos. Mas elas só exercem efeito traumático quando despertadas na puberdade sob a forma de lembranças inconscientes. “Desse modo obtemos uma indicação de que é necessário um certo estado *infantil* das funções psíquicas, assim como do sistema sexual, para que uma experiência sexual ocorrida durante esse período produza, mais tarde, sob a forma de lembrança, um efeito patogênico” (FREUD, 1896/2006, p. 208, *italico do autor*). Freud não se aventura, porém, a precisar qual a natureza do “infantilismo psíquico” e tampouco quais seriam seus “limites cronológicos”, mas afirma que as funções sexuais estariam em um estágio infantil de desenvolvimento.

Por meio de todas essas constatações, Freud dá consistência à chamada “teoria da sedução”. De acordo com essa teoria, a lembrança de uma experiência sexual, vivida de modo passivo e ocorrida antes da puberdade, seria a causa das psiconeuroses. Tal experiência, como vimos, consiste na sedução empreendida por um adulto, e seu caráter traumático, advindo *a posteriori*, reside no fato de uma criança, um ser puro e ainda não sexualizado, sofrer abuso por parte de um adulto sexualizado. A “teoria da sedução” vai de encontro, portanto, à visão da época a respeito da infância cândida e assexuada.

Além disso, nesse período da obra freudiana, verifica-se que a infância e o “estado *infantil* das funções psíquicas” estão relacionados à ideia de imaturidade. Aquilo vinculado ao infantil é correspondente a uma etapa do desenvolvimento biológico do indivíduo caracterizada pela

prematuridade e pela incompletude especialmente da sexualidade. Nesse sentido, fica evidente também outra ideia vigente à época: a de que a idade adulta seria o ápice do desenvolvimento, uma etapa da vida em que todas as faculdades mentais, sexuais e morais estariam completamente formadas.

2.2. Do trauma à fantasia

Pouco tempo depois de haver estabelecido a “teoria da sedução”, Freud, entretanto, passa a questioná-la. Isso fica evidente nas correspondências entre ele e Fliess. Em uma carta com data de 8 de fevereiro de 1897, por exemplo, Freud revela que a frequência com que as cenas de sedução ocorrem causa-lhe estranheza. Em 6 de abril do mesmo ano, ele escreve contando ter descoberto um novo elemento de produção inconsciente relativo à histeria. Tal elemento seriam as fantasias históricas. Na carta de 2 de maio de 1897, Freud explica melhor a Fliess sua descoberta. Segundo ele, na estrutura da histeria tudo remonta à reprodução de cenas do passado. A algumas dessas cenas pode-se “chegar diretamente, enquanto a outras, só por meio de fantasias erigidas à frente delas. As fantasias derivam de coisas que foram ouvidas, mas só compreendidas posteriormente, e todo seu material, naturalmente, é verídico. São estruturas protetoras (...) e, ao mesmo tempo, servem como auto-absolvição” (FREUD, 1892-1899/1950/2006, p. 296). Essas constatações, além de mostrarem que as crianças não são passivas na vivência de determinadas experiências, colocam em xeque a realidade das cenas de sedução, o que aponta para a posterior formulação sobre a sexualidade infantil e sobre a realidade psíquica.

Todo esse processo de questionamento fez com que, em 21 de setembro de 1897, Freud escrevesse a Fliess afirmando: “não acredito mais em minha *neurótica* [teoria das neuroses]” (Ibid., p. 309, *italico do autor*). Nessa mesma carta, ele apresenta quatro razões para explicar seu descrédito. A primeira delas refere-se a seus fracassos contínuos e à debandada de pacientes. A segunda, à alta frequência de casos de histeria, o que faria necessário acreditar que haveria em Viena uma enorme quantidade de adultos perversos. Isso não era algo plausível para Freud. Assim, ele passou a questionar a veracidade dos relatos que escutava. Tal questionamento era também baseado na constatação de que não há indicações de realidade no inconsciente, o que faz com que não seja possível distinguir entre verdade e ficção. Por fim, Freud afirma que “na psicose mais ‘profunda’, a lembrança inconsciente não vem à tona, não sendo, pois, revelado o segredo das experiências da infância nem no delírio mais confuso” (Ibid., p. 310), o que não se poderia justificar. Esses motivos, portanto, fizeram Freud questionar a validade de sua “teoria da sedução”.

Dessa forma, no início do desenvolvimento da psicanálise como teoria e método de tratamento, Freud percebeu que o relato de sedução apresentado por pacientes histéricas era muito mais um produto de reconstruções fantasísticas do que um acontecimento real. Isso o levou a abandonar a “teoria da sedução”, passo bastante importante para o advento da teoria psicanalítica, pois viabilizou que as noções de fantasia e de realidade psíquica se impusessem como primordiais, bem como a consideração de que a sexualidade infantil estava na raiz dos sintomas dos neuróticos.

Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas e traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criem tais cenas na *fantasia*, e essa realidade psíquica precisa ser levada em conta ao lado da realidade prática. Essa reflexão foi logo seguida pela descoberta de que essas fantasias destinavam-se a encobrir a atividade auto-erótica dos primeiros anos da infância, embelezá-la e elevá-la a um plano mais alto. E agora, de detrás das fantasias, toda a gama da vida sexual da criança vinha à luz (FREUD, 1914/2006, p. 27, *italico do autor*).

Após o abandono da “teoria da sedução”, Freud manteve a concepção de que as neuroses eram consequência da lembrança de um trauma sexual ocorrido na infância. Porém, tal trauma já não era mais um evento real, e sim estava relacionado a fantasias inconscientes. “A sedução não seria na sua essência um fato real, situável na história do sujeito, mas um dado estrutural que só poderia ser transposto historicamente sob a forma de um mito” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1982/1998, p. 472). O material do trauma deixa de ser uma cena explícita e vivenciada, passando a vincular-se à experiência de coisas ouvidas e vistas, as quais, inicialmente, não se ligam a nada específico e parecem sem sentido. Foi a partir da descoberta das fantasias inconscientes que Freud passou a questionar qual a origem da sexualidade presente nas cenas fantasmáticas, o que culminou na assunção e teorização da sexualidade infantil, como veremos mais detalhadamente ao abordar o texto de 1905, *Três ensaios para uma teoria sexual*.

Em 1898, Freud, mais uma vez, afirma que os elementos que estão na raiz de toda a neurose pertencem à época infantil e, exclusivamente, às impressões relativas à vida sexual. Porém, dessa vez, ele faz uma colocação bastante precisa: “Erramos ao ignorar inteiramente a vida sexual das crianças; segundo minha experiência, as crianças são capazes de todas as atividades sexuais psíquicas, e também de muitas atividades somáticas. Assim como a totalidade do aparelho sexual humano não está compreendida nos órgãos genitais externos e nas duas glândulas reprodutoras, também a vida sexual não começa apenas na puberdade” (FREUD, 1898/2006, p. 266). Freud ainda afirma que a organização e evolução da espécie humana se esforçam para que a atividade sexual durante a infância seja evitada e “armazenada”, o que permitiria compreender por que as experiências sexuais infantis teriam um efeito patogênico “retardado” originado nos traços psíquicos deixados por essas próprias experiências.

O fato incontestável de que as crianças têm sexualidade e de que as vivências sexuais infantis deixam traços inapagáveis na mente, associado à descoberta das fantasias inconscientes e ao questionamento acerca da origem da sexualidade nas cenas fantasmáticas, obrigou Freud a tomá-las como elementos de investigação na prática clínica. “O que ganha destaque, portanto, é a universalidade dos desejos edípicos, que passam a ser concebidos como estruturantes de toda subjetividade” (MARIANTE, 2008, p. 44) e dispensam a ocorrência de um abuso real. As lembranças de infância passaram, assim, a ser objeto do interesse de Freud, bem como as fantasias inconscientes, a sexualidade, as recordações recalçadas e a vida pulsional.

O texto de 1899, *Lembranças encobridoras*, é uma amostra de tal interesse. Nele, Freud é movido também pela questão da memória relativa aos acontecimentos da infância. Segundo Laplanche & Pontalis (1982/1998), Freud não se contentou com a explicação que era comumente dada para a amnésia infantil. Intrigado pelo paradoxo existente na memória infantil, em que fatos importantes não são retidos, mas lembranças aparentemente insignificantes sim, ele apresentou uma explicação específica. Freud via em tal amnésia algo distinto da incapacidade funcional de reter alguns fatos. A amnésia infantil seria efeito do recalque que incide na sexualidade infantil. Assim, no texto em questão, ele aborda as lembranças infantis mostrando-se mais interessado por aquilo que a recordação encobre do que propriamente pelo que é lembrado.

Logo no início do texto, Freud faz uma analogia entre a amnésia normal que afeta os primeiros anos da infância e a amnésia patológica, indicando que se trata de um importante indício da estreita ligação que existe entre o conteúdo psíquico das neuroses e a vida infantil. A seguir, detém-se na compreensão de lembranças em que faltam partes, às quais ele deu o nome de “lembranças encobridoras”. Por meio do trabalho analítico, Freud logrou que os pacientes descobrissem as partes faltantes na cena infantil recordada e deu-se conta de que os elementos importantes eram os que ficavam esquecidos. Isso resultava de um processo de conflito, recalque e substituição envolvendo uma conciliação. Em outras palavras, os elementos essenciais de uma experiência vivida na infância são representados na memória pelos não essenciais em função de um deslocamento para algo associado por continuidade. Trata-se de um caso de recalque acompanhado de substituição por algo próximo temporal ou espacialmente. “Uma recordação como essa, cujo valor reside no fato de representar na memória impressões e pensamentos de uma data posterior cujo conteúdo está ligado a ela por elos simbólicos ou semelhantes, pode perfeitamente ser chamada de ‘lembrança encobridora’” (FREUD, 1899/2006, p. 298).

Freud, ao longo de análises que conduzia, deu-se conta de que tais lembranças apontam para experiências infantis marcantes e fantasias inconscientes. Por meio de associações livres de pacientes foi possível perceber a conexão existente entre a cena de aparente inocência que era

recordada e acontecimentos da infância. Justamente por apresentar um elemento sexual, a fantasia não se torna consciente, mas transforma-se numa cena infantil cuja inocência permite que venha à tona. A “lembração encobridora”, afirma Freud, tem sua importância não por causa de seu conteúdo, e sim por causa das relações existentes entre esse conteúdo e algum outro que foi suprimido. Dessa forma, no texto de 1909, o psicanalista também chama a atenção para a ação do recalque, para o lugar da fantasia e para as marcas infantis inapagáveis no psiquismo.

Além disso, Freud apresenta duas características importantes das “lembrações encobridoras”. Uma delas consiste no fato de que “na maioria das cenas infantis importantes e, em outros aspectos, incontestáveis, o sujeito se vê na recordação como criança, sabedor de que essa criança é ele mesmo; no entanto, vê essa criança tal como a veria o observador externo à cena” (FREUD, 1899/2006, p. 303). Na cena, o sujeito criança aparece como um objeto entre os demais objetos. A outra característica é o fato de as cenas terem sido falsificadas, isto é, as lembranças são falseadas a fim de atender aos objetivos de encobrir fantasias referentes à atividade auto-erótica dos primeiros anos infantis. Com isso, Freud afirma ser possível reduzir a distinção entre as “lembrações encobridoras” e outras lembranças infantis, além de “questionar se temos mesmo alguma lembrança *proveniente* de nossa infância: as lembranças relativas à infância talvez sejam tudo o que temos” (Ibid., p. 304, *itálico do autor*). Assim, o resgate da infância na sua forma original não é possível, pois “nossas lembranças infantis nos mostram nosso primeiros anos não como eles foram, mas tal como aparecem nos períodos em que as lembranças foram despertadas” (Ibid., loc. cit.).

A descoberta da sexualidade infantil e das fantasias psíquicas fizeram com que Freud abandonasse a “teoria da sedução” e a substituísse pela “teoria da fantasia”. Houve, assim, uma passagem do trauma, algo externo ao sujeito, à fantasia, algo que implica o sujeito e seu desejo. O agente da sedução não é mais um adulto, e sim o próprio sujeito que constrói as fantasias, as quais são um elemento irrevogável da constituição do psiquismo e representam a realização de um desejo inconsciente. A entrada em cena das fantasias teve como consequência, ademais, a importante valorização da realidade psíquica, atribuindo-lhe o valor de determinação antes dado à realidade material.

O trauma, contudo, não foi abandonado em Freud a partir da descoberta das fantasias inconscientes. Passou, sim, a ser integrado a uma concepção mais abrangente que envolve fatores como a constituição e a história infantil, estando sempre em jogo a realidade psíquica e algo da ordem sexual. Tal aspecto fica bastante evidente quando, anos mais tarde, nas *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1915-1916/2006), mais especificamente nas *Conferências XXII e XXIII*, apresenta-se a noção de “série complementar”. Freud afirma que as doenças neuróticas enquadram-se em uma série dentro da qual tanto fatores endógenos quanto exógenos desempenham

fixações recalçadas. Com isso, vem à tona um sintoma que, além de ser uma forma de conciliação entre as forças em jogo na neurose, repete modos infantis de obtenção de prazer. Conforme afirma Mariante (2008), a sistematização da maleabilidade da libido, verificada sob a forma de fixação e regressão, é fundamental, pois permite que Freud reúna condições para indicar que o psiquismo é constantemente afetado pelas posições infantis, ou seja, por modos primitivos de satisfação pulsional.

A partir das novas formulações freudianas acerca do trauma, da sexualidade infantil e das fantasias inconscientes, houve também mudança no que se refere àquilo que seria o infantil. Nesse período final das primeiras publicações psicanalíticas propriamente ditas, é possível diferenciar a noção de infância, como período do desenvolvimento, da noção de infantil como sendo uma marca indelével do psiquismo humano, relacionada à sexualidade, ao recalque e à fantasia.

Assim, Freud desloca-se da infância ao infantil e coloca os pressupostos que sustentam a ideia de infantil na sua obra. “É isto o infantil freudiano: os traços do gozo do Outro, o que há de gozo ineliminável que o sujeito deve ao fato, senão de falar, pelo menos de consentir no significante”⁶ (SAURET, 1997, p. 21). A partir disso, Freud foi conduzido ao estudo dos sonhos e da sexualidade infantil propriamente.

2.3. Os sonhos como realização de um desejo infantil inconsciente

Ao analisar seus próprios sonhos e os de seus pacientes, Freud percebeu que o conteúdo dos sonhos contém impressões que remontam à primeira infância. Quanto mais se aprofunda na interpretação de um sonho, mais se chega a experiências infantis que são uma das fontes das quais os sonhos tiram material para sua produção. Foi por isso que Freud deu ênfase ao material infantil do sonho e afirmou: “Nossa teoria dos sonhos encara os desejos originários do infantil como força propulsora indispensável para a formação dos sonhos” (FREUD, 1900/2006, p. 616). É interessante notar aqui que Freud diz “do infantil”, e não da infância, o que indica a diferença que vai se estabelecendo entre ambos na obra freudiana. O infantil, aqui, não diz de um período da vida, e sim de um traço mnêmico recalçado.

Como vimos, muitas das lembranças dos sujeitos não ficam acessíveis à consciência. Tais lembranças barradas pelo recalque são, especialmente, “as impressões que maior efeito causaram em nós - as de nossa primeira infância” (Ibid., p. 570). A influência de tais lembranças inconscientes não deve ser menosprezada, deve-se sim levar em consideração o importante papel

⁶ As articulações entre a noção de infantil e os conceitos lacanianos serão feitas no capítulo 4.

que elas têm na formação dos sonhos. À noite, quando a censura psíquica está mais “relaxada”, as recordações infantis podem vir à tona por meio dos sonhos, mas, para tanto, precisam sofrer algumas modificações e vincular-se a conteúdos triviais. Assim, “o sonho poderia ser descrito como substituto *de uma cena infantil, modificada por transferir-se para uma experiência recente*. A cena infantil é incapaz de promover sua própria revivescência e tem de se contentar em retornar como sonho” (FREUD, 1900/2006, p. 576, itálico do autor).

Em *A interpretação dos sonhos* (1900), Freud afirma que há completa identidade entre os aspectos característicos do trabalho dos sonhos e os da atividade psíquica que origina os sintomas neuróticos. Pode-se, em função disso, transpor para os sonhos as conclusões que foram alcançadas nos estudos relativos à histeria. Assim, Freud constata que os desejos recalçados manifestos nos sonhos também são de origem infantil e, portanto, que “*o desejo que é representado num sonho tem de ser um desejo infantil*” (Ibid., p. 583, itálico do autor). Além disso, chega à constatação de que os sonhos são comuns a todas as pessoas, sendo atividades normais do psiquismo. Dessa forma, o infantil é marca do psiquismo e os sonhos o revelam.

A partir do estudo dos sonhos, então, fica ainda mais evidente o novo estatuto do infantil na psicanálise freudiana. Os conteúdos infantis do psiquismo aparecem ligados aos desejos inconscientes, os quais estão, segundo Freud, sempre em estado de alerta, prontos para buscar um meio de se expressarem. Esse material infantil recalçado, “imortal” e em constante estado de alerta é comparado pelo autor aos Titãs que, mesmo esmagados pelo peso das montanhas, as abalam de tempos em tempos. Em 1900, portanto, o infantil estava vinculado ao conteúdo recalçado e, conseqüentemente, à sexualidade.

2.4.A sexualidade infantil

Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905, Freud empreende um profundo estudo acerca da sexualidade humana, inaugurando sua teoria pulsional. Neste texto, a importância do trauma sexual da infância encontra-se claramente deslocada para o infantilismo da sexualidade. “Além disso, retirando ênfase dos eventos acidentais como causadores da neurose, Freud volta a enfatizar a importância de fatores constitucionais, só que agora, não mais em termos de uma ‘disposição neuropática geral’, mas a partir do caráter dinâmico da pulsão sexual e de sua derivação de fontes variadas do organismo” (MARIANTE, 2008, p. 52).

O texto tem início com a descrição de comportamentos sexuais considerados desviantes e, portanto, perversos. A partir disso, Freud faz uma distinção entre a sexualidade animal, na qual se

tem necessidades fixas e objeto determinado, e a sexualidade humana, a qual transcende os objetivos da procriação e possui objetos de satisfação variáveis. Assim, a primeira passa a ser vinculada ao instinto e, a segunda, à pulsão. Posteriormente, ele aborda a gênese da sexualidade humana e, depois, o reencontro do objeto de satisfação. De modo geral, trata-se de um texto que, marcado pelo tom evolucionista que se faz presente em alguns pontos da obra freudiana, aborda a perversão como um desvio pulsional e introduz a “disposição perverso-polimorfa” da criança, trazendo à tona a questão da sexualidade infantil propriamente dita.

Freud afirma, no texto em questão, que considerar a pulsão sexual como estando ausente na infância é um grave equívoco. Conceber que a sexualidade nasceria apenas na puberdade seria, segundo o autor, a causa do desconhecimento a respeito das condições básicas da vida sexual e da ignorância quanto à importância da sexualidade infantil. Como consequência disso, tinha-se na época pouca pesquisa sobre o assunto, a qual provavelmente “revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, desvendaria sua evolução e nos permitiria ver como se compõe a partir de diversas fontes” (FREUD, 1905/2006, p. 163). Para Freud, era preciso então considerar a existência de sexualidade desde o nascimento.

A certeza quanto à existência de impulsos sexuais desde o início da vida fez com que o autor se questionasse acerca da negligência em relação ao assunto. Além de atribuí-la à própria criação dos pesquisadores que os fazia respeitar considerações convencionais, Freud postula que a amnésia infantil também seria responsável pela negação generalizada da sexualidade infantil. Ele afirma que tal esquecimento pode ser comparado ao esquecimento dos neuróticos, já que em ambos ficam esquecidas impressões que deixaram importantes marcas psíquicas e que se tornaram determinantes na formação de sintomas e sonhos. Segundo Freud, “não há como falar, portanto, em nenhum declínio real das impressões infantis, mas sim numa amnésia semelhante à que observamos nos neuróticos em relação às vivências posteriores, e cuja essência consiste num mero impedimento da consciência (recalcamento)” (Ibid., p. 165).

Nesse mesmo texto, Freud questiona se a amnésia infantil estaria ligada às moções sexuais da infância. Para responder a sua pergunta, ele afirma que há uma ligação entre a amnésia histérica e a infantil, pois a primeira só seria explicada pelo fato de haver traços mnêmicos recalçados que se apoderaram daquilo sobre o qual as forças repulsoras do recalque atuam. Freud afirma, então, que “sem a amnésia infantil não haveria amnésia histérica” (Ibid., loc. cit.). Além disso, ele diz que os neuróticos são aqueles que preservaram o estado infantil de sua sexualidade. Por isso, é muito importante dar valor ao período da infância no desenvolvimento sexual e destacar o fator infantil na sexualidade, o qual não se trata de uma experiência vivida pela criança.

“A atividade sexual da criança não se desenvolve no mesmo passo que as demais funções, mas sim, após um breve período de florescência, entre os dois e cinco anos, entra no chamado

período de latência” (FREUD, 1905/2006, p. 219). Antes da latência, a pulsão sexual é auto-erótica, satisfazendo-se no próprio corpo. Dessa forma, qualquer parte do corpo pode ser tomada como zona erógena, caracterizando o que Freud denomina “disposição perversa-polimorfa” infantil. Nessa etapa, conhecida como auto-erótica, as pulsões são então parciais, isto é, totalmente independentes e desvinculadas, pois não se organizam em torno de uma parte específica do corpo. Desse estágio de desorganização inicial das pulsões, entra-se no “período de latência” no qual os impulsos sexuais existentes desde o nascimento são limitados, de forma total ou parcial, por forças anímicas, como a vergonha, o nojo e a moral. Tais forças funcionam como empecilhos no caminho da pulsão sexual, suspendem as atividades sexuais infantis e fazem como que a energia pulsional seja voltada a fins não pulsionais. Após essa etapa, passa-se ao primado de uma única zona erógena, formando uma organização sólida e unificada das pulsões a fim de se obter um objeto sexual no mundo externo. Esse estágio é conhecido como puberdade e considerado por Freud a etapa final do desenvolvimento da vida sexual.

Freud enfatiza, ademais, que a existência da sexualidade infantil acarreta uma escolha objetal. Essa escolha de objeto é bitemporal, tendo início entre os dois e cinco anos e sobrevivendo na puberdade, após ter sido detida pelo período de latência. O primeiro tempo é marcado pela natureza infantil de seus alvos sexuais. O segundo, ou seja, a puberdade, seria o desfecho do desenvolvimento libidinal, constituindo de modo definitivo a vida sexual do adulto, a qual já estaria prefigurada na vida infantil. Esses dois tempos são separados pelo período de latência, no qual há inibição das atividades de investigação sexual por parte da criança.

Essa bitemporalidade da escolha objetal, instaurada pela latência, é, segundo Freud, de grande importância para o desfecho do estado final da sexualidade. O autor afirma que “a escolha objetal é guiada pelos indícios infantis, renovados na puberdade, da inclinação sexual da criança pelos pais e por outras pessoas que cuidam dela, e que, desviadas pela barreira do incesto erigida nesse meio-tempo, orienta-se para outras que se assemelham a elas” (Ibid., p. 221). Assim sendo, os resultados da escolha de objeto feita na infância estendem-se a épocas posteriores, tendo sempre a marca incestuosa da eleição feita na infância. Por fim, Freud assinala que a diferença entre os dois tempos da escolha de objeto “reside apenas em que a concentração das pulsões parciais e sua subordinação ao primado da genitália não são conseguidas na infância” (Ibid., p. 188).

Nesse sentido, Freud estava marcando de forma exagerada, como ele mesmo adverte, a diferença entre a vida sexual infantil e a tida como madura. Estreitando essa diferença, o autor indica que “não só os desvios da vida sexual normal, como também a configuração normal desta são determinados pelas manifestações infantis da sexualidade” (Ibid., p. 201). As perturbações patológicas, ou perversões, seriam consequência de fixações e regressões da libido, ou seja, da ocorrência de obstáculos ao longo do processo de desenvolvimento. Tais alterações apareceriam

como um infantilismo na vida sexual, revelando a não superação de etapas infantis da constituição sexual.

Assim, percebe-se, por um lado, traços de um desenvolvimentismo darwiniano em Freud, como se houvesse um ideal maturacional a ser atingido. Por outro, porém, deslocar a infância do registro cronológico para a lógica do inconsciente, bem como afirmar que na neurose o estado infantil da sexualidade se mantém como uma fantasia atuante, evidencia uma noção que se distancia do evolucionismo puro, inatista e biologizante. Apesar de não abandonar completamente a ideia de desenvolvimento, Freud, aos poucos, vai deixando claro que não se trata de um desenvolvimento progressivo e linear, e sim de um desenvolvimento marcado por conteúdos infantis recalcados sempre atuantes.

A concepção de que o infantil é intrínseco ao psiquismo, uma marca intransponível da sexualidade humana nunca mais foi alterada em Freud. A partir do anos 1920, entretanto, com a configuração da segunda tópica e com a descoberta da compulsão à repetição, a noção de infantil foi um pouco complexificada. Freud a relaciona ao desamparo original, afirmando que ambos são inerentes ao psiquismo, cuja característica é ser sempre infantil e tenta, ademais, evitar o desamparo. Fica evidente também que o desenvolvimento libidinal não apaga o aspecto infantil do psiquismo.

Estabelecendo um infantil intrínseco ao psiquismo, Freud apostava num processo de maturação que não incluía a superação das fases passadas, e desmistificava um ideal de adulto que ganhava força na modernidade. O psiquismo agora, apresentava resquícios arcaicos simultaneamente às suas aquisições recentes, prontos a se apresentar, como nas situações de angústia, medo e de perdas. Frente a essas, o psiquismo seria sempre infantil, desamparado, e clamaria por uma proteção superior (MARIANTE, 2008, p. 91).

As descobertas freudianas dos anos 1920 tiveram também reflexo no que se refere à noção de trauma, a qual foi, mais uma vez, reformulada. Freud, a partir de seus atendimentos clínicos, constatou que era comum que sujeitos submetidos a grandes acidentes e/ou experiências muito pavorosas sonhassem repetidamente com o ocorrido. Isso também acontecia com alguns pacientes que passavam, durante o processo de análise, a sonhar com algum trauma de infância. Esses sonhos nomeados traumáticos, cuja principal característica consiste na repetição incessante de um trauma, chamaram a atenção de Freud por se oporem ao princípio do prazer, o que o fez questionar se o psiquismo seria de fato regido exclusivamente por tal princípio.

Como forma de compreender essa contínua repetição do desprazer, Freud estabelece uma analogia entre o aparelho psíquico e um organismo vivo conhecido como vesícula. A vesícula possui uma camada externa bastante resistente que a protege das excitações vindas de fora. Porém,

quando tais excitações atingem determinada intensidade, a camada externa torna-se permeável a elas e se destabiliza, sofrendo um trauma. No caso dos seres humanos, também haveria ruptura do “escudo protetor” quando um indivíduo é submetido a intensa experiência de pavor e, conseqüentemente, invadido por enorme *quantum* energético. Essa energia em excesso fica solta no aparelho, o qual passa a buscar formas de ligá-la para, depois, descarregá-la. O trauma coloca em movimento, então, inúmeras medidas defensivas no intuito de ligar a intensa quantidade de energia que irrompeu no aparelho psíquico. Nesse sentido, a repetição de experiências desagradáveis através, por exemplo, dos sonhos traumáticos, consistiria em um trabalho de ligação. Repete-se a situação traumática como forma de dominar a excitação que repentinamente tomou conta do aparelho, a fim de ligá-la, liquidá-la e, assim, promover a elaboração psíquica.

Dessa forma, de acordo com o pensamento freudiano dos anos 1920, o trauma não está mais remetido a uma experiência ou fantasia infantil de cunho sexual. Tem-se como trauma a invasão abrupta de estímulos no psiquismo, rompendo a camada protetora e inviabilizando o trabalho de ligação. Os indivíduos “traumatizados” viveriam, por isso, sob o signo de uma incessante repetição, a qual seria uma tarefa urgente, “mais além do princípio do prazer”, necessária para ligar as excitações e viabilizar sua ulterior descarga.

O trauma, entretanto, assume maior valor na segunda teoria da angústia, formulada por Freud em 1926, na qual se concebe que a angústia desencadeia o recalque. O trauma aparece agora vinculado à ameaça de castração, ou seja, ao medo de perder os órgãos genitais, os quais têm alto valor narcísico. A angústia é tida como um sinal liberado pelo ego diante da ameaça de castração, a fim de evitá-la. Em outras palavras, a angústia é o que sinaliza o perigo que evoca o trauma no aparelho psíquico, viabilizando que ego possa preparar-se e, assim, evitar a invasão abrupta de excessivo *quantum* enérgico, o que caracteriza o trauma. Quando a angústia não emerge, estabelece-se no psiquismo uma situação de desamparo em que o ego se vê sem recursos para dominar a exigência pulsional crescente.

Voltando à questão específica do desenvolvimento sexual infantil, sabe-se que a pulsão sexual desperta nas crianças interesse pelos problemas do sexo. Juntamente com o florescimento da vida sexual na criança, surge uma demanda de saber dirigida sobretudo à investigação acerca da origem dos bebês. Movidas por esse interesse, as crianças desenvolvem “teorias sexuais”, as quais “são indispensáveis para uma compreensão das próprias neuroses, já que nestas ainda atuam as teorias infantis, exercendo uma decisiva influência sobre a forma assumida pelos sintomas” (FREUD, 1908/2006, p. 193). Freud salienta que nessas investigações empreendidas pelas crianças não se leva em consideração a diferença entre os sexos, fazendo com elas atribuam a todos os seres, inclusive às mulheres, a posse de pênis. Essa seria a primeira teoria sexual infantil. A segunda, advinda da ignorância da vagina, relaciona-se ao nascimento. Para que o bebê saia do corpo da mãe

é preciso que seja expelido pelo ânus, como um excremento. A terceira teoria, por sua vez, surge quando a criança testemunha uma relação sexual entre os pais, concluindo que o coito é algo sádico.

A teoria relativa à não percepção da diferença entre os sexos gera outros desdobramentos para as crianças e pode-se dizer que tem uma função. Segundo Freud (1908/2006), o alto valor conferido ao pênis faz com que os meninos temam perdê-lo, dando origem ao medo da permanente ameaça de castração. As meninas, por sua vez, desenvolvem um grande interesse por essa parte do corpo masculino, interesse esse que é seguido pela inveja que assinala a nostalgia de algo nunca possuído. Além disso, é possível afirmar que essa teoria de que todos possuem pênis, bem como as outras duas mencionadas, visam negar a castração materna. Isso fica bastante evidente no texto *A organização genital infantil (uma interpolação na teoria da sexualidade)*, de 1923.

Freud dá início a esse texto afirmando que seu objetivo é reparar uma negligência cometida no campo do desenvolvimento sexual infantil. Ele relembra que terminou os *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905) reconhecendo uma ampla aproximação do desfecho da sexualidade na infância e da forma que assume definitivamente no adulto. Entretanto, afirma que, passados dezoito anos, não mais se satisfaz

com a afirmação de que, no primeiro ano da infância, a primazia dos órgãos genitais só foi efetuada muito incompletamente ou não o foi de modo algum. A aproximação da vida sexual da criança à do adulto vai muito além e não se limita unicamente ao surgimento da escolha de um objeto. Mesmo não se realizando uma combinação adequada das pulsões parciais sob a primazia dos órgãos genitais (...), o interesse nos genitais e em sua atividade adquire uma significação dominante, que está pouco aquém da alcançada na maturidade. Ao mesmo tempo, a característica principal dessa 'organização genital infantil' é sua *diferença* da organização genital final do adulto. Ela consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos genitais, mas uma primazia do *falo* (FREUD, 1923/2006, p. 158, *itálicos do autor*).

O avanço feito por Freud está, assim, na consideração de que as crianças não admitem a diferença entre os sexos, concebendo a existência apenas do órgão sexual masculino. O grande interesse despertado por esse órgão motiva também as investigações sexuais da criança que, no decorrer de suas pesquisas, acaba por descobrir que nem todas as pessoas têm pênis. Tal descoberta, entretanto, é rejeitada pela criança. Para camuflar a contradição entre aquilo que descobriu e aquilo em que acredita, ela diz que o pênis nas mulheres ainda é pequeno e crescerá. Posteriormente, a criança chega à conclusão de que o pênis estivera lá, mas fora perdido, retirado. “A falta de um pênis é vista como resultado da castração e, agora, a criança se defronta com a tarefa de chegar a um acordo com a castração em relação a si própria” (Ibid., p. 159). Ela supõe que o pênis foi

perdido em decorrência de a mulher ter sido castrada como punição por algo feito ou sentido. Dessa forma, a primazia fálica fica articulada à castração e o falo passa a representar uma perda.

A partir daí, é cada vez mais evidente na obra freudiana a relação entre o complexo de castração e a falta de falo na mãe. As crianças constroem fantasias a fim de desmentir a castração materna, a qual remete a sua própria castração e assinala o ponto de fracasso das teorias infantis. Nesse sentido, “a posição infantil de negar a castração equipara-se, então, àquela do neurótico; e a sexualidade infantil, por sua vez, deve nos remeter necessariamente à lógica da construção da fantasia. Dessa forma, Freud substitui a compreensão da sexualidade infantil a partir de uma visão desenvolvimentista ou educacional por outra que enfatiza a fantasia” (PRATES, 2006, p. 57).

Com isso, fica ainda mais evidente também a passagem do registro da infância para o do infantil. Para a psicanálise, modifica-se a significação da infância, não se trata mais de considerá-la como uma fase da vida, como uma etapa do desenvolvimento, e sim como uma posição vinculada aos desejos e fantasias inconscientes.

É válido neste ponto lembrar que Freud, ao fazer todas essas considerações sobre a sexualidade infantil, mudou a concepção relativa à ingenuidade e à pureza das crianças, uma das maiores crenças do século XIX. Além disso, trouxe à tona um assunto sobre o qual se silenciava e cujas manifestações eram bastante controladas na época: a sexualidade.

Sobre esse assunto específico, não há como não nos remetermos a Michel Foucault (1926-1984) e fazermos uma pequena digressão. O filósofo, em *História da sexualidade I – A vontade de saber* (1976/1988), aponta um paradoxo interessante. O sexo, na época em que Freud empreendia seu trabalho, estava sob forte regulação, sofrendo diversos interditos e proibições. O assunto era proibido socialmente e permitido apenas na intimidade conjugal. Pais e filhos, patrões e serviçais, professores e alunos não podiam falar sobre sexo. Entretanto, não paravam de surgir discursos a esse respeito, mesmo que submetidos a rígido controle e enunciados específicos.

Sobre o sexo, os discursos (...) não cessaram de proliferar: uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII. Não penso tanto, aqui, na multiplicação provável dos discursos ‘ilícitos’, discursos de infração que dominam o sexo cruamente por insulto ou zombaria aos novos pudores; o cerceamento das regras de decência provocou, provavelmente, como contra-efeito, uma valorização e uma intensificação do discurso indecente. Mas o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: (...) obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e fazê-lo falar ele próprio sob a forma de articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado (FOUCAULT, 1976/1988, p. 22).

Foucault (1976/1988) analisa essa produção de discursos sobre o sexo demonstrando que a vontade de saber gera produções de saber e, conseqüentemente, produções de poder que são

exercidas por meio de regulações. Tratou-se, assim, de regular o sexo por intermédio de discursos úteis e públicos, já que as proibições incitavam diversas transgressões e escapavam ao domínio do poder. “Não somente foi ampliado o domínio do que se podia dizer sobre o sexo e foram os homens obrigados a estendê-lo cada vez mais; mas, sobretudo, focalizou-se o discurso no sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição” (FOUCAULT, 1976/1988, p. 26). Encontraram-se, assim, mecanismos de poder capazes de produzir e regular discursos sobre o sexo.

A essa regulação do sexo, a sexualidade infantil não escapa. Foucault (1976/1988) demonstra que nos discursos sem palavras já era perceptível que se sabia sobre a existência da sexualidade infantil. Segundo ele, o silêncio acerca desse assunto era apenas aparente, pois, na verdade, falava-se dele o tempo todo. As proibições e as interdições relativas a falar sobre sexo impostas às crianças, bem como a arquitetura das salas de aula, o arranjo dos pátios no recreio, a vigilância nos dormitórios, na hora do recolhimento e do próprio sono mostram que “tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição - o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar - articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente” (Ibid., p. 30). Assim, pode-se afirmar que já existia na época um saber a respeito da sexualidade da criança, sobre a qual era exercido grande poder.

Foucault (1976/1988) afirma ainda que a sexualidade das crianças passou a ser um problema público. Em função disso, surgiram mais dispositivos de regulação e estratégias discursivas, os quais configuravam a formalização de um vasto conhecimento especializado acerca da sexualidade de crianças e adolescentes. Pedagogos, médicos, educadores e pais eram responsáveis por veicular esses saberes e exercer poder sobre o sexo infantil: “os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos às famílias; os pedagogos se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros (...). Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas (...) e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e seu sexo” (Ibid., p. 30-31). Consolidou-se, assim, um “sexo permitido” e a condenação daqueles que se desviassem de tal padrão. Recriminava-se a homossexualidade, a sexualidade dos loucos, dos criminosos e das crianças, manifestações sexuais que não tinham utilidade econômica e/ou política.

Segundo Foucault (1976/1988) seria inexato, então, afirmar que na Modernidade se impôs um silêncio no que se refere ao sexo das crianças. Pelo contrário, o discurso sobre o sexo, mesmo que atravessado por regulações e proibições, foi estimulado. Essa “colocação do sexo em discurso”, produzida por uma série de mecanismos também coercitivos, revela que a intensificação dos poderes está vinculada à multiplicação dos discursos.

E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda a parte dispositivos para ouvir e registrar (...) Desenfurnaram-no e obrigaram-no a uma existência discursiva. Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou (FOUCAULT, 1976/1988, p. 34).

Se houve, então, na Modernidade, necessidade de tantos estímulos e, ao mesmo tempo, mecanismos coercitivos para se falar do sexo foi porque, de acordo ainda Foucault (1976/1988), vigorava uma interdição fundamental no que se refere a tal assunto. Essa insistente “colocação do sexo em discurso” revela que a sexualidade humana permanece, na verdade, oculta, tratando-se de uma “presença insidiosa” e enigmática que se tenta esconder em toda a parte. Isso demonstra que “o que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem devotado a falar sempre, valorizando-o como *o segredo*” (Ibid., p.36, *itálico do autor*).

Essa manutenção do sexo como um enigma, um mistério ou um tabu pode ter sido responsável por fazer especificamente da sexualidade infantil um assunto ainda mais delicado, sendo inclusive um dos obstáculos no trabalho analítico com crianças. De acordo com Prates, a sexualidade infantil é o foco de resistência de muitos analistas, pois, além de ser um assunto socialmente controverso, interroga “o psicanalista no seu ponto de resistência mais radical: aquele que o remete ao lugar do infantil em sua própria fantasia de infância” (PRATES, 2006, p. 12).

Retornando especificamente àquele que consiste no assunto deste subitem, ou seja, as elaborações freudianas acerca da sexualidade infantil, podemos afirmar que a partir delas fica ainda mais evidente a separação entre infância e infantil. Verifica-se que o infantil relaciona-se ao registro da sexualidade, do desejo e do que é regulado pelo princípio do prazer. Em outras palavras, o infantil vincula-se à sexualidade recalcada, àquilo cujo ingresso na consciência é vetado e que, portanto, é responsável pela formação dos sintomas e dos sonhos. A posição infantil traduz-se por modos iniciais de satisfação pulsional recalcada, os quais se fazem presentes na sexualidade humana de modo geral.

Freud, dessa forma, nos revela que, independente de ser adulto ou criança, a sexualidade, assim como a neurose, é essencialmente infantil. Esse aspecto é passível de ser evidenciado nos relatos freudianos de dois casos clínicos, *O pequeno Hans* (1909) e o *O Homem dos Lobos* (1918[1914]), conforme veremos a seguir.

2.5.O pequeno Hans (1909) e O Homem dos Lobos (1918[1914])

O pequeno Hans (1909) e o *O Homem dos Lobos* (1918[1914]) são históricos clínicos escritos por Freud considerados, respectivamente, paradigmas da problemática da sexualidade infantil e da neurose infantil. Por se tratarem de casos que permitem entrever como a questão do infantil presentifica-se na análise e também como Freud a entende, optou-se por apresentá-los aqui.

2.5.1. O pequeno Hans (1909)

Em 1909, Freud, interessado nos primórdios da vida sexual e influenciado pelas hipóteses estabelecidas em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), publica a análise de uma fobia de um menino de cinco anos. O relato desse caso, conhecido como *O pequeno Hans* (1909), viabilizaria que fosse comprovada a existência da vida sexual nas crianças, aspecto comumente desprezado ou deliberadamente negado à época. Assim, o que motivou Freud a atender Hans foi poder “observar em crianças, em primeira mão e em todo o frescor da vida, os impulsos e desejos sexuais que tão laboriosamente desenterramos nos adultos dentre seus próprios escombros - especialmente se também é crença nossa que constituem a propriedade comum de todos homens, uma parte da constituição humana, apenas exagerada ou distorcida nos neuróticos” (FREUD, 1909/2006, p. 16).

Com essa finalidade, Freud estabelece as linhas gerais dos atendimentos de Hans. Devemos salientar que ele viu o menino uma única vez e que o tratamento foi efetuado pelo pai da criança, o qual relatava a Freud suas observações e fazia as intervenções por ele propostas. Empreender o tratamento dessa forma foi possível, pois a autoridade de um pai, de um médico e o interesse científico uniam-se no pai de Hans. Por isso, segundo Freud, ninguém mais poderia ter “persuadido a criança a fazer quaisquer declarações como as dela” (Ibid., p. 15).

Os primeiros relatos sobre Hans datam de quando ele tinha quase três anos e demonstram seu interesse pelo pênis. Movido por sua curiosidade em relação ao órgão sexual, fazia muitas perguntas a esse respeito, indagando, inclusive, à mãe se ela possuía ou não a “coisinha de fazer xixi”, nome que ele deu ao pênis. Seu interesse por tal órgão, contudo, não era apenas teórico. Hans também se masturbava, característica forma de atividade sexual auto-erótica. Segundo Freud, tudo o que o menino revela aí é típico do desenvolvimento sexual das crianças de modo geral e exemplifica as teorias freudianas sobre a sexualidade infantil.

Quando estava com três anos e meio, ocorre o que Freud considera o grande evento na vida de Hans: o nascimento de sua irmã. Esse acontecimento despertou, primeiramente, intenso ciúmes no menino. Passados alguns meses, Hans apresenta fortes crises de angústia, manifesta intensa vontade de ficar com a mãe e desejos hostis em relação ao pai. Nessa mesma época, ele viu sua irmã sendo banhada pela mãe e admirou-se de como era pequena a “coisinha de fazer xixi” de Hanna, supondo que cresceria quando ela ficasse maior.

Uma vez mais, ficam evidentes as teorias freudianas sobre a vida sexual das crianças, mas chama a atenção de Freud o intenso estado de angústia de Hans. O autor, então, demonstra que a exclusão do pequeno paciente da relação com a mãe, por causa do nascimento da irmã, e o despertar da excitação sexual ao vê-la dando banho em Hanna teriam contribuído para aumentar a tensão sexual experimentada por ele. A hostilidade com o pai, reflexo do desejo de poder ficar só com a mãe, também aumentava a tensão de Hans. Todo esse incremento da excitação sexual passa a ser liberado na forma de angústia.

Um dia, quando estava na rua, Hans teve um súbito e intenso ataque de ansiedade. Ele não soube dizer o que lhe dava medo, mas disse ao pai que queria poder ficar com a mãe e acariciá-la. Os ataques de ansiedade na rua e o medo de sair de casa passaram a ser frequentes, porém o que os motivava não era claro. Entretanto, logo tornou-se evidente que sua libido tinha ligado-se a algo bastante específico: ao medo de ser mordido por um cavalo branco. Dessa forma, a angústia de Hans limitou-se a uma situação desprazerosa específica, que podia ser por ele evitada. A fobia por cavalo aparece, então, como forma de aplacar a angústia. Freud, a partir disso, constrói uma hipótese interpretativa. Os impulsos de Hans dirigidos à mãe são recalcados e isso geraria angústia. Tal angústia corresponderia, assim, ao desejo recalcado e teria relação com o medo de ser castrado, aspectos compatíveis à primeira teoria da angústia em Freud.

Com o avanço da análise de Hans, torna-se claro que o medo dos cavalos era, na verdade, medo do pai em função do desejo que nutria de que ele morresse. Tal desejo aparecia com maior clareza no medo de que os “cavalos caíssem”. Hans passa a temer também os carros. Ao longo da análise, o medo pelos carros e cavalos é substituído pelo de ficar entalado na banheira. Encontra como saída para isso a construção de uma fantasia na qual “somou todos os seus desejos eróticos, tanto os derivados da sua fase auto-erótica quanto aos ligados ao seu amor objetal. Nessa fantasia ele estava casado com sua linda mãe e tinha inúmeros filhos, de que podia cuidar a sua maneira” (FREUD, 1909/2006, p. 105). A fobia desaparece.

A análise de Hans permite a Freud corroborar sua teoria da sexualidade. Ficam claras as fases do desenvolvimento psíquico-sexual da criança até o momento em que se dá a instalação da neurose infantil. Fica evidente também um desenvolvimento determinado por conteúdos infantis recalcados, o que demonstra a marca daquilo que Freud chamou de infantil. Não é a infância que se

apresenta no caso, mas sim lembranças, recordações, desejos e fantasias, os quais, mesmo se tratando de uma criança, apareciam a *posteriori*. Isso é o que leva Freud (1909/2006, p. 131) a afirmar:

não aprendi nada de novo com essa análise, nada que eu já não tivesse sido capaz de descobrir (apesar de muitas vezes menos distintamente e mais indiretamente) em outros pacientes analisados numa idade mais avançada. Mas a neurose desses outros pacientes podia, em todos os casos, ser reportada aos mesmos complexos infantis que foram revelados por trás da fobia de Hans.

2.5.2. *O Homem dos Lobos (1918[1914])*

Em 1918, Freud debruçou-se sobre o debate acerca da fantasia primária e da construção do infantil na análise. Com a publicação do historial clínico daquele que ficou conhecido como o caso do *Homem dos Lobos* (1918[1914]), o autor conseguiu mostrar o caráter atemporal e o papel determinante na formação dos sintomas neuróticos daquilo que ele chama de “fator infantil”. Como veremos na breve retomada do caso, trata-se de um infantil que, além de determinar até mesmo o que se constrói em análise, equivale àquilo que é traumático e permaneceu no inconsciente gerando suas formações.

Antes de apresentar o caso, é válido notar que Freud o intitula *História de uma neurose infantil*. Esse nome remete justamente ao fato de a descrição apresentada ser a “de uma neurose infantil que foi analisada não enquanto realmente existia, mas somente quinze anos depois de haver terminado” (FREUD, 1918[1914]/2006, p. 20) e cujos efeitos fizeram-se sentir ao longo de toda a vida do paciente. O título, como fica evidente em uma nota de rodapé⁷ inserida por Freud, é também uma resposta às objeções de Jung e Adler acerca da etiologia infantil e sexual dos sintomas neuróticos.

Quanto ao relato do caso, Freud comunica que se trata de um jovem que teve sua saúde abalada aos dezoito anos e que, ao iniciar o tratamento psicanalítico anos mais tarde, encontrava-se incapacitado e dependente de outras pessoas. O autor também comenta que os primeiros anos de vida do paciente haviam sido bastante conturbados em função de um grave distúrbio neurótico: uma histeria de angústia que se transformou em uma neurose obsessiva.

⁷ “Este caso clínico foi escrito logo após a conclusão do tratamento, no inverno de 1914-15. Nessa época eu estava ainda sob a impressão recente das reinterpretações distorcidas que C. G. Jung e Alfred Adler se empenhavam para dar às descobertas da psicanálise” (FREUD, 1918[1914]/2006, p. 19).

Freud isola, assim, dois tempos da neurose infantil. O primeiro deles corresponde à mudança de temperamento ocorrida no menino quando tinha três anos. Ele, subitamente, tornou-se agressivo, irritável e passou a ter atitudes perversas com pequenos animais. O segundo tempo, por sua vez, está associado ao surgimento da angústia e da fobia de lobos quando o menino contava com quatro anos de idade. Nesse época, desenvolveu também sintomas obsessivos de cunho religioso que perduraram até os dez anos.

No que se refere ao primeiro tempo postulado, Freud explica que o menino havia sofrido tentativas de sedução por parte da irmã. Mesmo que essa não o agradasse enquanto objeto sexual, induziu o despertar de intensa excitação, a qual se manifestava na forma de masturbação e nas tentativas de seduzir a babá. Essa, por sua vez, o repreendia enfaticamente e recusava suas investidas. Segundo Freud, isso teria sido a causa da súbita mudança de comportamento do menino e da regressão em sua vida sexual, a qual tomara um caráter sádico-anal. Tal regressão foi também acompanhada por um deslocamento da escolha de objeto da babá para o pai. Entretanto, a tendência ativa que demonstrava em relação a ela transformou-se em passiva, o que explica as tentativas do menino de “forçar castigos e espancamentos por parte do pai, e dessa forma obter a satisfação sexual masoquista que desejava. Os seus ataques e gritos eram, portanto, simples tentativas de sedução” (FREUD, 1918[1914]/2006, p. 39).

Em determinado momento da análise, o paciente recorda-se de algo que promove uma virada no tratamento e nas construções de freudianas acerca do caso. A lembrança foi a de um sonho, o qual, segundo Freud, tornou possível dividir a neurose infantil do paciente nos dois tempos já mencionados. Trata-se de um sonho que ocorreu poucos dias antes de o paciente completar quatro anos: a janela de seu quarto abre-se de repente e, através dela, vê seis ou sete lobos brancos sentados numa árvore, os quais o olhavam fixamente e iriam comê-lo. A partir de então têm início as crises de angústia, a fobia e os sintomas obsessivos do menino.

Freud ficou especialmente interessado por duas observações feitas pelo paciente a respeito do sonho: a imobilidade dos lobos e a atenção com que todos o olhavam. Com base em sua experiência na interpretação de sonhos, Freud afirma que as partes do conteúdo do sonho enfatizadas pelo paciente estariam deformadas provavelmente para seu oposto e conduziriam ao conteúdo de uma outra cena: “(...) determinada parte do material latente do sonho reivindica, na memória do sonhador, possuir a qualidade de realidade, isto é, que o sonho relaciona-se com uma ocorrência que realmente teve lugar e não foi simplesmente imaginada” (Ibid., p. 45). Seria uma cena já esquecida à época do sonho e ocorrida muito prematuramente.

Movido por essa hipótese, Freud pergunta ao paciente se ele teria visto algo em movimento. Essa pergunta gera a lembrança de uma cena ainda mais precoce, a cena primária, na qual o menino teria visto, com um ano e meio de idade, uma relação sexual entre seus pais. Assim, de acordo com

Freud, o lobo que dava medo ao menino era o próprio pai e o sonho causou-lhe angústia, pois representava seu desejo de copular com o pai. A atitude passiva em relação ao pai, que remetia a uma identificação com a mãe, ficou recalcada e foi substituída pela fobia de lobos.

A ativação da cena primária no sonho levou-o, então, de volta à organização genital. Descobriu a vagina e o significado biológico de masculino e feminino. Compreendia agora que ativo era o mesmo que masculino, ao passo que passivo era o mesmo que feminino. Seu objetivo sexual passivo deve ter sido, então, transformado em feminino, expressando-se como ‘ser copulado pelo pai’ (...) Esse objetivo feminino, no entanto, sujeitou-se à repressão e foi obrigado a deixar-se substituir pelo medo do lobo (FREUD, 1918[1914]/2006, p. 57).

Ao introduzir a hipótese de que o sonho remeteria a uma outra cena infantil, Freud toma cuidado para não voltar à ideia de que uma experiência factual estaria na origem das neuroses. Assim, ele desenvolve uma discussão acerca da realidade ou não da cena primária, ressaltando a possibilidade de que nem sempre se trata de cenas verdadeiras, mas que essas podem ser fantasias do paciente já adulto. A concepção freudiana, então, é a de que as cenas primitivas da infância não são reproduções de lembrança de algo ocorrido, são sim produtos de construções feitas em análise⁸. As lembranças anteriormente inconscientes são muitas vezes

distorções da verdade, intercaladas de elementos imaginários, tal como as assim chamadas lembranças encobridoras (...) cenas, como as do paciente no presente caso, que datam de um período tão prematuro e exibem um conteúdo semelhante, e que apresentam depois um significado extraordinário para o histórico do caso, não são, via de regra, reproduzidas como lembranças, mas têm que ser (...) construídas (Ibid., p. 61-62).

Na última parte do texto, Freud afirma que é possível estudar a criança por intermédio do adulto. Entretanto, não é a história cronológica da neurose na infância que se extrai dos relatos do paciente, como esclarece Prates (2006, p.257-258), “mas os tempo da construção da fantasia, que inclui o infantil como o lugar do que resta (...)”. Salienta-se que “o que está em discussão, portanto, é a significação do fator infantil” (Ibid., p. 65). Dessa forma, o caso do *Homem dos Lobos* (1918[1914]), além de ratificar o caráter determinante das mais remotas experiências da vida na etiologia da neurose, mostra com clareza que o que se apresenta numa análise, seja qual for a idade do analisando, é o infantil que o constitui.

Assim, Freud, ao falar da infância, atribuía-lhe um sentido diferente daquele comumente conhecido e socialmente compartilhado. Estabeleceu uma descontinuidade entre infância e infantil,

⁸ Freud desenvolve essa questão mais a fundo em seu artigo intitulado *Construções em análise* (1937).

marcando uma especificidade conceitual da psicanálise. As construções teóricas de Freud, baseadas nos dizeres de pacientes adultos, evidenciam que o infantil não é uma experiência de criança. Assim, ao conceber “um infantil atuante em todas as idades, Freud fazia ruir as esperanças de que a maturidade poderia extinguir os aspectos infantis do psiquismo, e de que o desenvolvimento conduziria o homem e a civilização ao progresso e à perfeição” (MARIANTE, 2008, p. 92).

Por fim, a passagem da sedução à fantasia, além de culminar no estabelecimento do infantil, deu lugar à elaboração da realidade psíquica baseada no inconsciente e no desejo. Isso implica a descoberta do que Lacan, posteriormente, chamou de sujeito do inconsciente, noção que será desenvolvida no capítulo seguinte.

Capítulo 3 - O sujeito para a psicanálise

Para dar continuidade às reflexões acerca do que seria a criança para a psicanálise faz-se fundamental introduzir elementos relativos à concepção de sujeito em Lacan. Trata-se de uma noção, e de um termo também, por ele inseridos na psicanálise, mas foram formulados tomando-se por base a teoria freudiana, especialmente do aparelho psíquico.

Apesar de não haver em Freud nenhuma menção explícita à noção de sujeito, é possível notar em sua obra, como assinala Cabas (2009), a presença e a referência constantes a tal questão. A dimensão da subjetividade e do inconsciente são pontos fundamentais da teoria freudiana, o que por si só viabiliza e justifica que, mesmo sem usar termos como “sujeito” ou “subjetividade”, seja possível ver pulsar a todo tempo, nas entrelinhas de seus escritos, a questão do sujeito.

Freud, ao postular o inconsciente, subverte a concepção de subjetividade cartesiana dominante nos séculos XVII e XVIII, segundo a qual a razão e o pensamento consciente são soberanos e fundamentais à existência. Quando afirma, em 1917, que os processos mentais são inconscientes e a vida pulsional não pode ser inteiramente controlada, concluindo que “*o ego não é senhor da sua própria casa*” (FREUD, 1917/2006, p. 153, itálico do autor), Freud desconstrói a ideia de que o Eu é uma instância unívoca, cognoscível e controlada pela razão, como afirmava René Descartes (1596-1650). Se para o autor de o *Discurso sobre o método* (1637), a existência é assegurada pelo ato de pensar, fazendo com que pensar e ser coincidam, para Freud, por sua vez, não é possível considerar que pensar e existir estejam no mesmo lugar. Além disso, o pai da psicanálise concebe o pensamento como pensamento inconsciente e não considera que o sujeito corresponda ao Eu, indo contra a ideia cartesiana de que o sujeito, autor de pensamentos e ideias, é o próprio Eu.

Assim, ao postular o inconsciente, Freud rompe com a noção de unidade e de domínio da razão sobre a subjetividade. Na obra freudiana, o sujeito não é unívoco e tampouco é o mesmo que indivíduo, unidade distinta e indivisível. O ser humano deixa de caracterizar-se como uma unidade e passa a ser concebido como dividido. “O trabalho de Freud põe na mesa uma definição da subjetividade. E o primeiro princípio dessa subjetividade é que a divisão da personalidade psíquica lhe é constitutiva” (CABAS, 2009, p.85). Mas de que divisão se trata?

Freud, ao construir sua teoria pulsional, constata que há uma renúncia inerente a todo ser humano. Trata-se da renúncia às satisfações pulsionais, a qual emerge do conflito existente entre a exigência de satisfação da pulsão e a tendência de a consciência manter-se alheia a tal exigência. A divisão é, portanto, estrutural e duas instâncias a caracterizam: o Eu e o Isso (ou Ego e Id, respectivamente). O Eu tem como fundamento a percepção e, como traço característico, ser

mediador das reivindicações do Isso, dos imperativos do supereu e das exigências da realidade. O Isso, por sua vez, é inconsciente e marca capital do psiquismo. Freud (1923/2006, p. 37) escreve: “para nós o indivíduo é um id psíquico, desconhecido e inconsciente, sobre cuja superfície repousa o ego, desenvolvido a partir de seu núcleo, o sistema perceptivo”. Essa divisão traz em seu bojo a questão do recalque (contesta a satisfação pulsional) e, conseqüentemente, a emergência de uma fenda, de um divisão. Na obra freudiana, denota-se aí o lugar do sujeito, o qual “*não tem outra existência além de um furo no discurso*” (FINK, 1995/1998, p. 63, itálico do autor).

Pode-se entrever nos estudos de Freud que algo “desponta” em determinada conjuntura. “Nos lapsos de língua, assim como nos atos falhos e parapraxes de todos os tipos, algum tipo de *intenção* estranha parece entrar em cena ou forçar uma entrada” (Ibid., loc. cit., itálico do autor). Freud diz que é aí que devemos considerar a presença do inconsciente, o qual revela um sujeito que se dá a ver somente de modo fugaz, como uma pulsação que logo desaparece, sem substrato e permanência temporal. A subjetividade no inconsciente freudiano é, como mostra Fink (1995/1998), um furo, uma interrupção ou ainda um irrupção no discurso. O sujeito aparece, então, como uma pulsação traduzida em um tropeço no discurso.

A partir dessa breve exposição a respeito do que seria o “sujeito freudiano”, pode-se perceber os germes daquilo que Lacan, anos à frente, conceberá como sujeito do inconsciente, algo que sempre inspirou sua atenção. De acordo com Ogilvie (2010), o interesse lacaniano acerca do sujeito já estava presente no tempo dito “pré-psicanalítico”, quando Lacan buscava, entre outros aspectos, definir o que seria a personalidade, a qual pode ser entendida como a base daquilo que mais tarde será nomeado sujeito do inconsciente. Ogilvie (2010) ainda assinala que, em função de tal interesse, a noção de sujeito em Lacan já se fazia notar desde seus primeiros escritos, inclusive na sua tese de doutorado em medicina de 1932, intitulada *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*.

Na tese de doutorado, Lacan tenta propor um novo conceito de personalidade que integrasse as duas tradições psiquiátricas vigentes na época, a francesa e a alemã. A primeira delas supunha que as doenças mentais derivavam de aspectos constitucionais, ou seja, tratava-se de um determinismo orgânico. A segunda, por sua vez, defendia um determinismo ambiental: as doenças mentais eram resultantes de um processo reacional em relação a algo vindo de fora. Lacan pretendia estabelecer uma noção de personalidade situada no cruzamento entre ambas, isto é, entre inatismo e ambientalismo, o que implica afirmar que para ele a personalidade não se reduzia ao funcionamento orgânico e tampouco a um fenômeno sem determinação.

Assim, a noção de personalidade apresentada por Lacan “fica reinscrita em um campo de inteligibilidade abarcador do sistema de relações humanas em que certas significações subjetivas se exercem de maneira privilegiada e específica, em detrimento de uma ordem exclusiva de

determinação fisiológica” (OGILVIE, 2010, p. 17, tradução nossa). Lacan rompia, então, com a explicação de cunho exclusivamente organicista que vigorava à época, começando a apontar para algo de Outra ordem.

Nessa tentativa de reinscrição, evidencia-se também que a personalidade passa a ser pensada como um aspecto da existência do indivíduo enquanto ser social. Lacan, em 1932, postulou que a personalidade estava marcada pelas relações que se estabeleciam entre o homem, os acontecimentos de sua história e o meio social. Como paradigma disso, podemos nos servir da análise do caso Aimée feita na *Tese* de 1932, em que Lacan aponta que a psicose somente pode ser compreendida quando articulada ao contexto social que lhe dá sua significação. “Os fenômenos da personalidade são especificamente humanos, isto é, não se desenvolvem na dimensão única de um automatismo instintual, mas na dimensão plural de um comportamento acoplado a uma representação, e, enquanto tal, assumem sentido e funcionam num sistema social submetido a leis específicas” (Ibid., p. 27, tradução nossa). Aqui já é possível vislumbrar a questão do Outro e da linguagem impondo-se a Lacan como algo determinante.

Além disso, verifica-se que Lacan baseou-se em uma antropologia para tentar definir aquilo que designou como personalidade.

A antropologia lacaniana referente ao seu estudo sobre a personalidade sofreu forte influência de Espinosa no que se referiu à articulação entre campo representacional, organismo e meio social. (...) A partir de então estariam vetadas explicações que atribuíssem causalidade biológica a fenômenos psíquicos e assim reciprocamente. (...) Através deste sistema e relações, Lacan estabeleceu que um fato mental excederia o indivíduo. Nesta direção, o então psiquiatra francês postulou que o estudo do desenvolvimento da personalidade (...) comportava uma análise que se aplicava ‘aos acontecimentos de sua história, aos progressos de sua consciência, a suas relações no meio social’ (GIANESI, 2011, p. 266-267).

Alguns anos depois, mais precisamente a partir de 1938, Lacan passa a tomar a família conjugal como base de seus estudos acerca da personalidade. Sob a referência dos trabalhos de Émile Durkheim (1858-1917), Lacan reconsidera a questão da personalidade a partir da família humana e de sua estrutura cultural, deixando de lado qualquer preocupação sociológica a fim de deter-se ao aspecto psíquico do problema (Ogilvie, 2010). “A situação do grupo familiar, sua composição, sua inserção na sociedade e o valor social que nela encontra seu chefe, o pai de família, determinam, segundo o Lacan da época, os avatares sintomáticos e inclusive as catástrofes estruturais de um amadurecimento subjetivo” (ZAFIROPOULOS, 2003/2006, p. 17, tradução nossa). Para Lacan, o Complexo de Édipo e os sintomas estariam correlacionados ao valor social do pai de família e à integração social da própria família.

Assim, no período compreendido entre 1938 e 1950, Lacan, influenciado por Durkheim, dá importância à dimensão cultural especificamente humana. Para ele, tal dimensão imprimiria sua marca às manifestações psicológicas. O autor, ademais, valorizava os complexos⁹, conscientes e inconscientes, os quais seriam dominados por fatores culturais e responsáveis pelas formas de expressão neurótica. Compartilhando da ideia de anomia social de Durkheim, Lacan também questionou o valor do pai inconsciente, postulando-o, ao contrário de Freud, como degradado e atrelando-o às condições sócio-históricas. Da mesma forma, o Complexo de Édipo não seria universal, e sim socialmente determinado. Todos esses aspectos influenciavam a noção de personalidade que Lacan vinha construindo, a qual, à época, apresentava um novo aspecto: o fato de conceber o ser humano como um ser social.

O ser humano não é somente, por essência, um ser social, mas é um ser social na medida em que não é outra coisa. Em outras palavras, o caráter social do ser humano não vem acrescentar-se de maneira essencial a um conjunto de determinações próprias do reino vivente em geral, senão vem ocupar o lugar de uma carência, de uma ausência característica e específica (OGILVIE, 2010, p. 85, tradução nossa).

Zafirooulos (2003/2006, p.23, tradução nossa) resume bem esse período lacaniano:

É fato que Lacan, durante seu ‘momento durkheimiano’, promoveu um relativismo sócio-histórico da estruturação subjetiva que se opunha ao universalismo de Freud, como também esforçou-se - frente à indiferença geral e a mais completa cegueira tanto dos psicanalistas quanto dos etnólogos - para esclarecer o enigma antropológico mais capital: a passagem da natureza à cultura.

Tal tentativa de explicar a transição da natureza à cultura foi sem dúvida influenciada pelas leituras que Lacan fazia dos trabalhos do antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009). O antropólogo francês, em *As estruturas elementares do parentesco* (1947), apresenta a ideia de que é “em uma falta, em uma ausência de determinação natural no homem onde vem se alojar o conjunto dos sistemas regradados da cultura” (OGILVIE, 2010, p. 86, tradução nossa). Depreende-se assim que, para Lévi-Strauss, não há no homem comportamento que possa ser considerado natural da espécie e, ademais, que o ser humano é concebido como portador de uma insuficiência. Essa carência biológica do homem, sua prematuridade ao nascer, gera a necessidade de uma suplência vinda de fora, do social. Faz-se necessário que um semelhante, um outro, cuide dele e o eduque.

⁹ Complexo, segundo Evans (1997), é o nome que Lacan dá à internalização das primeiras estruturas sociais do sujeito como, por exemplo, as relações entre as diversas pessoas de seu meio familiar. Trata-se de um produto totalmente cultural, e não biológico ou instintual. Lacan identifica três complexos (desmame, intrusão e Édipo), cada qual sendo marca de uma “crise psíquica” considerada vital.

A partir dessas ideias de Lévi-Strauss, Lacan modificou e aprofundou a teoria que vinha construindo acerca daquilo que chamava de personalidade. A tentativa de resolver o enigma antropológico da passagem da natureza à cultura deve ser considerada, portanto, uma importante virada na obra lacaniana quando se trata especialmente de pensar a questão do sujeito. Foi essa passagem que permitiu uma dissociação entre indivíduo e espécie, culminando no abandono do terreno biológico, na renúncia à ideia de desenvolvimento e, conseqüentemente, no estabelecimento da concepção de que o sujeito não se desenvolve. Assim, Lacan, ao deslocar a natureza do homem à cultura, acaba por situar a psicanálise em um domínio totalmente original.

Uma ideia fundamental impõe-se à psicanálise lacaniana a partir de então. Trata-se da descoberta de que cultura e função subjetiva estão separadas de modo irreduzível, constituindo uma descontinuidade radical que confere ao sujeito seu traço característico e também o estatuto de uma estrutura de desconhecimento (Ogilvie, 2010). Estão assim cristalizados os fundamentos da noção de sujeito, o qual

se produz em um desconhecimento radical do processo objetivo que subjaz o desenvolvimento de sua espécie, o qual mantém, por sua vez, uma relação negativa com seu substrato biológico: a carência instintiva deixa livre o curso da relação social e cultural, que vem cumprir um papel para o qual em todas as demais espécies bastam as determinações biológicas, e que o sujeito apreende como uma coação exterior. Natureza, cultura e subjetividade: ao pensar a negatividade que as enlaça sob a forma de sua separação, confere-se ao psiquismo uma dimensão própria (OGILVIE, 2010, p. 89, tradução nossa).

Essa dimensão própria que passa a ser conferida ao psiquismo não é compatível, como vimos, com a noção de desenvolvimento enquanto processo gradual que dá origem a algo. Por isso, Lacan passa a desenvolver uma teoria da constituição que tem como base a noção de identificação, tomada emprestada de Freud. O texto de 1949, *O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos revela a experiência psicanalítica*¹⁰, consolida, em uma teoria da constituição subjetiva, os avanços lacanianos feitos nesse sentido, marcando a passagem para um Lacan propriamente psicanalista e inaugurando a teoria do sujeito, a qual será aprofundada ao longo de toda sua obra.

Lacan começa o texto em questão apontando um importante aspecto. Logo no início, ao afirmar que o estádio do espelho pode esclarecer sobre a função do Eu na psicanálise, o autor salienta que se trata de uma “experiência sobre a qual convém dizer que nos opõe a qualquer filosofia diretamente oriunda do *Cogito*” (LACAN, 1949/1998, p. 96, itálico do autor). Como já

¹⁰ Uma primeira versão desse texto foi escrita em 1936.

mencionado no presente capítulo, a psicanálise, desde Freud, opõe-se ao Cogito, pois funda-se na concepção do inconsciente e da divisão subjetiva dos seres humanos.

De modo resumido, pode-se afirmar que Lacan estabelece que o estágio do espelho consiste no reconhecimento, pela criança, de sua própria imagem no espelho, antes mesmo da maturação biológica. Essa percepção de si transforma profundamente a criança. Nesse sentido, Lacan faz o estágio do espelho equivaler a uma identificação, ou seja, à “transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 1949/1998, p. 97). Trata-se de uma experiência marcada por uma atividade jubilatória e também pela questão do reconhecimento e da antecipação, aspectos importantes à passagem do *infans* ao sujeito e a própria elaboração da noção de sujeito.

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [*eu*] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (Ibid., loc. cit., itálico do autor).

O estágio do espelho é, então, uma experiência que antecede aquilo que Lacan chama de função subjetiva. Além disso, a interiorização da própria imagem consiste em uma identificação originária que funciona como raiz das demais identificações do sujeito. Lacan, por isso, refere-se à experiência do estágio do espelho como um “drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação - e que fabrica para o sujeito (...) as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade (...) - e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental” (Ibid, p. 100). Trata-se de um processo fundamental, pois a imagem unificante apreendida no espelho passa a ter o peso de uma referência, assumindo um valor indicativo que serve de base às identificações secundárias que inscrevem o sujeito no social.

Como vimos, a imaturidade biológica do ser humano exige que ele receba cuidados vindos de um outro para definir-se, o que faz com que fique aberta a via para que se funde sua posição de ser social e marque-se a passagem da natureza à cultura de que tratávamos anteriormente. Essa estimulação vinda do outro, contudo, não basta. O “indivíduo como um todo, mais do que somente (...) seu ‘dinamismo libidinal’, exige, antes de tudo, certa imagem de si mesmo para se identificar ou se definir em uma experiência primordial (a do espelho), antecipatória de seu ingresso no sistema dos intercâmbios no qual se constituirá, por fim, como sujeito da linguagem e, de modo mais geral, dos intercâmbios sociais” (ZAFIROPOULOS, 2001/2002, p. 123, tradução nossa). Essa identificação imaginária funda a passagem ao registro da cultura, do social.

O estágio do espelho tem sua conclusão quando se passa da identificação à imagem especular para a identificação com o semelhante, ligando o Eu a “situações socialmente elaboradas. É esse momento que decisivamente faz todo o saber humano bascular para a mediação pelo desejo do outro” (LACAN, 1949/1998, p. 101), já que o Eu, inclusive no que se refere ao desejo, só se dá a conhecer por intermédio do outro. O Eu é uma instância psíquica “vinculada à função de desconhecimento e substancializada pelos efeitos produzidos no sujeito quando se identifica a uma imagem. Para tanto, a instância do Eu está organizada sob uma forma que lhe é externa a si mesma, e concomitantemente projetada sobre as interpretações da superfície corporal” (JÚNIOR, 2010, p. 134). O Eu, então, não é um ser pensante, mas sim uma construção formada por identificação à imagem do espelho, constituindo um lugar em que o sujeito se aliena e se desconhece.

A partir dessa relação com o outro que funda sua própria imagem, nasce também o desejo¹¹ do sujeito. Trata-se do desejo inconsciente, elemento essencial da experiência humana, estritamente sexual, que emerge na linguagem e somente articulado à palavra pode ter existência e ser reconhecido. É apenas nomeado e formulado na presença do outro que o desejo é reconhecido como tal, pois “antes que o desejo aprenda a se reconhecer pelo símbolo, ele só é visto no outro. Na origem, antes da linguagem, o desejo só existe no plano da relação imaginária do estado especular, projetado, alienado no outro (LACAN, 1953-1954/1986, p. 197). O objeto do desejo do sujeito, conseqüentemente, surge por intermédio do desejo do outro, gerando ao narcisismo certa agressividade, pois, após ter viabilizado ao sujeito a assunção de seu desejo, o outro emerge como adversário na conquista do objeto almejado.

O desejo do sujeito só pode, nessa relação, se confirmar através de uma concorrência, de uma rivalidade absoluta com o outro, quanto ao objeto para o qual tende. E cada vez que nos aproximamos, num sujeito, dessa alienação primordial, se engendra a mais radical agressividade – o desejo do desaparecimento do outro enquanto suporte do desejo do sujeito (Ibid., p. 198).

Essa agressividade gera uma cisão na suposta harmonia existente na relação especular, tornando-se uma de suas principais características.

Essa relação erótica, em que o indivíduo humano se fixa numa imagem que o aliena em si mesmo, eis aí a energia e a forma donde se origina a organização passional que ele irá chamar de seu *eu*. Essa forma se cristalizará, com efeito, na tensão conflitiva interna ao sujeito, que determina o despertar de seu desejo pelo objeto de desejo do outro: aqui, o concurso primordial se precipita numa concorrência agressiva, e é dela que nasce a tríade do outro, do eu e do objeto (Idem, 1948/1998, p. 116, *italico do autor*).

¹¹ As concepções de desejo, demanda e necessidade serão exploradas no capítulo 4.

No momento de assunção da imagem corporal, surge um Eu que comporta em seu bojo uma ilusão e um desconhecimento. Esse surgimento se dá a partir de uma tensão interna, relacionada ao despedaçamento corpo próprio, que determina o despertar do desejo pelo objeto que o outro deseja. A antecipação ilusória de um Eu integrado é, todavia, constantemente ameaçada pela lembrança da sensação de fragmentação. Surge, assim, uma rivalidade agressiva em relação ao semelhante, a qual tem caráter permanente e faz do estádio do espelho a “paranóia estrutural” do homem. A agressividade é, portanto, constitutiva e concomitante à identificação primordial. Lacan (1948/1998) afirma que há nisso uma “encruzilhada estrutural” fundamental à constituição do sujeito.

No texto *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (1950), Lacan, por meio de uma discussão acerca do crime, trabalha mais essa “encruzilhada estrutural”, bem como a questão da agressividade e do contexto social/simbólico constituintes do sujeito. O autor postula que o crime não pode ser compreendido fora de sua referência sociológica e contexto social. Além disso, não se pode “captar a realidade concreta do crime sem referi-lo a um simbolismo cujas formas positivas coordenam-se na sociedade, mas que se inscreve nas estruturas radicais que a linguagem transmite inconscientemente, esse simbolismo (...) através de seus efeitos patogênicos (...) repercute no indivíduo, tanto em sua fisiologia quanto em sua conduta” (LACAN, 1950/1998, p. 131). Assim, além da dimensão social, o crime tem também uma dimensão simbólica. Contudo, o que é que a motiva?

“O fato é que a inscrição do simbolismo nas estruturas radicais da linguagem adquire a materialidade de uma instância da subjetividade. De modo que, enquanto as formas sociais representam a moldura do ato, é na insistência de um imperativo que fala para alguém do eu (...) que este [o crime] encontra suas raízes” (CABAS, 2009, p. 124). Essa instância é o Supereu. A experiência com psicopatas, afirma Lacan (1950/1998), levou à articulação da natureza com a cultura e, nela, descobriu-se uma instância tirânica, estrutural, que se impõe de modo avassalador e coercitivo. Quando a situação familiar, por exemplo, se desintegra, as tensões criminosas que lhe são inerentes tornam-se patológicas e os suportes mórbidos do supereu manifestam-se nos atos criminosos.

Tomando por base essa questão do Supereu, podemos afirmar que o sujeito está ligado a um imperativo do qual o Eu nada sabe. Por meio do estudo da criminologia, viu-se que o crime revela uma posição de desconhecimento radical do sujeito, trazida à tona pelo ato criminoso. Todavia, essa posição é inerente a todos os sujeitos, os quais também estão submetidos à ação coercitiva dessa instância psíquica que condensa culpa e dever moral, traduzindo-se numa experiência de desassossego por impor ao sujeito imperativos que, quando atendidos, são fonte de gozo. Na

elaboração lacaniana de 1950, se entrecruzam, então, a identificação imaginária do estádio do espelho e o supereu. O sujeito aparece como uns dos efeitos dessa “encruzilhada estrutural”.

Em *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (1950), Lacan aborda também a questão da lei. Essa é trabalhada enquanto lei simbólica, a qual é tida como organizadora de uma determinada sociedade, inscrevendo-se em sua cultura. Lacan já deixa indicado também que essa lei, que serve de sustentáculo a dada estrutura social, tem estrutura de linguagem. Tal afirmação aponta para a influência estruturalista, e também linguística, que a obra lacaniana sofreu graças ao encontro do psicanalista francês com os trabalhos do linguísta Ferdinand de Saussure (1857-1913) e Roman Jakobson (1896-1982), conforme desenvolveremos mais adiante.

Lacan, na década de 1950, estava às voltas com tentativas de esclarecer a relação entre Eu e sujeito, assim como de esboçar a virada do imaginário ao simbólico. Fica evidente a separação fundamental que o autor estabelece entre Eu e sujeito, deixando claro que os dois não se confundem e que são de ordem distinta. A formação do Eu por meio de um processo de identificação é descrita especificamente, como vimos, em *O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos revela a experiência psicanalítica* (1949), texto em que Lacan começa a apontar também para a ordem simbólica. A partir dos anos de 1950, o simbólico ganhará matizes, além de linguísticas, antropológicas e ocupará lugar definitivo na obra lacaniana, convertendo-se em um dos três registros essenciais à psicanálise e à noção de sujeito.

Lacan deixa claro que sua concepção da ordem simbólica deve muito também à antropologia levistraussiana. Ao utilizar, no texto de 1949, por exemplo, a expressão “eficácia simbólica” notam-se com clareza vestígios da leitura que o psicanalista francês fez de Lévi-Strauss, sendo uma das referências que utilizará para desenvolver o estatuto simbólico a partir de então. Em particular, Lacan recolhe do antropólogo a ideia de que o social está estruturado de acordo com certas leis que regulam as relações de parentesco e os intercâmbios sociais, e as transpõe para o funcionamento do inconsciente.

Zafirooulos (2003/2006) afirma que em consequência do artigo *A eficácia simbólica* (1949), de Lévi-Strauss, nasce uma concepção estruturalista do inconsciente. Sob a ótica levistraussiana, o inconsciente não é considerado refúgio das particularidades individuais, mas sim reduzido à função simbólica especificamente humana que exerce seus efeitos em todos os homens seguindo as mesmas leis. Essas leis da função simbólica são o próprio operador de produção do inconsciente. As particularidades sintomáticas do sujeito devem, de acordo com Lévi-Strauss, ser analisadas segundo as leis do inconsciente que dão caráter mítico aos acontecimentos da vida de cada um.

Lacan, segundo Zafirooulos (2003/2006), confirma essa concepção de inconsciente e adere à ideia de que as formações sintomáticas têm caráter de mito. Cinco anos depois da publicação do

artigo de Lévi-Strauss, Lacan afirma que o objetivo da análise é reconhecer a função que o sujeito assume na ordem das relações simbólicas, tomando-o em sua singularidade e fazendo-o reintegrar “sua história até seus últimos limites sensíveis, isto é, até uma dimensão que ultrapassa de muito os limites individuais” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 21). Além disso, em 1953, Lacan descreve a neurose obsessiva como um “mito individual”, isto é, como uma versão individual das dificuldades vivenciadas pelo sujeito em determinada situação simbólica.

Ao ler o Lacan de 1953-1954 com o Lévi-Strauss de 1949, nota-se, naturalmente, que em ambos autores a formação do inconsciente está por cima da história do indivíduo, sobrepondo-a. Tanto em um quanto em outro, as estruturas simbólicas organizam as formações do inconsciente e, chegando o caso, dão seu caráter traumático às situações vividas (ZAFIROPOULOS, 2003/2006, p. 80, tradução nossa).

Os textos lacanianos da década de 1950, então, sofrem muita influência de Lévi-Strauss. No período conhecido como retorno a Freud, Lacan retoma diversos aspectos da teoria levistraussiana da função simbólica e seus textos passam a ganhar um cunho estruturalista. Movido pela passagem do registro imaginário ao registro simbólico, Lacan reformula a ideia de “encruzilhada estrutural” destacando a primazia do simbólico. O destaque dado a essa ordem fundamenta-se no fato de o simbólico possibilitar que se conceba a determinação subjetiva por uma ordem que lhe seja exterior, uma ordem Outra que viabiliza um não apelo exclusivo ao outro, ao imaginário.

A importância e destaque que o registro simbólico ganhou na obra de Lacan fez com que o psicanalista não mais se satisfizesse com sua teoria do estádio do espelho para explicar as identificações originárias. Assim, ele decide revê-la baseando-se na teorização levistraussiana da eficácia simbólica. Lacan, para tanto, precisa ilustrar o quanto a estruturação do sujeito vincula-se ao imaginário e à função simbólica, o que o leva a formular uma nova versão do estádio do espelho.

A constituição do sujeito do inconsciente deve compreender-se, então, sempre, segundo Lacan, já não a partir do estádio do espelho ou do Édipo¹², senão do estádio do espelho ‘relido’ com a função simbólica de Lévi-Strauss e sobre a base de um novo dispositivo óptico cujo registro científico Lacan toma de Freud, mais precisamente da *Interpretação dos sonhos* (Ibid., p. 84, itálico do autor, tradução nossa).

Para estabelecer uma nova versão do estádio do espelho, como forma de dar conta das novas questões que se lhe impunham, Lacan utiliza o conhecido esquema óptico do buquê invertido. A

¹² O retorno a Freud efetua-se pela via de um mais aquém e de um mais além do Édipo, pois a função estruturante do mito edípico, segundo Zafiroopoulos (2003/2006), deve ser lida, ao ver de Lacan, no contexto do anodamento entre imaginário, simbólico e real.

ideia de fazer uso da óptica veio de Freud. O pai da psicanálise, em sua primeira tópica, parte de um modelo óptico para dar conta da dimensão espacial do aparelho psíquico, o qual é comparado a um microscópio complicado ou a um aparelho fotográfico. Lacan serve-se, então, de um aparelho de óptica para abordar o problema da constituição do sujeito que envolve, a partir de agora, a articulação do imaginário, do simbólico e do real, incluindo a questão da estrutura.

Na experiência do buquê invertido, um espelho côncavo é colocado a uma distancia ideal de uma caixa sobre a qual há um ramalhete de flores e sob ela, um vaso de boca para baixo. O espelho côncavo reflete a imagem real de forma invertida, causando a ilusão, de acordo com o posicionamento dos olhos do observador, de que as flores encontram-se dentro de um vaso verdadeiro. A figura abaixo, extraída do *Seminário I* (1953-1954/1986), ilustra o experimento, mesmo que nela o lugar das flores e do vaso estejam invertidos.

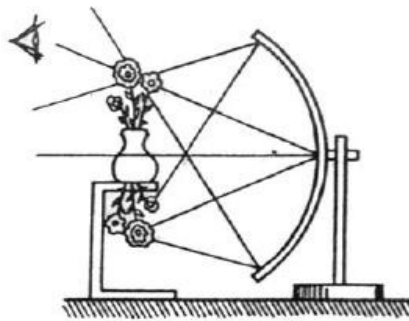


Figura 2 - Esquema do buquê invertido (LACAN, 1953-1954/1986, p. 94)

Lacan (1953-1954/1986) adverte que esse esquema não pretende abordar nada que esteja relacionado àquilo que se maneja numa análise, as relações ditas reais ou imaginárias. O esquema ilustra, sim, o que resulta na economia psíquica do enredamento entre o mundo imaginário e o real. Lacan equivale o Eu ao vaso imaginário (imagem real, de acordo com o esquema em questão) que abarca as flores reais. Essas, por sua vez, representam o ser vivente enquanto real indiferenciado ao qual o imaginário dá forma e limite. Entretanto, para que o esquema do buquê invertido funcione assim é preciso que o olho, o qual representa a própria posição do sujeito, determinada, por sua vez, por seu lugar na ordem simbólica, esteja numa posição privilegiada. Caso isso não ocorra, só se tem acesso ao real, dimensão impossível de ser abarcada e abordada.

O experimento do buquê invertido pode ser tomado, então, como um paradigma da indissociação entre imaginário e real, a qual requer a manutenção da função do simbólico. “Na relação do imaginário e do real, e na constituição do mundo tal como ela resulta disso, tudo depende da situação do sujeito. E a situação do sujeito (...) é essencialmente caracterizada pelo seu lugar no mundo simbólico, ou, em outros termos, no mundo da palavra” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 97). Entretanto, a dimensão do simbólico não está devidamente representada no esquema em questão.

Dessa forma, para incluir o simbólico, Lacan promove uma alteração no esquema óptico do buquê invertido. Um espelho plano é nele incluído, produzindo um novo esquema conhecido como “esquema de dois espelhos” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 147). O espelho côncavo produz uma imagem real de um vaso invertido, oculto à vista por uma caixa. Essa imagem é refletida no espelho plano, produzindo uma imagem virtual, na qual o buquê está dentro do vaso. Essa imagem é equiparada por Lacan à imagem virtual do próprio sujeito, é nela que ele se apreende. Com isso, Lacan pretende fazer uma analogia da formação do Eu a partir do pequeno outro, ilustrando, por meio da concepção freudiana de narcisismo, a distinção entre Eu-ideal e ideal do Eu (Ideal-Ich e Ich-Ideal, respectivamente). Ademais, evidencia-se a posição do sujeito na ordem simbólica quando se trata de determinar a maneira como o imaginário se articula com o real.

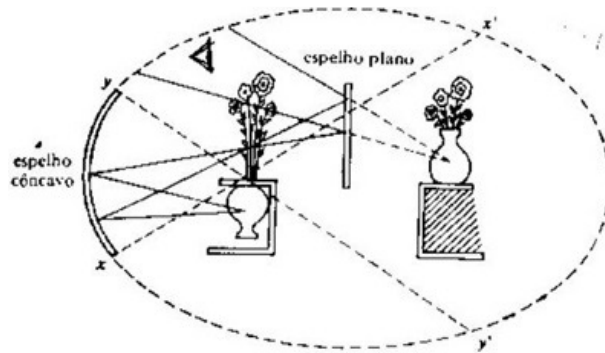


Figura 3 - Esquema de dois espelhos (Ibid., loc.cit.)

No “esquema dos dois espelhos”, a função do espelho plano deve ser levada em consideração. A função que o espelho plano faz para o côncavo é considerada metáfora do que o outro faz com o sujeito na relação entre semelhantes. Dessa forma, Lacan mostra que o outro tem “valor cativante, pela antecipação que representa a imagem unitária tal como é percebida. O outro confunde-se (...) com o Ich-Ideal. (...) É a identificação ao outro que permite ao homem situar com precisão sua relação imaginária e libidinal ao mundo em geral. (...) O sujeito vê seu ser numa reflexão em relação ao outro, isto é, em relação ao Ich-Ideal” (Ibid, p.148). O outro tem, portanto, papel imprescindível na formação do Eu, na estruturação da subjetividade. A alienação que marca a relação do outro com o Eu é destino estrutural do sujeito.

A posição do espelho plano também deve ser considerada. O ângulo de inclinação desse espelho, responsável por facilitar ou dificultar a visualização da imagem no espelho, é ditado pelo Outro¹³. Em outras palavras, a posição do espelho plano representa o lugar do sujeito na ordem simbólica, sendo essa ordem a responsável pela determinação do ângulo de inclinação do espelho. É

¹³ Aqui Lacan ainda não tinha diferenciado pequeno outro e grande Outro. Mas, de modo precedente, ele estabelece o pequeno outro como eu-ideal, ao qual o sujeito se identifica na estruturação de seu eu. O grande Outro, por sua vez, responsável por regular as relações do sujeito com os semelhantes, vincula-se ao ideal de eu.

a organização simbólica, com suas leis específicas, que dá ao sujeito seu posicionamento na estrutura, ou melhor, que situa o sujeito numa posição em que possa se estruturar enquanto tal. É a voz do Outro que viabiliza que o sujeito se identifique com sua imagem e ocupe o lugar do ideal do eu.

Podemos supor agora que a inclinação do espelho é comandada pela voz do outro. Isso não existe ao nível do estádio do espelho, mas é em seguida realizado pela nossa relação com outrem no seu conjunto - a relação simbólica. (...) O que é a ligação simbólica? É, para colocar os pingos nos ii, que socialmente nós nos definimos por intermédio da lei. É da troca de símbolos que nós nos situamos uns em relação aos outros (...) Em outros termos, é a relação simbólica que define a posição do sujeito como aquele que vê. É a palavra, a função simbólica que define o maior ou menor grau de perfeição, de completude, de aproximação do imaginário. A distinção é feita nessa representação entre o Ideal-Ich e o Ich-Ideal, entre o Eu-ideal e o ideal do Eu. O ideal do Eu comanda o jogo de relações de que depende toda a relação a outrem. E dessa relação a outrem depende o caráter mais ou menos satisfatório da estruturação imaginária (LACAN, 1953-1954/1986, p. 164-165).

A posição do olho, a qual remete a própria posição do sujeito, é fundamental no esquema. Para que os efeitos descritos sejam possíveis, é imprescindível, assim como no esquema do buquê invertido, que o olho esteja situado em lugar apropriado. A posição subjetiva na estrutura é essencial para que se possa distinguir o que é e o que não é do Eu e, também, para que a imagem surja. Em outras palavras, é a função simbólica que situa o sujeito numa posição em que pode se ver, ou melhor, projetar uma imagem de seu corpo (Eu-ideal). Fica evidente, assim, o deslocamento da primazia do imaginário ao simbólico operado por Lacan no que se refere às coordenadas que definem a subjetividade.

A diferença em relação ao estádio do espelho reside em que, agora, é preciso saber reconhecer que na origem do ser não está a dependência de um supereu imaginário, e sim a figura de um sujeito dependente da pregnância simbólica muito anterior ao Eu e que constitui para o ser uma 'circunstância simbólica' que decide uma introjeção formadora do ideal do Eu, a partir da qual poderá - ou não- ver a imagem de seu corpo (seu eu). Esse sujeito primordial da sujeição originária é o sujeito da linguagem, constituído (...) pela organização simbólica que precede sua vida. Essa organização simbólica é o Outro (ZAFIROPOULOS, 2003/2006, p. 102-103, tradução nossa).

No retorno a Freud, mais especificamente na busca de definir uma teoria do sujeito, Lacan dá destaque, então, à função simbólica. Trata-se de um importante movimento teórico que marca a transição de uma teoria da captação imaginária sem palavras para outra da ligação estabelecida entre imaginário e simbólico na constituição subjetiva, incluindo a linguagem e o Outro. “A

elaboração do conceito do Outro como o lugar do simbólico é, portanto, correlata àquela que irá definir a posição do sujeito na estrutura” (PRATES, 2006, p. 151). O elemento que determina a posição do sujeito no sistema simbólico, anterior ao seu nascimento, é uma formação simbólica, isto é, uma formação de linguagem.

Foi em 1953, no *Discurso de Roma*, publicado nos *Escritos* (1998) sob o título *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, que Lacan defendeu o papel central da linguagem na psicanálise. O psicanalista afirma que os conceitos que fundamentam a psicanálise “só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem” (LACAN, 1953/1998, p. 247), o qual é concebido como elemento efetivo da experiência psicanalítica. Destacam-se a partir da leitura do texto três aspectos que permitem reconhecer o papel fundamental exercido pela linguagem. São eles: a linguagem como material constituinte dos seres humanos; os sintomas têm estrutura de linguagem; na “linguagem (...) concreta reside tudo o que a análise revela ao sujeito como seu inconsciente” (Ibid., p. 271).

A partir do encontro com os ensinamentos linguísticos de Ferdinand de Saussure (1857-1913), Lacan se apropria de alguns conceitos e estabelece que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. O estabelecimento dessa tese é correlato ao destaque dado ao registro simbólico na década de 1950 e culmina na concepção da lógica do significante, conceito que Lacan toma emprestado de Saussure. A estrutura de linguagem do inconsciente faz com que ele seja articulado por significantes, elementos materiais constitutivos da ordem simbólica e causa da determinação do sujeito. Nesse sentido, pode-se afirmar que tanto o registro simbólico quanto as formações do inconsciente revelam a estrutura mesma do significante. Mas de que estrutura se trata?

“A linguística pode servir-nos de guia nesse ponto, já que é esse o papel que ela desempenha na vanguarda da antropologia contemporânea, e não podemos ficar-lhe indiferentes” (Ibid., p. 286). Como forma, então, de situar de maneira inédita a questão do sujeito do inconsciente e também do registro simbólico, Lacan faz uso do conceito saussuriano de língua como sistema de valores diferenciais e reelabora a noção de sujeito fora de uma conotação ontológica (Jorge, 2002). O psicanalista, entretanto, subverte e/ou descarta algumas concepções formuladas por Saussure como, por exemplo, significante e signo, a fim de elucidar as elaborações freudianas acerca do inconsciente e também o axioma de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

Na concepção saussuriana, o signo linguístico consiste numa unidade indivisível composta por significante (imagem acústica, massa sonora constituída por fonemas, simples som) e significado (conceito de determinado som, imagem mental, aquilo que o som designa). Há para Saussure uma reciprocidade biunívoca na articulação dessas duas instâncias, a qual faz com que não seja possível abordar o significante de modo independente do significado e vice-versa. Lacan, contudo, ao ler a teoria saussuriana do signo linguístico tendo como referência as formulações

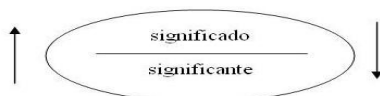
freudianas sobre o inconsciente, discorda de tal definição e afirma que não há relação entre significante e significado, pois no inconsciente não se trata da articulação de um significante com seu significado, e sim da articulação de um significante com outro significante.

O inconsciente nos mostra que o que interessa ao sujeito, por exemplo, não é cadeira o conceito de quando ele se refere à palavra *cadeira* numa análise. Não é o nível do dicionário que o interessa, ou seja, a definição dicionaresca de uma cadeira com sua função mobiliária (...) O que interessa é ao que ‘cadeira’ remete o sujeito, podendo remeter, por exemplo, a uma cadeira de uma cena da infância, debaixo da qual aconteceram determinadas coisas fortes da vida libidinal do sujeito. Na análise trata-se não da articulação da cadeira com seu significado, e sim da articulação do significante cadeira com outro significante (QUINET, 2000, p. 29-30, itálico do autor).

O significado não consiste em um estado bruto, não se trata de algo fixo, de uma definição já dada em uma ordem de significação. Na verdade, o significado é outro significante, “é o discurso humano na medida em que ele remete sempre a uma outra significação” (LACAN, 1955-1956/1985, p. 139). Baseando-se em tal ideia, Lacan, dando destaque à impossibilidade de estabelecer correspondência biunívoca entre significante e significado, inverteu um algoritmo apresentado por Saussure¹⁴ quando esse proferiu o *Curso de linguística geral* (1907-1910). O psicanalista escreve S/s, o que significa: significante separado do significado por uma barra resistente à significação. Inverter o algoritmo saussuriano e dar ao traço valor de barra implica destacar, no inconsciente, a prevalência do significante em relação ao significado, afirmando que desempenha ali um papel fundamental.

O inconsciente, então, é constituído por significantes articulados que se agrupam formando cadeias significantes. “A estrutura do significante está, como se diz comumente da linguagem, em ele ser articulado” (Idem, 1957/1998, p. 504). Tal característica, além de estrutural, é um princípio que rege a lógica do significante e se faz possível porque os significantes podem ser reduzidos a meros elementos diferenciais, ou seja, só se definem pela diferença em relação aos outros significantes aos quais se situam em oposição. Os significantes, ademais, compõem-se segundo leis de uma ordem fechada, o que fez com que Lacan estabeleça-se o substrato topológico “cadeia significante” para designar a forma como os significantes se ordenam. O inconsciente é composto, portanto, por cadeias significantes que se articulam umas as outras.

¹⁴ Algoritmo saussuriano que representa o signo linguístico



A primazia do significante sobre o significado evidencia o fato de que, no inconsciente, a associação de ideias se faz pela via do significante. Os significantes articulados deslizam constantemente sem se aterem a significado algum. A significação, dessa forma, não está em nenhum elemento particular da cadeia, pois é uma ilusão crer “que o significante atende à função de representar o significado, ou, melhor dizendo: que o significante tem que responder por sua existência a título de uma significação qualquer” (LACAN, 1957/1998, p. 501). O significante por si só, isoladamente, não se refere a nada, não possui potência de representação. Por isso, um significante está sempre situado numa referência a outro, e é na cadeia significante que o sentido insiste.

A articulação significante, contudo, não se dá sozinha. Para que ela ocorra faz-se necessário que haja um sujeito. O significante só passa ao plano da significação, pois existe um sujeito operando a cadeia significante. “Se para Saussure o sentido provém do valor oposicional entre os diversos signos, para Lacan, trata-se, no advento do sentido, da inclusão do sujeito representado entre significantes” (JORGE, 2002, p. 80). Disso advém a formulação lacaniana acerca do significante: o significante é o que representa o sujeito para outro significante. Como nenhum significante basta por si só para representar o que quer que seja, o sujeito não pode ser representado a não ser entre-dois significantes. O sujeito é, dessa forma, pontual e intervalar, é o lugar que se produz entre o significante (S1) que marca o sujeito em sua singularidade e os outros significantes (S2) que têm a função de representá-lo.

Para dar consistência à tese de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, Lacan apropriou-se também das elaborações teóricas do linguísta russo Roman Jakobson (1896-1982). Em seu artigo *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*, Jakobson define a linguagem a partir de duas operações: “a seleção das unidades da língua, onde uma palavra substitui outra por similaridade, e a combinação das unidades da língua, onde duas palavras mantêm relação de contiguidade” (Ibid., p. 86). Tais operações, segundo o linguísta, engendram dois processos, o metafórico e o metonímico, os quais são, respectivamente, produtos das operações de seleção e combinação. A metáfora seria, dessa forma, uma atividade seletiva, ao passo que a metonímia, combinatória. Ao final de seu artigo, Jakobson faz referência ao trabalho de Freud a respeito dos sonhos, indicando a possibilidade de se traçar o seguinte paralelo: condensação e deslocamento articulariam-se à metáfora, enquanto identificação e simbolismo associariam-se à metonímia.

As colocações feitas pelo linguísta russo permitiram a Lacan estabelecer uma nova correspondência entre os dois modos de funcionamento do processo primário, condensação e deslocamento, estabelecidos por Freud, com os conceitos linguísticos de metáfora e metonímia. A partir de sua teoria do significante e como forma de demonstrar que o trabalho do sonho segue as leis do significante, o psicanalista indica que a condensação deve ser entendida como um processo

metafórico e o deslocamento, por sua vez, como metonímico. Dessa forma, dois modos de articulação dos significantes, metáfora e metonímia, estabelecem-se, sendo designados como as leis do inconsciente.

A metáfora consiste na substituição de um significante por outro, por meio da qual “se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão” (LACAN, 1957/1998, p. 519). No efeito poético da metáfora, o sentido não aparece, mas emerge uma significação. Essa emergência evidencia que a barra resistente à significação foi transposta, indicando a condição da passagem do significante para o significado. Quanto à metonímia, não se trata de uma substituição, e sim da articulação de um significante ao outro por deslizamento, por remetimento a outro significante. A metonímia manifesta a resistência da significação, isto é, a falta de significação própria à cadeia significante, o que caracteriza o reenvio, próprio do processo metonímico, da significação de significante em significante. A conexão dos significantes, nesse caso, elide o significado, não permitindo uma cristalização, e remete ao objeto de desejo sempre ausente na cadeia.

A estrutura metonímica indica que é a conexão do significante com o significado que permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta do ser na relação de objeto, servindo-se do valor de envio da significação para investi-la com o desejo visando essa falta que ele sustenta (...) [a estrutura metonímica] marca (...) a irredutibilidade em que se constitui, nas relações do significante com o significado, a resistência da significação (Ibid., loc. cit.).

A metáfora, indica Lacan, é aquilo que constitui o sintoma, enquanto a metonímia é o que dá característica ao desejo. O modo de articulação significante característico da metáfora é o mesmo em que se determina o sintoma. Entre o significante que marca a particularidade do sujeito (S1) e aqueles que o representam na cadeia (S2) “passa a centelha que fixa num sintoma – metáfora em que a carne ou a função são tomadas como elemento significante – a significação, inacessível ao sujeito consciente onde ele pode se resolver” (Ibid., p. 522). Por sua vez, o envio da significação sempre a outro significante, inerente à metonímia, caracteriza o desejo, o qual é marcado pela falta, sendo sempre desejo de outra coisa. Por isso, tem como característica ser metonímico e estar no próprio deslizamento da cadeia significante, “nos trilhos – eternamente estendidos para *o desejo de outra coisa* – da metonímia” (Ibid., loc. cit., itálico do autor). Esse deslizamento constante confere ao desejo um caráter enigmático.

Graças, portanto, ao encontro de Lacan com os trabalhos dos linguístas Saussure e Jakobson pode-se defender a tese de que a linguagem exerce papel central na psicanálise, sendo a estrutura própria do inconsciente. Contudo, sabe-se que a apropriação que fez da linguística e, sobretudo, do estruturalismo é peculiar, pois Lacan propõe um estatuto de sujeito compatível com a noção de estrutura, o que não vale para os estruturalistas, “uma vez que a estrutura foi proposta exatamente

para retirar a subjetividade do campo da produção de sentido nas ciências humanas” (CIRINO, 2001, p. 113). O psicanalista francês, além disso, inclui a dimensão histórica do sujeito, evidenciando que no campo da linguagem não há lugar para o desenvolvimento, pois a história ocupa seu lugar. Lacan (1953/1998) afirma que o inconsciente é um capítulo censurado da história do sujeito.

O que ensinamos o sujeito a reconhecer como seu inconsciente é sua história - ou seja, nós o ajudamos a perfazer a historicização atual dos fatos que já determinaram em sua existência um certo número de “reviravoltas” históricas. Mas, se eles tiveram esse papel, já foi como fatos históricos, isto é, como reconhecidos num certo sentido ou censurados numa certa ordem. Assim, toda fixação numa pretensa fase instintual é, antes de mais nada, um estigma histórico: página de vergonha que se esquece ou se anula (...). Mas o esquecido é lembrado nos atos, e a anulação opõe-se ao que é dito alhures (...). Dito de maneira sucinta, os estádios instintuais já estão, ao serem vividos, organizados como subjetividade (LACAN, 1953/1998, p. 263).

Em seu primeiro seminário, Lacan esclarece que a história não é o passado. Não se trata de uma mera sequência de acontecimentos já ocorridos, mas sim da restituição, no presente, daquilo que foi vivido no passado. A história correlaciona-se à forma como o sujeito reconstrói os eventos que fizeram parte de sua existência, o que permite que ele re-escreva sua própria história. Assim sendo, para a psicanálise não se pode confundir a história nem “com o passado e nem com o vivido, pois, no campo da experiência analítica, a transferência conduz à produção de uma história renovada, ‘reconstruída’ pelo sujeito, onde o que conta não é tanto o que ele rememora sobre os acontecimentos importantes de sua existência, mas o que ele disse reconstrói” (CIRINO, 2001, p. 106), tal como vimos no caso do *Homem dos lobos* (1918[1914]), apresentado no segundo capítulo .

De acordo com o que foi trabalhado até aqui, pode-se afirmar que uma das principais ideias sustentadas por Lacan durante a década de 1950 consiste em que o simbólico é a instância última de determinação do sujeito. Lembremos que para fundamentar essa tese, a qual acaba por articular o inconsciente às leis da linguagem, Lacan recorreu à linguística e também à antropologia de Lévi-Strauss. O antropólogo francês, como vimos, mostra que a vida em comunidade está submetida, de modo inconsciente, às leis de parentesco, assim como o homem é submisso às leis da linguagem.

Além disso, Lévi-Strauss afirma que as operações de troca são regidas por uma lógica combinatória, a qual é equivalente à ordem simbólica. Tomando isso como referência, Lacan faz uma transposição para o inconsciente: a ordem simbólica equivale ao inconsciente cuja estrutura é a da linguagem. Assim, se Lacan recorre à antropologia e à linguística, o faz para que seja possível fundamentar a psicanálise como uma experiência da fala situada no campo da linguagem

apreendida em sua dimensão simbólica, viabilizando o surgimento ainda incipiente do sujeito do inconsciente.

Lembrando que a ordem simbólica equivale ao Outro, pode-se também afirmar que o campo do significante é o campo do Outro. É a esse campo que o sujeito está assujeitado, antes mesmo do nascimento. O sujeito tem no Outro um lugar que lhe pré-existe, marcando seu aprisionamento à ordem simbólica que lhe é constituinte e da qual recebe a determinação fundamental do significante.

Assim é que se o homem chega a pensar a ordem simbólica, é por estar primeiramente aprisionado nela em seu ser. A ilusão de que ele a formou com sua consciência provém de ter sido através de uma hiância específica de sua relação imaginária com o semelhante que ele pôde entrar nessa ordem como sujeito. Mas ele só pôde fazer essa entrada pelo desfilamento radical da fala (...) que, em sua forma completa, reproduz-se toda vez que o sujeito se dirige ao Outro como absoluto, isto é, como o Outro que pode anulá-lo, do mesmo modo que pode agir com ele, isto é, fazendo-se objeto para enganá-lo (LACAN, 1955/1998, p. 57).

A fim de formalizar a relação entre sujeito, Eu, outro e Outro, Lacan desenvolve o esquema L. Tal esquema, que articula a função imaginária do Eu com o discurso do inconsciente, foi primeiramente apresentado no no *Seminário 2* (1954-1955) e, no mesmo ano, aparece no *Seminário sobre 'a carta roubada'* (1955). O esquema apresenta tanto a unidade imaginária organizada como Eu, conforme destacado no estádio do espelho, quanto o sujeito enquanto insígnia da sujeição ao Outro. A relação imaginária, a qual vincula o Eu ao outro, está representada no eixo a-a' do esquema. Já a relação inconsciente, simbólica, que vincula o sujeito ao Outro, lê-se no eixo S-A.

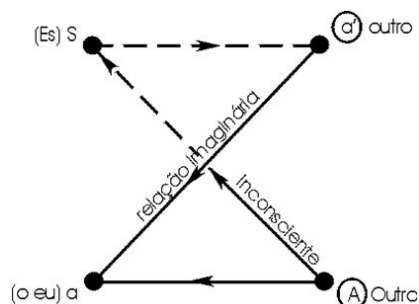


Figura 4 - Esquema L (Ibid., loc. cit.)

Lacan localiza no canto superior do esquema o sujeito, designado pela letra S. “É o sujeito, não em sua totalidade, porém em sua abertura” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 307), em sua hiância que o precipita em direção ao mundo. Lacan também afirma que não é nesse ponto em que o sujeito se vê, mas sim no ponto nomeado com a letra “a”. O sujeito se vê, se apreende em “a” enquanto uma imagem refletida de si, isto é, enquanto Eu. Trata-se de uma construção imaginária da qual não

há como escapar, pois é fundamental para a constituição dos objetos e para o reconhecimento do sujeito como um Eu. “É sob a forma do outro especular que ele [o sujeito] vê aquele que, por razões que são estruturais, chamamos de seu semelhante” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 307). Lacan situa o outro da relação narcísica, imaginária, em a’. O eixo que vai de a-a’ configura o chamado “muro da linguagem”, o qual faz barreira à relação do sujeito com o Outro, representado pela letra A no esquema.

Pode-se dizer que a principal finalidade do esquema L é mostrar que a relação simbólica é sempre interceptada pela relação imaginária. Por ter que atravessar o imaginário “muro da linguagem”, o discurso do Outro chega ao sujeito de forma invertida e interrompida. Esse muro faz com que o Outro jamais possa ser alcançado e conhecido, pois o separa do sujeito. Apesar de ser o Outro a quem se visa cada vez que se fala, o sujeito apenas alcança o outro, o semelhante, evidenciando o funcionamento ambíguo da linguagem: ao mesmo tempo em que se fundamenta na existência do Outro, pois o toma como suporte, serve também para objetificar o outro em uma imagem que é reflexo do próprio Eu. Além disso, evidencia-se a estreita ligação entre Eu e sujeito (não há sujeito sem Eu), bem como a incompletude e a função de desconhecimento que caracterizam o sujeito. Esse não pode ser representado de modo transparente, pois entre o Eu e a verdade do sujeito está o “muro da linguagem”.

Se a fala se fundamenta na existência do Outro, a linguagem é feita para remetermos de volta ao outro objetivado (...) Em outros termos, a linguagem serve tanto para nos fundamentar no Outro como para nos impedir radicalmente de entendê-lo. (...) O sujeito não sabe o que diz, e pelas mais válidas razões, porque não sabe o que é. Mas ele se vê. Ele se vê outro lado, de maneira imperfeita, devido ao caráter inacabado da *Urbild* especular, que é, não apenas imaginária, mas também ilusória (Ibid., p. 308, itálico do autor).

O esquema L foi ponto de referência constante no período lacaniano conhecido como o retorno a Freud. Foi retomado diversas vezes e trabalhado de acordo com aquilo que vinha sendo desenvolvido pelo psicanalista. Na primeira lição do *Seminário 3* (1955-1956/1985), por exemplo, o esquema é utilizado para fazer referência à alucinação verbal na psicose. De acordo com Júnior (2010), em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1957), Lacan também retoma o esquema L para definir, a partir do eixo inconsciente, a posição do sujeito como vinculada ao jogo dos significantes e afirmar que o Eu encobre a figuração do sujeito marcada por uma falta que lhe é estrutural. Prates (2006), por sua vez, afirma que, a partir da elaboração da fórmula da metáfora paterna, nesse mesmo texto de 1957, Lacan precisa incluir o falo e a função paterna em seu esquema, retomando-o para tanto no *Seminário 4* (1956-1957).

Faz-se importante lembrar que, no período de 1953 a 1958, que marca um Lacan fundamentalmente estruturalista e influenciado pela linguística, deu-se grande destaque à importância da ordem simbólica na determinação do sujeito. É o registro do simbólico que, com sua causalidade estrutural, produz os sonhos, os lapsos, os sintomas, as angústias, as escolhas do sujeito e também a relação entre ele e os demais sujeitos. Em outras palavras, é a ordem simbólica que determina o destino e os padecimentos do sujeito. Entretanto, ele desconhece isso que o causa. O sujeito não conhece o funcionamento da estrutura simbólica e, conseqüentemente, não sabe que há uma lei primordial que o determina. Essa lei, pode-se considerá-la um terceiro elemento, aquele que se introduz na relação especular, rompendo-a. Trata-se da lei da linguagem, um elemento mediador e regulatório que “em cada instante da sua intervenção, cria algo novo” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 183).

Essa lei pode ser remetida à lei da proibição do incesto. Como foi apontado por Freud e, posteriormente, por Lévi-Strauss, a organização de uma cultura bem como sua complexidade assentam-se no interdito ao incesto. Não há nada na ordem da natureza que impeça tal prática, mas mesmo assim sua proibição se estabeleceu como algo universal, o que aponta para a ordem simbólica. A partir daí, pode-se afirmar que é o registro simbólico que estrutura a experiência humana. A lei da proibição do incesto funda-se como a lei primordial organizadora e definidora da cultura e das relações de parentesco, regulamentando especialmente a sexualidade humana.

Para que essa interdição possa efetuar-se é preciso que a estrutura em que os indivíduos se inserem socialmente dê a eles diferentes posições como, por exemplo, mãe, pai, filho, irmão. Em outras palavras, o lugar que cada um ocupa nas relações de parentesco, além de determinar seu lugar na cultura, determina sua relação com a incidência do interdito ao incesto. É preciso, então, que haja uma tríade estrutural mínima para que a proibição do incesto opere: a mãe, o filho e a própria lei que proíbe que eles se escolham como parceiros sexuais. Tal estrutura é aquela do complexo de Édipo descoberto por Freud na experiência analítica. Nele tudo se regula em função de uma lei que demarca e delimita o exercício da sexualidade humana.

Lacan, sob a influência da pena de Lévi-Strauss, retomará, a partir de uma leitura estrutural, o complexo de Édipo freudiano¹⁵. Foi no dia 04 de Julho de 1956, última aula do *Seminário 3* (1955-1956/1985), que Lacan indicou que faria uma releitura do complexo de Édipo. O psicanalista assinalou que tal complexo não poderia ser abordado simplesmente tomando seus personagens pela via do imaginário e enfatizou também que o quarto elemento, o pai, é um significante. Isso, entretanto, não se aplica somente ao pai. Qualquer coisa da ordem simbólica comporta um elemento significante. Lacan, ainda nessa aula, salienta que a função do pai introduz uma ordem relacionada

¹⁵ O complexo de Édipo relido por Lacan será trabalhado no próximo capítulo e nele ver-se-á que a lei paterna é, na verdade, o quarto elemento em jogo no Édipo, e não o terceiro.

à demarcação do lugar da lei. Começa a ter destaque o significante Nome-do-Pai enquanto aquele que significa a proibição edípica, a interdição do incesto e posiciona o sujeito na ordem simbólica.

Fiando-se no estruturalismo francês, Lacan, a partir de 1953, passou a distinguir de modo radical a pessoa do pai da função simbólica do pai. Por causa disso, distanciou-se totalmente de Durkheim e, conseqüentemente, daquelas que seriam as condições sociais do edipismo (Zafiropoulos, 2001/2002). Operou-se uma substituição do papel das circunstâncias familiares pela função simbólica que pré-existe ao sujeito e regula seu destino. O valor do pai, dessa forma, não tem mais relação exclusiva com o poder social que desempenha no grupo, e sim com o valor que lhe é próprio no registro simbólico. “Segundo essa concepção, e do ponto de vista de seu valor simbólico, todo pai é então mais ou menos discordante por ser estruturalmente inapto a recobrir o real” (ZAFIROPOULOS, 2001/2002, p.193). Disso advêm os efeitos inconscientes do Nome-do-Pai que interessam a Lacan no que se refere à constituição do sujeito.

É importante mencionar também que a assunção do registro simbólico, responsável por promover alterações na teoria lacaniana do sujeito, afastou Lacan de qualquer psicologia da criança. Assim, não se deve conceber e nem centralizar a experiência analítica no fato de que o indivíduo atendido é uma criança, ou um adulto, pois o sujeito sobre o qual opera a psicanálise não é isso, não está vinculado a nenhuma faixa ou categoria etária. Trata-se, sim, daquele que deseja interrogar a posição que ocupa na ordem simbólica e que organiza seu destino de criança. Aquele que sonha, que comete lapsos e atos falhos, enfim, o sujeito do inconsciente, “não é a criança nem seu eu: é aquele a quem é preciso atribuir a pergunta sobre o lugar que ocupa na rede simbólica constituinte de sua pré-história” (Ibid., p. 201).

Capítulo 4 - A criança na estrutura e o infantil na fantasia

A ordem simbólica é prévia ao sujeito. Isso significa que, mesmo antes de nascer, cada criança já tem um lugar que lhe é atribuído por aqueles que fazem parte de seu entorno. O bebê esperado recebe um nome, tem um sexo, seus pais fazem planos para ele, nasce em determinada família, meio social e cultural. Esses aspectos, entre outros, constituem o lugar do simbólico para ele, isto é, o Outro. Na década de 1950, Lacan equipara esse Outro à linguagem e à lei, equivalendo-o ao simbólico enquanto particularizado para cada sujeito. Dessa forma, o Outro é anterior a cada nascimento, fazendo com que haja de saída um assujeitamento ao campo da linguagem.

A inscrição do sujeito na linguagem permite afirmar que existe uma dependência em relação ao significante. Como o campo do Outro é o campo dos significantes, já que esses são a unidade constitutiva da ordem simbólica, a instauração do sujeito se dá via inscrição significante. Não há como haver sujeito sem significantes, os quais o representam e apontam sua *Spaltung*, isto é, sua divisão inconsciente. Nesse sentido, a palavra e a linguagem estão muito além do controle consciente, vêm de outro lugar¹⁶, fora da consciência, o que é marca da anterioridade do simbólico e remete a um conhecido aforismo lacaniano: “o inconsciente é o discurso do Outro”. Sendo bastante simplista, essa máxima evidencia que o inconsciente é efeito dos significantes que pré-existem ao sujeito, é a determinação do sujeito pela ordem simbólica.

Essa paixão do significante, por conseguinte, torna-se uma nova dimensão da condição humana, na medida em que não somente o homem fala, mas em que, no homem e através do homem, isso fala, em que sua natureza torna-se tecida por efeitos onde se encontra a estrutura da linguagem em cuja matéria ele se transforma, e em que por isso ressoa nele (...) a relação da palavra. (...) Isso fala no Outro, dizemos, designando por Outro o próprio lugar evocado pelo recurso à palavra, em qualquer relação em que este intervém. Se isso fala no Outro, quer o sujeito ouça ou não com seu ouvido, é porque é ali que o sujeito, por uma anterioridade lógica a qualquer despertar do significado, encontra seu lugar significante. A descoberta do que ele articula nesse lugar, isto é, no inconsciente, permite-nos apreender ao preço de que fenda (*Spaltung*) ele assim se constitui (LACAN, 1958b/1998, p. 695-696, itálico do autor).

A dimensão simbólica é específica à condição humana e, ao inscrever-se nela, o homem perde aquilo que seria da ordem da natureza. A prevalência da ordem da linguagem causa um verdadeiro desvio das necessidades humanas e rompe com a existência de um objeto

¹⁶ Ao considerar o Outro como um lugar, Lacan alude à descrição freudiana do inconsciente postulado como “a outra cena”.

instintivamente estabelecido que seja específico à sexualidade do homem. Não se trata mais de um ordenamento gerido pela biologia ou pela genética, e sim por uma lógica de Outra ordem, com a qual se estabelece uma relação alienante e demandante. Ambos aspectos são efeitos da própria configuração significativa na qual se insere o sujeito e do fato de ser do lugar do Outro que sua mensagem é emitida.

Nesse sentido, a dimensão na qual os seres humanos se inserem não é vinculada ao registro das necessidades, e sim da demanda. A necessidade é de ordem puramente biológica e há sempre um objeto passível de satisfazê-la como, por exemplo, o alimento quando se tem fome, mesmo que se trate de uma satisfação temporária. No que se refere à demanda, pode-se afirmar que está vinculada ao desamparo inicial do ser humano. Como vimos, o bebê humano nasce em uma condição de desamparo que o faz incapaz de satisfazer suas próprias necessidades. Por isso, precisa expressá-las em forma de demanda, recorrendo a um outro, geralmente a mãe, para satisfazê-las.

Esse outro encarnará para o sujeito o Outro, cuja presença adquire uma importância que vai além da satisfação das necessidades, pois simboliza o amor do Outro. A demanda, portanto, “refere-se a algo distinto das satisfações por que clama. Ela é demanda de uma presença ou de uma ausência, o que a relação primordial com a mãe manifesta, por ser prenhe desse Outro a ser situado *aquém* das necessidades que pode suprir. (...) A demanda anula (*aufhebt*) a particularidade de tudo aquilo que pode ser concedido, transmutando-o em prova de amor” (LACAN, 1958b/1998, p. 697-698, *itálicos do autor*). Portanto, além de ser um grito simbólico que expressa uma necessidade, a demanda converte-se também em demanda de amor.

Pode-se conceber, assim, que a demanda tem uma dupla característica. Há nela duas dimensões, uma real e outra simbólica. Sua função real, a articulação da necessidade, fica eclipsada por sua dimensão simbólica, a qual vincula-se à demanda como sendo demanda de amor (EVANS, 1997). Esse anseio por amor, diferentemente da necessidade expressa pela demanda, não pode ser proporcionado de modo incondicional como almeja o sujeito, pois o Outro, assim como o sujeito, é marcado pela falta.¹⁷ Algo resta, então, da necessidade biológica satisfeita e também do anseio por amor incondicional, reaparecendo como uma insistência e marcando uma hiância originada pela inscrição no simbólico. Trata-se de um reaparecimento que, ao mesmo tempo, conserva o incondicional da demanda de amor e traz à tona a particularidade que ela própria anulou. Trata-se do desejo.

Por um reviramento que não é uma simples negação da negação, a potência da pura perda surge do resíduo de uma obliteração. Ao incondicionado da demanda, o desejo vem substituir a condição ‘absoluta’: condição que deslinda, com efeito, o que a prova de amor tem de rebelde à satisfação de uma necessidade. O desejo não

¹⁷ Esse aspecto ganhará maior clareza mais adiante, quando trabalharmos o complexo de Édipo.

é, portanto, nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda, o próprio fenômeno de sua fenda (*Spaltung*) (LACAN, 1958b/1998, p. 698, itálico do autor).

Lacan (1958a/1998, p. 633) também afirma que

O desejo é aquilo que se manifesta no intervalo cavado pela demanda aquém dela mesma, na medida em que o sujeito, articulando a cadeia significativa, traz à luz a falta-a-ser com o apelo de receber seu complemento do Outro, se o Outro, lugar da fala, é também o lugar dessa falta. O que é assim dado ao Outro preencher, e que é propriamente o que ele não tem, pois também nele o ser falta, é aquilo a que se chama amor (...).

Ainda em relação ao desejo, Lacan assinala que “o que é assim alienado das necessidades constitui uma *Urverdrängung*, por não poder, hipoteticamente, articular-se na demanda, aparecendo, porém, num rebento, que é aquilo que se apresenta no homem como o desejo (*das Begehren*)” (Idem, 1958b/1998, p. 697, itálicos do autor). O desejo não é satisfeito quando se demanda algo, pois o anseio por amor, como expusemos, é incondicional e, como a biologia foi perdida, não há mais uma medida para regulá-lo. Ademais, não existe um objeto capaz de satisfazer o desejo, já que a inscrição na ordem simbólica ocorre simultaneamente à perda do objeto para o sujeito. Cria-se, assim, uma eterna insatisfação e um constante movimento de busca, tentativas de re-encontrar aquilo que, a priori, já está perdido.

A inscrição na linguagem tem implicada em si a impossibilidade de se ter acesso ao que resta desse processo. Resta algo inassimilável e inapreensível ao ser falante, o que vínhamos no presente capítulo chamando de objeto. Nesse sentido, há um interdito que também é anterior ao sujeito. Está aí o caráter de lei que tem o Outro: o simbólico e suas leis estabelecem um limite ao sujeito inscrito na linguagem, impondo-lhe uma perda inaugural. A inscrição na linguagem, essencial à constituição do sujeito, pode ser tida, então, como algo da ordem do trauma, já que acarreta perda de gozo, fazendo com que o sujeito constitua-se como castrado ou, como denomina Lacan, sujeito barrado (\$). Trata-se do preço pago por ser falante. Isso remete a outro aforismo lacaniano, “o gozo é interdito a quem fala”, e, conseqüentemente, à concepção de que a falta de objeto é estrutural.

Fundamentando-se na ideia de que “jamais, em nossa experiência concreta da teoria analítica, podemos prescindir de uma noção da falta de objeto como central” (Idem, 1956-1957/1995, p. 35), Lacan trabalha, no *Seminário 4* (1956-1957), a entrada da criança no mundo simbólico. Para tanto, o autor estabelece e desenvolve três formas da falta de objeto (frustração, privação e castração), as quais vinculam-se à simbolização da falta materna e à intervenção paterna,

podendo assim, como veremos mais adiante, ser articuladas aos três tempos do complexo de Édipo postulados no *Seminário 5* (1957-1958). O importante, por ora, é atermo-nos ao fato de que a falta de objeto é considerada, pela psicanálise, aquilo que move a relação do sujeito com o mundo, pois não existe um objeto ideal, harmonioso, adequado e complementar a ele (PRATES, 2006).

Tem-se, então, uma ordem simbólica, marcada pela falta, “que preexiste ao sujeito infantil e segundo a qual será preciso que ele se estruture” (LACAN, 1958a/1998, p. 601). O sujeito deve posicionar-se em relação a essa ordem que lhe dá seu próprio estatuto e à qual está assujeitado, o que implica escolher uma maneira de relacionar-se com a falta de objeto, maneira essa que marcará também sua relação com o desejo que lhe é singular. Sabemos com Lacan que há diversos modos de posicionar-se em relação à falta, nos quais há algo particular, vinculado à forma como cada sujeito relaciona-se com os significantes que o marcam, e também algo da ordem estrutural.

Foi esse aspecto que permitiu que o psicanalista francês estabelecesse, a partir da psicopatologia freudiana, três estruturas clínicas (neurose, perversão e psicose) cuja diferença entre elas está, sobretudo, no modo de lidar com a falta. Entretanto, em qualquer uma dessas três formas, o sujeito busca defender-se da castração, constituindo assim uma empreitada infinita que visa reparar a *Spaltung*. Para tanto, o simbólico oferece um instrumento: o falo. Assim, a partir de um dado de estrutura, isto é, a falta, “o falo se presentifica como objeto privilegiado do desejo humano” (PRATES, 2006, p. 157).

A importância do falo centra-se no fato de o ser humano ser atravessado pela linguagem. Como vimos, esse atravessamento implica a perda da ordem daquilo dito natural, fazendo com que seja necessário um outro ordenador para que o sujeito humano possa se relacionar com o mundo. A própria linguagem, a qual faz com que o homem seja efeito do significante e funcione segundo suas regras, introduz o falo como sendo esse ordenador, o qual representa o gozo perdido. É o falo que ordena as relações sexuais e também orienta a posição do sujeito na ordem simbólica, sendo, por isso, o significante privilegiado da estruturação do sujeito e a marca do desejo humano ou, em outras palavras, o “significante que dá a razão do desejo” (LACAN, 1958b/1998, p. 700). A lógica fálica, então, substitui a biológica, advindo como uma possibilidade artificial, um engodo, no que se refere à viabilidade de estabelecer uma relação harmoniosa entre sujeito e objeto originalmente perdido. Ademais, a lógica fálica traz consigo a dimensão do desejo, a partir da qual os sujeitos são convocados a responder.

Afirmar que o falo é o significante privilegiado na marcação do sujeito pela linguagem, bem como considerá-lo o significante do desejo, traz implicações importantes à teoria lacaniana. Primeiramente, pode-se afirmar que a própria divisão do sujeito e seu posicionamento na ordem simbólica estão intimamente relacionados ao falo. Além disso, como Lacan afirma em *A significação do falo* (1958), o significante fálico tem papel importante na estruturação dos sintomas

e na instalação, no sujeito, de uma posição inconsciente que viabiliza a identificação sexual, a realização do ato sexual em si, situação que o sujeito sustenta-se como identificado a um sexo frente ao outro, e, por fim, a possibilidade de responder às questões da maternidade ou da paternidade. Em suma, o significante fálico tem função importante na organização da sexualidade humana.

Sem a intervenção do Outro, porém, a assunção do falo enquanto significante privilegiado da ordem simbólica das trocas não se dá. Para que determinada posição sexual inconsciente se instale e para que o sujeito tenha acesso ao significante fálico e, mais precisamente, à significação fálica, a intervenção do Outro, via operação da Metáfora Paterna, é fundamental. Isso evidencia que o falo não é algo a ser atingido numa escala evolutiva. “Pelo contrário, com o termo falo temos um conceito anti-evolutivo que, mesmo na obra de Freud, barra a contra-corrente da ideia de desenvolvimento” (LAURENT, 1991/1994, p. 27). Genitalidade, maturidade sexual e desenvolvimento não são, portanto, conceitos psicanalíticos.

Depreende-se, de acordo respectivamente com Freud e Lacan, que as questões relativas à assunção de um sexo são fruto de uma ameaça ou de uma privação, ambas marcas do complexo de castração. Assim sendo, a ordenação da sexualidade não pode ser reduzida à anatomia, o que explica a necessidade do complexo de Édipo ter sido postulado como um momento ordenador da sexualidade infantil.

4.1. O complexo de Édipo em Lacan

Foi Freud que, em 1910, cunhou a expressão complexo de Édipo, a qual ganhou grande destaque ao longo de sua obra e alcançou o estatuto de teoria. “Principal eixo da psicopatologia freudiana, o complexo de Édipo designa o conjunto das relações que a criança estabelece com as figuras parentais que, segundo Freud, determinam os caminhos da organização da sexualidade, desde o aparecimento das primeiras manifestações sexuais infantis, até a fase da latência” (FARIA, 2003, p. 18). Em relação à obra lacaniana, o complexo de Édipo não tem a mesma importância, mas não deixa de ser um ponto relevante e, até mesmo imprescindível, para fazer articulações no que se refere à questão da criança. É sobretudo no *Seminário 4* (1956-1957) e no *Seminário 5* (1957-1958), no qual Lacan relê o Édipo freudiano, que se encontram elementos que permitem trabalhar o que é uma criança do ponto de vista do discurso psicanalítico.

Tanto em Freud quanto em Lacan, a teoria do complexo de Édipo gira em torno de um sujeito marcado pela castração. “Pode-se dizer que a castração é o signo do drama do Édipo, como também dela é ele o pivô” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 221). Para ambos os autores, a castração é

um universal que viabiliza a assunção de uma identidade sexual e a ordenação da sexualidade infantil. Em Freud, esse universal é pensado a partir do complexo de castração, o qual coloca em evidência a existência da falta. Sua incidência, porém, como assinala o pai da psicanálise, é distinta nos meninos e nas meninas. Nos primeiros, o complexo de castração é o ponto de saída do Édipo, pois o medo de perder o pênis faz com que o menino renuncie ao desejo pela mãe. Já no caso das meninas, o complexo de castração marca a entrada no Édipo, representa o ressentimento da menina com a mãe, a quem culpa por não ter lhe dado um pênis, voltando-se ao pai na tentativa de obter um. Quanto a Lacan, como desenvolveremos, o universal da castração recai sobre a criança, independente do sexo biológico, a partir da castração materna, cuja incidência se dá no segundo tempo do Édipo. Além disso, o autor articula o complexo de castração à função simbólica do pai, atribuindo-lhe um lugar central na problemática edípica.

Apesar de haver claramente marcas freudianas no complexo de Édipo apresentado por Lacan no *Seminário 5* (1957-1958), é interessante notar o quanto a concepção de anterioridade da ordem simbólica influencia as construções lacanianas acerca do Édipo, dando-lhes um caráter inédito. Conforme afirma Faria (2003), uma das grandes contribuições de Lacan à teoria do Édipo consiste na subversão da relação do homem com a natureza e a cultura, cujo principal indício é a concepção da anterioridade da linguagem. Conceber isso, como assinalamos, acarreta considerar que a interdição decorre da própria existência da linguagem, a qual já está presente, antes mesmo do nascimento da criança, no discurso da mãe. O complexo de Édipo pode ser pensado, a partir disso, como a forma pela qual o sujeito vai posicionar-se em relação à lei veiculada pelo simbólico, ao interdito que é dado de saída, barrando um suposto gozo original com o Outro materno.

Assim, enquanto a teoria do Édipo em Freud faz supor uma interdição externa que diz *não* ao acesso à mãe, levando à perda do paraíso inaugural com a entrada do pai interditor¹⁸, em Lacan a concepção de que a linguagem é anterior ao sujeito permite fazer uma inversão nesta lógica, ficando marcada a importância da articulação da falta, que é inicialmente a falta no Outro materno (a privação materna), a partir da qual a criança se inscreve no campo simbólico, através do que Lacan chama um apelo ao pai. Essa é, em nosso entender, a versão rigorosamente lacaniana do Édipo (FARIA, 2003, p. 125, *italico da autora*).

Na leitura lacaniana, o complexo de Édipo baseia-se na perspectiva do significante fálico e da Metáfora Paterna. O pai é trazido para o centro da cena edípica, já que sua intervenção introduz a ordem simbólica e produz o falo como significação. O falo, por sua vez, retomado como elemento privilegiado da estruturação simbólica e sexual humana, tem destaque enquanto sendo o objeto ao

¹⁸ Em Freud, o vínculo incestuoso da criança com a mãe é ameaçado e interditado com a castração. O pai impõe uma lei que faz com que a criança renuncie ao desejo pela mãe. Essa renúncia, conseguida graças à ação da lei paterna, é o que, segundo Freud, promove a entrada da criança na cultura.

qual o desejo se articula. Esse aspecto é de fundamental importância, pois tem como consequência o fato de que em toda e qualquer relação humana, mesmo na imaginária que é aparentemente dual, ele esteja presente. Assim sendo, “a noção da relação de objeto é impossível de compreender, e até mesmo de exercer, se não pusermos nela o falo como um elemento (...) terceiro” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 28).

Tem-se, assim, que o Édipo para Lacan é quaternário. Isso implica afirmar que na estrutura edípica há quatro elementos em jogo: a criança, a mãe, o pai e o falo. Esses elementos devem dispor-se de determinadas maneiras para que o drama edípico se desenrole, aspecto que levou Lacan a estabelecer três tempos para o complexo de Édipo. Trata-se, portanto, da constatação da “necessidade de uma certa disposição dos elementos em cada tempo para que o tempo seguinte ocorra. E, inversamente, a impossibilidade de que uma certa disposição dos elementos no tempo seguinte, quando uma certa forma de ordenação desses mesmos elementos não tomou lugar no tempo anterior” (FARIA, 2003, p. 46). Assim sendo, esses tempos são lógicos, e não cronológicos ou equivalentes a uma ordem de desenvolvimento a ser seguida.

No primeiro tempo do Édipo, a criança está em posição de total assujeitamento ao Outro materno. Por ser a mãe a responsável pelos cuidados básicos da criança desde o seu nascimento, aquela que satisfaz ou não suas necessidades, a relação com ela é marcada por total dependência. É a mãe que significa o choro do bebê com sendo frio, fome, dor e oferece-lhe o objeto necessário a seu apaziguamento. Frente ao real do mal estar vivenciado pelo organismo, o bebê recebe os objetos e as palavras que a mãe, na transformação do grito em demanda, lhe oferece. Nesse processo de significação, a mãe, então, não é somente aquela que viabiliza a satisfação das necessidades. Ela faz mais do que isso: transmite também à criança o campo simbólico.

A linguagem está, portanto, presente todo o tempo nessa relação, fazendo com que a mãe se constitua como o Outro primordial da criança. Conforme esse Outro nomeia e significa as manifestações do bebê, fornece também elementos que permitem a ele construir e assumir uma imagem unificada de si. É dessa forma que o olhar do Outro primordial se faz de espelho para a criança. Assim, não se pode dissociar o primeiro tempo do Édipo do estágio do espelho, pois “é a partir da alienação fundamental inicial no Outro materno como espelho que o primeiro tempo do Édipo em Lacan pode ser pensado” (Ibid., p. 47).

Esse assujeitamento total da criança ao Outro faz da mãe um Outro onipotente. Do ponto de vista da criança, a mãe é a potência da satisfação, pois é ela quem tem aquilo necessário à satisfação, ficando a seu critério responder ou não ao apelo que lhe é feito. A mãe é então a responsável pelo acesso ou pela recusa dos objetos, os quais passam, assim, a ser objetos de dom,

signos de amor. O dom, nesse momento inicial¹⁹, relaciona-se à satisfação que o Outro materno pode dar ou recusar, sendo marca e testemunho do valor da potência materna. Essa mãe onipotente pode, do ponto de vista da criança, dar-lhe o que quer que seja, pois é suposta possuir o objeto de satisfação, isto é, o dom materno. Contudo, o que mais importa nesse momento “são as carências, as decepções, que afetam a onipotência materna” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 70), já que de um Outro onipotente a criança não pode esperar outra coisa que não a potência de satisfação.

Lacan vai articular a isso, que nomeia “dialética do dom”, a falta de objeto enquanto frustração. A frustração está no núcleo das relações primitivas da criança e não se vincula às necessidades biológicas, mas sim à demanda de amor. Ela só pode ser pensada como a recusa do dom, na medida em que esse é símbolo do amor materno. Dessa forma, o objeto é mais valorizado por ser um dom do que por sua capacidade de satisfazer a uma necessidade. Por isso, “a frustração incide sobre algo de que vocês são privados por alguém de que poderiam, justamente, esperar o que lhe pediam. O que está assim em jogo é menos o objeto que o amor de quem lhes pode fazer este dom. O objeto da frustração é menos o objeto do que o dom” (Ibid., p. 101). A criança dirige-se ao Outro, convocando algo que pode, contudo, ser rejeitado, isto é, o dom pode se dar ou não em resposta à manifestação da criança. Tem-se, assim, que a mãe, aquela que tem o que pode satisfazer a criança, é o agente real da frustração, a potência da satisfação da criança.

Ainda no que se refere ao assujeitamento total ao Outro primordial, Lacan afirma que a criança, nesse primeiro tempo do Édipo, esboça-se como um assujeito. “Trata-se de um assujeito porque, a princípio, ela se experimenta e se sente como profundamente assujeitada ao capricho daquele de quem depende, mesmo que esse capricho seja um capricho articulado” (Idem, 1957-1958/1999, p.195). A posição de assujeito vincula-se a ocupar para o Outro materno o lugar daquilo que seria o objeto de seu desejo, ou seja, o falo. A alienação primordial ao Outro materno leva a criança a transformar-se em um assujeito, pois assume, inicialmente, o desejo da mãe, fazendo-se de falo para ela. Esse aspecto Lacan também destaca no *Seminário 4* (1956-1957) e trabalha em suas formulações acerca do complexo de Édipo baseando-se na equivalência simbólica entre falo e criança estabelecida por Freud.

Freud nos diz que, no mundo dos objetos, existe um cuja função é paradoxalmente decisiva, a saber, o falo. Este objeto (...) não é possível de modo algum confundir-lo com o pênis em sua realidade. (...) Esse falo tem um papel tão decisivo que sua nostalgia, tanto quanto sua presença ou sua instância, no imaginário, parecem ser ainda mais importantes para os membros da humanidade a quem falta o correlato real, a saber, as mulheres (...) Freud, por seu lado, nos diz que a mulher tem, dentre suas faltas de objeto essenciais, o falo, e que isso está estreitamente ligado à sua relação com a criança. Por uma simples razão - se a mulher encontra na criança uma satisfação é, muito precisamente, na medida em que encontra nesta algo que

¹⁹ Considerando um sujeito já constituído, o dom implica necessariamente o confronto com a ordem simbólica, e não mais com o outro, surgindo assim como um mais-além da relação objetal.

atenua, mais ou menos bem, sua necessidade de falo, algo que o satura (LACAN, 1956-1957/1995, p. 70-71).

Em função de a mãe, enquanto mulher, ter sido privada do falo, a criança será quem lhe trará a promessa de completude. Ao perceber que “o desejo da mãe é o falo, a criança quer ser o falo para satisfazê-lo” (Idem, 1958b/1998, p. 700, *itálico do autor*), pois sabe que para agradar a mãe basta encarnar o falo. Há, dessa forma, do lado da criança, uma identificação imaginária com o objeto de desejo materno, criando a ilusão de ser esse objeto. À medida que ocupa o lugar simbólico do falo, a criança faz supor a possibilidade de compensar a falta materna. Constitui-se, assim, uma relação supostamente dual na qual cada um dos componentes garante uma ilusão ao outro: a criança sustenta a mãe supostamente fálica que, por sua vez, a toma no lugar de falo, sustentando a identidade de um filho que supõe ser aquilo que ela deseja.

Além disso, insinuar-se na posição de falo junto à mãe permite que a criança faça a passagem do corpo despedaçado à unidade corporal, à unidade do Eu. Dessa forma, ocupar o lugar do objeto do desejo materno é estruturante para a criança, apesar de mantê-la completamente assujeitada à potência do Outro, posição que, como vimos no caso Hans, causa angústia e, assim, deverá ser superada nos tempos seguintes. Enquanto isso não ocorre, tem-se que nesse primeiro tempo a criança é, portanto, o falo da mãe, estando acoplada a seu desejo.

É na relação com a mãe que a criança experimenta o falo como centro do desejo dela. E ela própria se situa ali em diferentes posições pelas quais é levada a manter, isto é, a tapear este desejo da mãe. (...) A criança se apresenta à mãe como lhe oferecendo o falo nela mesma (...) Existe aí um grau elevado, não de abstração, mas de generalização da relação imaginária que chamo de tapeadora, pela qual a criança atesta à mãe que pode satisfazê-la, não somente como criança, mas também quanto ao desejo e, para dizer tudo, quanto àquilo que lhe falta. Esta situação é decerto estruturante (Idem, 1956-1957/1999, p. 230).

Faria (2003) aponta para uma particularidade dessa exigência fálica. A autora assinala que é importante destacar que o falo, nesse primeiro momento, não tem o mesmo estatuto para a mãe e para a criança. No que se refere à mãe, o falo é um objeto simbólico desde antes do nascimento do bebê, pois ela já está inscrita na ordem simbólica. Para a criança, porém, trata-se do falo imaginário, pois, ser o falo materno baseia-se em uma ilusão que só se sustenta enquanto identificação imaginária. “É com base nessa alienação, nesse desconhecimento, que a criança ocupa, no primeiro tempo do Édipo, a posição de falo materno. E a base desse desconhecimento é a identificação imaginária ao falo, uma identificação que desconhece o estatuto do falo como elemento terceiro, como elemento simbólico” (FARIA, 2003, p. 57). Assim, para a criança, o falo ainda não se constituiu enquanto simbólico, o que só ocorrerá na articulação do segundo e terceiro tempos do

Édipo. Nesse sentido, ainda de acordo com Faria (2003), o complexo de Édipo pode ser entendido como um percurso ao longo do qual o objeto adquire estatuto simbólico.

Para que o falo possa alcançar tal estatuto é preciso, contudo, que algo interfira na relação até então estabelecida entre mãe e criança. Cabem aqui algumas perguntas: em que momento algo termina com a relação até então sustentada? O que colocará fim à onipotência materna? Como a criança percebe que a mãe é afetada em sua potência? E ainda: como a criança percebe que não basta para satisfazer a mãe como pensava? O que permite que a criança perceba que a mãe também é privada do objeto? A resposta dessas perguntas é a mesma: o pai. “Para a criança tudo se passa, no primeiro tempo, *como se* não houvesse mais nada além da mãe. Entretanto, a mãe, enquanto um dos suportes da estrutura edípica, é um sujeito para o qual o pai já ocupa um lugar desde o início, e esse é um dado da maior importância” (FARIA, 2003, p. 60, *itálico da autora*). Assim, a instância paterna, inicialmente introduzida à criança como velada, não mais apresentar-se-á de tal modo nos outros tempos do Édipo, pondo fim à ilusão fálica e levando à percepção de que à mãe falta algo.

Lacan afirma que é no segundo tempo do Édipo que ocorre a fundamental saída da criança da posição de assujeito. A criança que até então estava alienada na problemática fálica sob a forma de ser ou não o falo materno, defrontar-se-á com algo que será responsável por desalojá-la da posição de ser o objeto do desejo da mãe. Para que isso se dê, além de a criança ter que consentir, é preciso antes que ela perceba que a mãe, a qual era suposta ter o falo, na verdade, não o tem. Isso também leva a criança à conclusão de que ela tampouco o é. Tem-se, assim, a incidência de uma dupla castração sobre a criança, pois, ao mesmo tempo, ela percebe que a mãe é privada do objeto e que ela não é o falo que acreditava ser, sendo, então, insuficiente.

De acordo com Lacan, esse é um ponto essencial e decisivo para a instauração do segundo tempo do Édipo e para a constituição do sujeito. “A noção de que à mãe falta esse falo, de que ela própria é desejante, não somente de algo além dele próprio, porém simplesmente desejante, isto é, afetada em sua potência, será para o sujeito mais decisiva que tudo” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 72). Deparar-se com o fato de que a mãe não tem o falo equivale a perceber que o Outro materno é privado do objeto e que o próprio sujeito também o é, o que o leva a realizar que algo também pode lhe faltar. Dessa forma, é possível entender por que o objeto fálico importa à medida que falta à mãe.

Faz-se importante assinalar, segundo Faria (2003), que a castração materna do segundo tempo não é um ato que incide sobre a mãe. A mãe já é um sujeito inscrito no simbólico e, portanto, marcado pela castração simbólica que opera, como veremos, ao final do Édipo. A castração materna do segundo tempo consiste, sim, em algo que introduz a castração para criança, bem como a incidência dessa castração sobre o sujeito infantil.

Isso porque, mesmo que a marca da castração materna já esteja desde antes do nascimento de um filho, vimos que este não é um dado que a criança tenha condições de apreender no primeiro tempo quando ela encontra-se em posição de assujeito diante de um Outro fálico-onipotente. Assim, pensamos que seja possível compreender a castração materna do segundo tempo enfocando-a como o momento em que a castração materna *adquire valor como tal para a criança*. Entendemos portanto que se trata dos efeitos da falta no Outro sobre a própria criança, e não de algo que se efetiva nesse sujeito que é a mãe (FARIA, 2003, p. 63, *itálico da autora*).

No segundo tempo do Édipo, para a criança, “existe em termos neutros, uma alternativa entre ser ou não ser o falo” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 192). A forma como ela se posiciona diante disso é fundamental, pois aceitar ou não sê-lo ou, ainda, recusá-lo vincula-se às diferentes saídas do Édipo, isto é, à maneira como a criança irá inscrever-se no universo simbólico. Por isso, Lacan define o segundo tempo do complexo de Édipo como essencial e nodal. “A experiência prova que, na medida em que a criança não ultrapassa esse ponto nodal (...) mantém em pauta uma certa forma de identificação com o objeto da mãe” (Ibid., p.191-192), a qual não permite, como veremos, que ela aceda à significação fálica e assuma uma posição sexual.

Cabe aqui retomar um apontamento feito por Sauret em *O infantil e a estrutura* (1997). O autor afirma que a formulação lacaniana, apresentada no *Seminário 4* (1956-1957) e retomada no *Seminário 5* (1957-1958), de que a criança aparece seja como metáfora do amor dos pais seja como metonímia do falo que a mãe não tem, mas almeja alcançar, pode juntar-se à formulação feita mais de dez anos depois em *Nota sobre a criança* (1969). Nesse texto, Lacan estabelece uma distinção entre a criança cujo sintoma define-se como representante da verdade do casal parental e aquela em que o sintoma relaciona-se à subjetividade da mãe. No primeiro caso, mais acessível às intervenções analíticas, “é induzido na ‘criança metáfora’ que sua presença é o signo do amor dos pais: que ela não é o que lhes falta” (SAURET, 1997, p. 34). A criança como metonímia do desejo da mãe, por sua vez, é levada a encarnar o que falta à mãe, tornando-se o objeto de seu desejo e saturando a falta que o sustenta, seja qual for a estrutura materna: neurótica, psicótica ou perversa.

No texto de 1969, por já contar com a formulação do objeto *a*, Lacan não mais trabalha essa questão da criança pelo via do falo, o faz, sim, via objeto *a*. O psicanalista afirma que a criança realiza a presença do objeto *a* na fantasia materna. Essa posição, que não deixa ser estruturante, remete àquela em que a criança encontra-se no primeiro tempo do Édipo e da qual é preciso sair. “Dizendo de outra maneira, poderíamos concluir dessas observações de Lacan, que ser o objeto do fantasma da mãe é uma condição necessária à sobrevivência da criança, mas não é uma condição suficiente para a efetuação do sujeito neurótico” (Ibid., p. 89).

Conforme afirma Lacan, a constatação da castração materna, o que também introduz para a criança a castração e a possibilidade de deixar de ser um assujeito, é viabilizada por algo de

concreto que ocorre na relação entre ela e a mãe. Trata-se da própria ausência materna, a qual acaba por indicar à criança que há um outro objeto que desperta o interesse da mãe, que há um desejo outro da mãe que não por ela. A constatação de que há um x mais além da própria criança é o que torna a castração materna evidente e faz com que a criança tenha condições de questionar o que é que a mãe quer. Para criança instala-se, então, um enigma acerca do desejo materno e também a possibilidade de inserção no campo simbólico, pois esse x que surge alude ao desejo do Outro, ao desejo de Outra coisa que não só satisfazer os desejos da criança. Abre-se a dimensão de que a mãe é um ser faltante, submetido às leis do simbólico. Ademais, segundo Hartmann (2003), o x que emerge é constituinte da posição do sujeito para além da simples dependência da atenção e cuidados maternos, levando à substituição, como trabalharemos, do falo imaginário pelo simbólico. Tem-se a substituição de um ternário imaginário por um simbólico, passo importante no Édipo.

Digo que há uma relação entre esse ternário simbólico e o que trouxemos (...) sob a forma do ternário imaginário, para lhes apresentar a relação da criança com a mãe, na medida em que a criança revela depender do desejo da mãe, da primeira simbolização da mãe como tal, e de nada mais. Através da simbolização, a criança desvincula sua dependência efetiva do desejo da pura e simples vivência dessa dependência e alguma coisa se institui, sendo subjetivada num nível primário ou primitivo. Essa subjetivação consiste, simplesmente, em instaurar a mãe como aquele ser primordial que pode estar ou não presente (LACAN, 1957-1958/1999, p. 188).

As idas e vindas maternas são, portanto, um aspecto essencial que se introduz na relação entre a criança e a mãe. Além de possibilitar a abertura da dimensão desejante, o par presença/ausência é, também, uma condição estrutural responsável por introduzir a ordem simbólica, pois traz implícita a conotação de oposição mais-menos, aspecto fundamental do registro simbólico. A mãe, então, introduz na relação com a criança o par de opostos presença-ausência e, dessa forma, viabiliza que a criança passe a percebê-la como alguém que pode faltar, que pode estar ausente. Isso só é possível devido ao fato de a criança ter noção de que algo deveria estar ali, mas não está, o que atesta a instauração dimensão simbólica, “pois simbolizar é deixar de lidar com a ausência do objeto como desaparecimento, e passar a tomá-lo como presença na ausência” (FARIA, 2006, p. 66-67).

A simbolização da alternância materna, isto é, sua presença-ausência é pensada a partir do jogo do fort-da descrito por Freud em *Além do princípio de prazer* (1920). Freud relata que seu neto de 18 meses de idade, durante as ausências da mãe, brincava com um carretel amarrado a um barbante, fazendo-o desaparecer e voltar. Quando jogava o carretel para longe de si, a criança dizia “o-o-o-o” (do alemão: *fort* - longe, ausente). Ao trazê-lo de volta, pronunciava um alegre “da” (do alemão: *da* - aqui). A brincadeira completa era justamente essa: desaparecimento e retorno. De

acordo com Freud, seria uma forma de a criança poder elaborar o mal-estar relativo às idas e vindas maternas. Evidencia-se, assim, que é pela ausência da mãe que a criança acede à simbolização. O jogo do *fort-da* permite que o sujeito infantil opere a passagem da mãe ao símbolo e a situe em um mais além cuja ausência se faz possível suportar.

O aparecimento do desejo materno como desejo de Outra coisa é o que permite situar uma falta na mãe, à qual Lacan dá o nome de privação. No segundo tempo do Édipo, não se trata mais de um Outro sem barrar, onipotente como no primeiro tempo, e sim de um Outro desejante, faltante, barrado. Nesse sentido, aquilo que a criança corre o risco de não receber quando faz um apelo ao outro deixa de ser algo que simplesmente lhe foi negado, mas que pode ser ganho posteriormente se a mãe assim o quiser, e passa a receber o estatuto de algo que a mãe não dá porque não tem. O objeto toma, dessa maneira, o estatuto de algo que falta ao Outro. Esse algo que falta ao Outro é o que fica de enigmático para a criança, fazendo com que ela o situe em outro lugar. Dessa forma, além de haver a quebra da ilusão acerca da onipotência materna, a criança também percebe que ela mesma não é aquilo passível de completar o Outro. A privação materna consiste, portanto, no fato de a mãe, antes onipotente, passar a ser marcada pela falta.

Ainda quanto à privação, Lacan afirma que se trata de uma falta real que incide sobre um objeto simbólico. De acordo com o autor, a privação, em sua natureza de falta, é essencialmente real. Isso significa que a mãe, como um dado da realidade da criança, falta (FARIA, 2003). Lacan também afirma que o objeto sobre o qual incide essa falta real não é a mãe, e sim a criança como falo materno. O autor salienta, ademais, que o objeto da privação materna só pode ser considerado enquanto simbólico, pois “a ausência de algo no real é puramente simbólica” (LACAN, 1956-1957/1999, p. 38). A ideia de privação implica, portanto, a simbolização desse objeto suposto faltar no real, o que só pode ocorrer quando a criança se dá conta de que não é ela tal objeto. “Assim, é no plano da privação da mãe que, num dado momento momento da evolução do Édipo, coloca para o sujeito a questão de aceitar, de registrar, de simbolizar, ele mesmo, de dar valor de significação a essa privação da qual a mãe revela-se o objeto. Essa privação, o sujeito infantil, a assume ou não, aceita ou recusa. Esse ponto é essencial” (Idem, 1957-1958/1999, p.191).

A privação, por elevar a problemática fálica ao nível simbólico, consiste na forma fundamental da falta na estrutura. “Se a mãe através de sua presença ausência produz a frustração, a privação materna se instala no valor simbólico fálico que a criança tem na estrutura para a mãe. O problema aqui formula-se como um fato de estrutura que se define em a criança ser ou não o objeto que sutura dita falta” (HARTMANN, 1993, p. 103, tradução nossa), o que vimos tratar-se de um ponto nodal. Não aceitar sê-lo é o que permite que a criança siga efetuando seu percurso no Édipo e ingresse na dialética do ter, característica do terceiro e último tempo.

Situar a privação enquanto uma falta que acaba por despertar um enigma em relação ao desejo materno é o que permite a Lacan dar lugar ao pai no complexo de Édipo. A incidência paterna no segundo tempo depende do enigma que se estabelece para a criança em relação ao desejo materno: o que ela quer? qual é e onde está o significado de seu desejo? Ao x que surge mais além dela, a criança remete a hiância existente na relação com o Outro materno, atribuindo ao pai as ausências da mãe. O pai aparece, portanto, como privador da mãe. Aquilo percebido pela criança em sua relação com a mãe, é direcionado ao pai, o qual passa a ser concebido, segundo Lacan, como uma instância superior, como o representante de uma interdição. “É nesse nível que se produz o que faz com que aquilo que retorna à criança seja, pura e simplesmente, a lei do pai, tal como imaginariamente concebida pelo sujeito como privadora da mãe. Esse é o estádio, nodal e negativo, pelo qual aquilo que desvincula o sujeito de sua identificação, liga-o, ao mesmo tempo, ao primeiro aparecimento da lei” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 199).

Nesse sentido, o pai privador do segundo tempo do Édipo pode ser entendido como uma interpretação necessária por parte da criança para que possa lidar com o enigma do desejo do Outro materno. Ela toma imaginariamente o pai como um limitador desse desejo e interditor de sua relação com a mãe. Com isso, o pai passa a ser o portador de uma lei que interdita a mãe e fica vinculado à lei primordial da proibição do incesto. É o pai, então, que tem a incumbência de representar essa proibição, o que significa afirmar que ele não é a lei, mas sim seu suporte na medida em que a representa para a criança. “O pai se afirma em sua presença privadora, como aquele que é o suporte da lei, e isso já não é feito de maneira tão velada, porém de um modo mediado pela mãe, que é quem o instaura como aquele que lhe faz a lei” (Ibid., p. 200).

Para que o pai se faça como proibidor é preciso que tenha um lugar no discurso materno. A mãe deve, em seu desejo, atribuir ao pai um lugar e transmiti-lo à criança, para que assim ele possa exercer sua função interditora. Isso é o que leva Lacan a afirmar que, no segundo tempo do Édipo, o pai aparece mediado no discurso da mãe, mas de modo não tão velado como no primeiro tempo. A fala do pai, isto é, uma lei que não é a da mãe enquanto Outro, intervém no discurso materno e a mãe a transmite à criança que pode, por sua vez, “atribuir ao pai isso que a estrutura torna evidente: que há falta no nível da relação mãe-criança” (FARIA, 2003, p. 75). É isso que faz com que Lacan situe, conforme vimos, o segundo tempo como nodal no complexo de Édipo.

Em vista disso [da interdição paterna], a criança é profundamente abalada em sua posição de assujeito (...) Em outras palavras, é na medida em que o objeto do desejo da mãe é tocado pela proibição paterna que o círculo não se fecha completamente em torno da criança e ela não se torna, pura e simplesmente, objeto do desejo da mãe. O processo poderia ser interrompido na primeira etapa, dado que a relação da criança com a mãe comporta uma triplicidade implícita, uma vez que não é a mãe que ela deseja, mas seu desejo. Essa já é uma relação simbólica, que permite ao sujeito o fechamento de um primeiro circuito do desejo de desejo e um

primeiro sucesso - a descoberta do desejo da mãe. Não obstante, tudo é questionado pela proibição paterna, que deixa a criança em suspenso quanto a seu balizamento do desejo do desejo da mãe. Essa segunda etapa é (...) o âmago do que podemos chamar de momento privativo do complexo de Édipo. É na medida em que a criança é desalojada, para seu grande benefício, da posição ideal com que ela e a mãe poderiam satisfazer-se, e na qual ela exerce a função de ser objeto metonímico desta, que pode se estabelecer a terceira relação, a etapa seguinte, que é fecunda. Nela, com efeito, a criança torna-se outra coisa, pois essa etapa comporta a identificação com o pai (LACAN, 1957-1958/1999, p. 210).

Atestando que o desejo materno está para além dela e desalojada, então, do lugar de falo da mãe, a criança é remetida a um quarto elemento: o pai. Nesse momento, o pai, que tem sua presença revelada, é suposto possuidor do falo e capaz de dá-lo à mãe. Trata-se do pai simbólico do terceiro tempo do Édipo, cuja diferença em relação ao pai do segundo tempo, aquele que era o falo, consiste justamente na possibilidade de dar o falo que possui. “É por intervir no terceiro tempo como aquele que tem o falo, e não o que o é, que se pode produzir a báscula que reinstaura a instância do falo como objeto desejado da mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privar” (Ibid., p. 200). Configura-se, assim, uma mudança no estatuto do pai, caracterizada pela passagem de um pai onipotente, investido imaginariamente pela criança da atribuição fálica, a um pai potente, que tem e pode dar. É nesse sentido que se pode entender a passagem do ser ao ter mencionada por Lacan em suas formulações acerca do Édipo.

Será por meio da identificação com o pai detentor do falo que a criança, no caso o menino, poderá encontrar sua saída do complexo de Édipo, o que para menina se dá de outro modo. De acordo com Lacan, essa identificação chama-se ideal do eu. “É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como ideal do eu, e que, a partir daí, não nos esqueçamos, o complexo de Édipo declina” (Ibid., p. 201). Para a menina, por sua vez, seria mais fácil encontrar a saída do Édipo, pois “ela não tem de fazer essa identificação [ao pai] nem guardar esse título de direito à virilidade. Ela, a mulher, sabe onde está, sabe onde deve ir buscá-lo, o que é do lado do pai, e vai em direção àquele que o tem” (Ibid., p.202). A menina simplesmente localiza o pai como aquele que tem e o toma como referência de onde ir buscar, inicialmente, o que lhe falta.

A posição conquistada ao final do Édipo vincula-se, então, à relação estabelecida por cada um com o falo. O modo de se situar em relação a ele determinará a construção de uma identidade sexual, determinará um posicionamento na partilha dos sexos, o que implica necessariamente uma simbolização. Trata-se de uma simbolização conquistada no percurso edípico e vinculada ao falo. No ser falante, o sexo não se organiza apenas em função da diferença anatômica, que tem sua

importância²⁰, mas é determinado pela linguagem, porque o falo funciona como significante para ambos os sexos. “Nesse momento de seu ensino Lacan faz a demonstração da diferenciação entre homens e mulheres a partir do significante fálico. É o falo que permite introduzir a diferença sexual. Por quê? Porque é um significante” (BROUSSE, 1997, p. 59). O significante fálico, enquanto esse elemento ordenador da sexualidade e também da ordem simbólica, é produto, como veremos, do Nome-do-Pai.

No terceiro tempo do Édipo, o falo adquire caráter simbólico para a criança. O aspecto essencial a essa mudança de estatuto é a ausência/presença da mãe, pois faz com que a criança tenha que lidar com a privação materna e permite que a simbolização ocorra. Seguindo essa linha de raciocínio, Faria (2003) propõe que os retornos da mãe sejam entendidos como uma metáfora do elemento que oferece condições para a criança articular a passagem do pai privador para o pai doador. “Se a mãe volta, é porque esse falo, embora tenha consistência como objeto de seu desejo, objeto que o pai tem e dá, é um objeto que, de fato, não a completa. Ou seja, (...) o desejo materno mantém-se vivo” (FARIA, 2003, p. 79). O *x* situado mais além e ligado ao desejo da mãe não é, portanto, capaz de satisfazê-la completamente. Por isso, a mãe volta. É nesse sentido que se faz possível compreender por que o falo adquire estatuto simbólico para a criança: “um objeto que, por um lado, aponta a possibilidade de preenchimento daquilo que falta e, por outro, não satura completamente sua falta” (Idem, p.80).

Mas, para que o objeto torne-se simbólico, faz-se necessária ainda uma operação: a castração. A castração, marca do terceiro tempo do Édipo, é considerada por Lacan (1956-1957/1995) o signo e o pivô implícito do drama edípico. Por meio dela, cumpre-se a função normativa do Édipo, isto é, a instauração da lei como recalcada e permanente no inconsciente, e o falo pode constituir-se como um significante. Trata-se do significante Nome-do-Pai, o pai simbólico, o qual é essencial à ordem simbólica e a sua estruturação, além de marcar, no psiquismo da criança, o Outro enquanto lugar da lei. Isso é o que faz com que a terceira etapa seja “tão importante quanto a segunda, pois é dela que depende a saída do complexo de Édipo. O falo, o pai atestou dá-lo em sua condição e apenas em sua condição de portador ou de suporte, diria eu, da lei. É dele que depende a posse ou não desse falo pelo sujeito materno” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 200, *itálico do autor*).

Acerca do terceiro tempo, Lacan (1957-1958/1999, p. 408-409, *itálico do autor*). também afirma:

²⁰ Faria (2003) assinala que, para a psicanálise, a anatomia não é fator decisivo na construção da identidade sexual, a qual depende, antes de mais nada, do falo. Porém, ao final do Édipo, quando o falo recobre e re-significa o dado anatômico, reencontra-se a posição do menino como portador do falo e da menina como aquela que não o tem. A autora aponta para um paradoxo nesse sentido e considera que, de certa forma, a anatomia é o destino que o percurso edípico vem ratificar. Contudo, afirma que o sujeito não pode prescindir do Édipo para selar seu destino.

Se o complexo de Édipo significa alguma coisa é que, a partir de um certo momento, a mãe é considerada e vivida em função do pai (...) Este é o pai no nível do pai simbólico. É o *nome do pai*, que instaura a existência do pai na complexidade sob a qual ele se apresenta a nós (...) A introdução deste elemento simbólico traz uma dimensão nova, radical, à relação da criança com a mãe (...) Por um lado, alguma coisa acontece nas relações com a mãe, que induz o pai como fator simbólico. É ele quem possui a mãe e que dela goza legitimamente (...) Por outro lado, alguma coisa tem por função fazer entrar no jogo instintual do sujeito, e na assunção que este faz de suas funções, uma significação que é realmente específica do gênero humano, na medida em que se desenvolve com a dimensão suplementar da ordem simbólica. Essa significação que está ali presente, vivida, na experiência humana se chama castração.

Assim, no Édipo, a função do pai também passa a ter estatuto simbólico. O pai, enquanto portador ou suporte da lei, é considerado um pai simbólico, cuja função “no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno” (LACAN, 1957-1958/1999, p.180). Isso é o que faz com que Lacan afirme que o pai é uma metáfora, ou seja, um significante que substitui outro significante. Nesse sentido, o significante do desejo materno, primeiro introduzido na simbolização, será substituído, por meio de uma operação metafórica inconsciente, pelo significante Nome-do-Pai. No texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1956/1998), Lacan apresenta a fórmula da metáfora paterna, a qual está aqui reproduzida:

$$\frac{\text{Nome-do-pai}}{\text{Desejo da mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da mãe}}{\text{Significado para o sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-pai} \left(\frac{\text{A}}{\text{Falo}} \right)$$

Figura 5 - Fórmula da Metáfora Paterna (LACAN, 1956/1998, p. 563)

Na primeira parte da fórmula, aquela anterior à seta, tem-se duas relações importantes. Em uma delas, escreve-se a relação entre o desejo materno e o significado que esse tem inicialmente para a criança. Conforme vimos, tal desejo passa a comportar a característica de enigma quando, a partir das idas e vindas da mãe, a criança questiona o que ela deseja. A percepção de uma hiância no desejo materno é o que faz com que o sujeito infantil vincule o significado desse desejo ao pai. Nesse sentido, o pai passa a ter para a criança o significado do desejo da mãe, o que está representado na outra relação escrita na primeira parte da fórmula. O Nome-do-Pai, incluído no lugar do Outro, entra, assim, “em substituição ao lugar primeiramente simbolizado pela operação da ausência da mãe” (Idem, 1956/1998, p.563), isto é, como um significante que vem em substituição ao significante do desejo materno. A função paterna enquanto significante atesta a instauração essencialmente simbólica dessa função.

Na segunda parte da fórmula, aquela posterior à seta, tem-se representado o produto da metáfora paterna. A substituição significante ocorrida via operação do Nome-do-Pai leva à produção do falo enquanto significação. Isso implica que o falo não é mais o significante do desejo materno, e sim aquilo que o pai potente tem e transmite “enquanto significação possível para o significante da falta do Outro” (PRATES, 2006, p. 167), ou seja, cabe ao pai transmitir o falo simbólico como significação da falta do Outro materno. Dessa forma, a criança poderá fazer uso do falo para situar seu gozo sem que isso signifique estar presa à identificação com o objeto de desejo da mãe. A significação fálica possibilita, ademais, a instalação de uma posição inconsciente sem a qual é impossível haver identificação sexual. Pode-se afirmar, portanto, que aquele que consente com a perda do lugar de tamponador da falta materna, ganha a possibilidade de aceder à significação fálica e, conseqüentemente, a uma identificação sexual.

O Édipo consiste no percurso necessário a esse domínio do simbólico que depende do falo como elemento ordenador, produto da metáfora paterna. Esse percurso tem como consequência o estabelecimento de uma identidade sexual, no qual as saídas feminina, do lado da busca pelo falo que não tem, e masculina, do lado da suposição de tê-lo como o pai, não consistem senão em formas de apreensão desse campo simbólico, que permitem dar a significação ao real da pulsão inscrita no corpo (FARIA, 2003, p. 86).

A partir da fórmula da metáfora paterna também é possível situar o pai enquanto portador da lei. O pai aparece como um significante que representa, para a mãe, uma proibição no que se refere a usar a criança como seu objeto e, para a criança, assinala que a mãe está submetida a uma lei que a ultrapassa. A instauração da lei simbólica remete, assim, ao impossível do acesso ao gozo²¹, já que o sujeito só poderá ocupar o lugar de objeto de gozo do Outro em sua fantasia. A operação da metáfora paterna, portanto, estabelece o Outro enquanto lugar da lei, instaurando-lhe uma falta, a castração, a partir da qual sustentam-se tanto o laço social quanto o desejo de cada sujeito.

“O passo que Lacan deu por meio da metáfora paterna é fundamental porque esclareceu a importância das funções, desfamiliarizando o Édipo. Ele retirou o Édipo de uma história familiar, bobinha, do ‘blá-blá-blá’ familiar, elevando-o à função da inscrição de um sujeito em um lugar” (BROUSSE, 1997, p. 66). O Édipo lacaniano consiste, assim, em uma leitura estrutural do lugar

²¹ Nessa época do ensino de Lacan, a função simbólica é suposta eficaz no que se refere a recobrir o real da perda de gozo. Todavia, quando a noção do registro do real é formulada, essa concepção passa a ser problemática, pois rompe-se com a ideia de que o simbólico é eficaz. Há, com isso, uma mudança no que se refere ao Édipo, pois o ideal da eficácia paterna não pode ser sustentado. O real “introduz a ideia de que o simbólico não é mais que uma função ordenadora de um impossível (o gozo) e que essa ordenação (que inscreve o gozo na ordem da lei e da castração) deixa sempre um resto inassimilável. Incluir a noção do real à teoria do Édipo implica, portanto, situar o gozo como impossível, impossibilidade esta que é própria da inscrição do sujeito no campo do significante. O Édipo adquire a dimensão de uma tentativa de articulação simbólica, de recobrimento simbólico, desse real da impossibilidade de gozo” (FARIA, 2003, p. 135-136).

simbólico ocupado por uma criança. Trata-se de uma leitura que se dá a partir de quatro elementos, a criança, a mãe, o pai e o falo, os quais se articulam em um triângulo imaginário e também em um triângulo simbólico, responsáveis por estruturar a realidade do sujeito neurótico. Isso foi sistematizado por Lacan no esquema R, apresentado em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1956) e aqui reproduzido. Pode-se afirmar que esse esquema consiste na soma do esquema L, apresentado no capítulo anterior, e do complexo de Édipo estrutural.

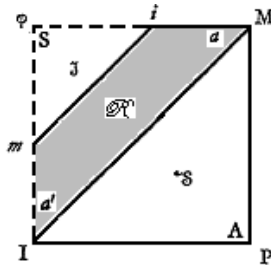


Figura 6 - Esquema R (LACAN, 1956/1998, p.559)

O triângulo imaginário, formado pela imagem fálica (ϕ), pelo eu (m) e pela imagem especular (i), é orientado pelo falo. O triângulo simbólico, por sua vez, é constituído pelo ideal de eu (I), pelo significante do objeto primordial (M) e pelo significante Nome-do-Pai (P). Tal significante é aquele que sustenta esse triângulo “a partir da significação fálica, para o enigmático desejo da mãe. O que significa dizer que a realidade, enquanto correlata da fantasia, é sustentada pelo Nome-do-Pai, ordenador das relações de objeto no ser humano” (PRATES, 2003, p. 266, *itálico da autora*). A realidade, no esquema em questão, é representada pela faixa (R) localizada entre os dois triângulos.

Quanto ao triângulo imaginário que compõe o esquema R, pode-se articulá-lo ao primeiro tempo do Édipo. A criança, na condição de desejada pela mãe, está identificada imaginariamente ao falo enquanto significante do desejo materno. “Os outros dois vértices, i e m , representam os dois termos imaginários da relação narcísica, ou seja, o eu e a imagem especular” (LACAN, 1956/1998, p. 559), os quais remetem ao esquema L. Como evidencia o próprio esquema R, esse triângulo imaginário só se sustenta tendo como base o ternário simbólico. Isso se articula à ideia de que a significação fálica “é, com efeito, na economia subjetiva, tal como a vemos comandada pelo inconsciente, uma significação que só é evocada pelo que chamamos de metáfora, precisamente a metáfora paterna” (Ibid., p. 561). A significação fálica é, portanto, um produto da incidência do Nome-do-Pai.

Fica clara no esquema R, a partir da articulação dos dois triângulos, a impossibilidade de se pensar o sujeito sem fazer referência ao simbólico, bem como o fato de que não há relação

imaginária que não dependa desse registro. Assim, evidencia-se aquilo discutido acerca do Édipo no que se refere à impossibilidade de pensar que há uma relação puramente dual entre a criança e a mãe. Além do falo, colocado de saída, o pai, mesmo de forma velada, apresenta-se desde o início como o que sustenta a ordem simbólica. O esquema R permite visualizar a constatação de que se trata, na verdade, de uma estrutura quaternária, conforme assinalamos ao trabalhar o complexo de Édipo.

Como um dos pilares de sustentação dessa estrutura encontram-se os três significantes que constituem o triângulo simbólico e a partir dos quais se pode identificar o Outro no complexo de Édipo. Esses três significantes são a mãe, enquanto primeira figura do Outro simbólico por suas idas e vindas, o pai e o ideal do eu, sentido dado ao Outro por meio do falo. A partir deles, funda-se a metáfora paterna. Nas palavras de Brousse (1997, p. 57): “são três significantes que sustentam o sujeito na dimensão simbólica: a mãe, o pai e o ideal. Este ternário, triângulo simbólico, vem cobrir todas as identificações imaginárias, inclusive a relação imaginária entre a mãe e a criança como objeto (...). Isto é a metáfora paterna”. O esquema R, portanto, formaliza a articulação entre identificação ao falo e significação fálica, ou seja, entre imaginário e simbólico no Édipo. Trata-se de um esquema que evidencia o quanto o falo e o Nome-do-Pai são responsáveis por sustentar a realidade psíquica do neurótico, elementos que quando não operam levam a outro tipo de ordenação da realidade, característico da psicose.

Com o declínio do complexo de Édipo, a criança tem algumas conquistas. A partir da significação fálica, que emerge da incidência do significante Nome-do-Pai, o sujeito pode orientar seu desejo e seu posicionamento na partilha dos sexos. Vimos que isso só se faz possível, contudo, se a criança, de certa forma, consentir em sair da posição de objeto ocupada junto ao desejo da mãe. Sair dessa posição de assujeitamento implica uma mudança de relação com o falo, pois esse emergirá em sua função significativa, e não mais será o objeto que a criança encarnava para o Outro materno. Entretanto, apesar dessa mudança, o sujeito, segundo Laurent (1991/1994), sempre manterá uma relação importante com o falo, não porque o é, mas por tê-lo sido. Nesse sentido, a posição de assujeito deixa marcas indelévels e determinantes no psiquismo da criança, as quais se relacionam justamente a ter uma vez ocupado a posição, estruturante, de objeto junto ao Outro.

4.2. A fantasia e o infantil

A saída da posição de ser o falo materno é uma operação na qual se produz um resto. Há um resto relativo a ter sido o objeto do desejo da mãe. Há um resto de gozo perdido, posto que

consistir no falo não foi suficiente para responder ao enigma do desejo do Outro. Isso que resta é aquilo que, já em Freud, recebe o nome de infantil. Em torno desse resto e a fim de dar-lhe um lugar, constrói-se a fantasia, ou o chamado fantasma fundamental. Vale aqui retomar a frase já citada de Sauret (1997) e acrescentar-lhe outros dizeres do autor:

É isto o infantil freudiano: os traços de gozo do Outro, o que há de ineliminável que o sujeito deve ao fato, senão de falar, pelo menos de consentir no significante (...) É ao mesmo tempo a matriz das relações do sujeito com o Outro. É enfim a solução ‘ao pai’ que o sujeito traz à crise infantil, incluindo as ditas fixações como índice de gozo, solução que ‘passa ao inconsciente como fantasma fundamental’ (SAURET, 1997, p. 21).

A fantasia, dessa forma, pode ser considerada uma construção que dá contorno àquilo que resta do lugar que já foi ocupado pela criança junto ao Outro e que não é possível eliminar. A fantasia “inclui o infantil como lugar do que resta de não-falante a partir do encontro traumático do vivo com o significante” (PRATES, 2006, p. 258). O infantil na fantasia seria, assim, o lugar da traumática inscrição do sujeito na linguagem, isto é, da impossibilidade de o significante dar conta de abarcar a falta estrutural. Essa falta emerge para o sujeito, como vimos, quando o Nome-do-Pai funciona, evidenciando que a mãe é castrada por estrutura e que, por isso, a criança jamais conseguiria tamponar sua falta. Nesse sentido, a fantasia consiste em uma interpretação particular que engloba o fato de o sujeito ter sido o falo para a mãe, de ter ocupado o lugar de objeto fálico.

Freud, conforme trabalhamos no capítulo 2, assinalou, desde seus primeiros escritos, a importância da fantasia. Mas, foi no texto *Uma criança é espancada* (1919) que buscou acompanhar, através das etapas do Édipo, as transformações na fantasia a fim de delimitar sua estrutura. A partir de análises por ele conduzidas, Freud verificou que o aspecto estrutural da fantasia comporta uma montagem que ordena a pulsão e o caminho da estruturação do sujeito, a qual se constrói em três tempos lógicos. O primeiro seria representado pela frase “meu pai está batendo na criança que eu odeio” (FREUD, 1919/2006, p. 201, itálico do autor), ou seja, um rival é espancado e isso dá prazer ao sujeito, já que o outro que apanha não é amado pelo pai. De acordo com Lacan (1956-1957/1995), esse tempo é correspondente ao primeiro do Édipo. No segundo tempo da fantasia, por sua vez, tem-se: “estou sendo espancada pelo meu pai” (Ibid., loc. cit.). E, finalmente, no terceiro, “uma criança é espancada”. Trata-se de uma frase impessoal e dessubjetivada que traduz a forma última da fantasia e evidencia seu aspecto estrutural. “Essa forma derradeira da fantasia, na qual alguma coisa é mantida, fixada, memorizada, diríamos, permanece para o sujeito, investida da propriedade de constituir a imagem privilegiada na qual o que ele puder experimentar de satisfações genitais irá encontrar seu apoio” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 247).

De acordo com Freud, o principal tempo da fantasia é o segundo. Esse momento nunca aparece na lembrança, tendo que ser, por isso, reconstruído em análise. “Sou espancada por meu pai” consiste numa confluência entre culpa e erotismo da qual se extrai grande excitação libidinal. Seria uma solução para o desejo edípico de ser o objeto de desejo do pai, o qual comporta culpa e acaba por exigir que o sujeito seja espancado. O caráter inconsciente desse segundo tempo é provavelmente consequência da forte repressão que atua a fim de manter reprimido o que a fantasia revela em relação aos sentimentos da criança pelo pai. Além disso, conforme assinala Lacan (1957-1958/1999), a fantasia no segundo tempo assume um valor completamente diferente, muda de sentido, ganhando caráter masoquista. Nesse momento em que o sujeito aparece como a criança espancada, a fantasia “torna-se a relação com o Outro por quem se trata de ser amado, enquanto ele mesmo não é reconhecido como tal” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 256). O sujeito apresenta-se aí como objeto do gozo do Outro, sendo essa uma posição estrutural e o fundamento de toda fantasia.

No segundo, assim como no primeiro tempo, ficam evidentes o papel e o lugar dado ao pai na construção da fantasia infantil. Inevitavelmente, isso nos remete, mais uma vez, ao complexo de Édipo. Lembremos que o declínio do Édipo deve-se à intervenção paterna e que a fantasia vem para dar conta daquilo que resta desse processo. Isso faz com que o próprio Freud afirme que “a fantasia de espancamento e outras fixações perversas análogas seriam apenas resíduos do complexo de Édipo, cicatrizes, por assim dizer, deixadas pelo processo que terminou” (FREUD, 1919/2006, p. 208). Fica evidente, então, a ideia de que a fantasia é uma marca deixada pelo Édipo, a qual inclui e emoldura o que resta do encontro com a falta estrutural.

Lacan, a partir das considerações feitas por Freud em *Uma criança é espancada* (1919) e também em *o Homem dos lobos* (1918[1914]), buscou formalizar a fantasia fundamental em termos estruturais. Na obra lacaniana, no período relativo à década de 1950, a fantasia é, no que se refere à estrutura, uma montagem do imaginário pelo simbólico, refletindo a primazia desse registro. Lacan também afirma que é a função significante que confere à fantasia sua estrutura.

O que é uma fantasia inconsciente, se não a latência de algo que, como sabemos por tudo que aprendemos sobre a organização da estrutura do inconsciente, é inteiramente concebível como cadeia significante? (...) É muito mais difícil conceber a incidência inconsciente seja lá do que for de imaginário do que colocar a própria fantasia no nível do que, como denominador comum, apresenta-se para nós no nível do inconsciente, ou seja, o significante. A fantasia é, essencialmente, um imaginário preso numa certa função significante (LACAN, 1957-1958/1999, p. 421).

Lacan representa a estrutura mínima da fantasia em um matema exposto pela primeira vez no *Seminário 5* (1956-1957): ($\$ \diamond a$). Por meio dele, é possível evidenciar que a fantasia apresenta uma forma de articulação única entre sujeito e objeto, concebidos por Lacan como lugares ocupados pelo autor da fantasia. São duas posições sempre presentes e atuantes, as quais o sujeito articula em um roteiro em que ele mesmo se coloca em cena. “A fórmula $\$$ com a barrinha, isto é, o sujeito no ponto mais articulado de sua presentificação em relação ao a minúsculo, é bastante válida em toda espécie de desenvolvimento propriamente fantasístico” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 421-422). Nesse momento do ensino lacaniano, “o a minúsculo é o pequeno outro, o outro como nosso semelhante, cuja imagem nos retém, nos cativa, nos sustenta, e na medida em que constituímos em torno dela aquela primeira ordem de identificações” (Ibid., p.323). O a é, portanto, nesse ponto da obra, o objeto imaginário de desejo. Posteriormente, em função dos avanços feitos por Lacan, passa ser o objeto em sua faceta real, o objeto a .

O matema proposto por Lacan, ($\$ \diamond a$), também permite evidenciar que a fantasia é uma construção que mostra, simultaneamente, o assujeitamento à estrutura e a produção do sujeito. Do lado esquerdo, $\$$, tem-se aquilo que é da ordem estrutural, o sujeito barrado como consequência de sua inscrição no simbólico. Do lado direito, a , encontra-se algo que é correlativo a um objeto imaginário qualquer que representa as tentativas de o sujeito responder àquilo que falta ao Outro. Nesse sentido, a fantasia mostra a posição estrutural do sujeito em relação ao Outro, “revela, a um só tempo, o assujeitamento estrutural à realidade do significante e a produção do sujeito na tentativa de responder à falta do Outro tomada como demanda endereçada a ele” (PRATES, 2006, p. 265). Tem-se, portanto, por meio da fantasia, um retrato da divisão irremediável de todo o sujeito falante e de sua posição de submissão ao Outro.

A fantasia refere-se ao momento em que o sujeito do significante surge. Trata-se do momento no qual o sujeito passa a ser representado por um significante primordial e, com isso, perde algo de seu ser. Esse instante corresponde ao que Freud chamou de recalque primário - *Uverdrängung* - e é correlativo ao surgimento da falta no Outro. A fantasia vem, então, como uma forma de o sujeito neurótico responder ao enigmático desejo do Outro, protegendo-se da falta desse Outro e, ao mesmo tempo, viabilizando um acesso ao gozo via falo. A construção fantasmática tenta resgatar aquilo que foi perdido, consistindo num “faz de conta” no sentido de tamponar a falta do Outro.

Conforme assinalamos, quando o enigma do desejo do Outro se instaura, a criança desloca-se do lugar de objeto e, dessa saída, resta algo que a fantasia tenta abarcar. Esse algo é o infantil, o qual aponta para a posição da criança na estrutura: seu lugar, estruturante, de falo materno. Essa posição deixa um traço infantil que fica recalcado, porém é indelével e sempre atuante no psiquismo, imprimindo marca a todas as escolhas e sintomas do sujeito.

Se não sabemos o que é uma criança, é que nós esquecemos a criança que fomos. Nos a esquecemos porque a recalamos. E essa amnésia é a prova de que não amamos estruturalmente aquela criança! E que está aí uma condição de efetuação da neurose. Essa observação faz constatar a invenção freudiana: no infantil é o que da criança não se desenvolve, porque se trata daquilo que o sujeito é como gozo ineliminável, irreduzível, que ele deve ao fato de ser falante. Não podendo separar-se dele, resta-lhe o recurso do recalamento que localiza o infantil como traço de perversão no fantasma, como meio de um ganho sobre o gozo no sintoma (SAURET, 1997, p. 62).

Se aquilo que a criança foi fica apagado da consciência, não se sabe, portanto, dizer o que é uma criança. Sabe-se apenas que há, na estrutura, um lugar que a criança tem que ocupar, o lugar de falo, e, na fantasia, a marca do que resta desse lugar, o infantil.

Considerações finais

No início deste trabalho, indicou-se que era preciso diferenciar infância, infantil e sujeito como forma de delimitar o que faz ou não parte do âmbito psicanalítico quando se trata de compreender o que é uma criança para a psicanálise.

Primeiramente, então, foi feito um levantamento histórico que nos conduziu à constatação de que nem sempre existiu a ideia de infância. Isso causa estranhamento, pois rompe com uma concepção teoricamente inquestionável que nos soa natural por ser tão evidente: a de que a vida humana é dividida em etapas - infância, adolescência, vida adulta e velhice - que possuem características específicas. Ao constatar que a infância, como a concebemos hoje, nem sempre existiu, distanciamos-nos, de saída, da ideia de que se trata de uma etapa natural da vida.

Saber que a infância é, como nos mostra Ariès (1973/1981), fruto de uma “descoberta” e de uma construção social, ideológica e econômica leva, conseqüentemente, à constatação de que a criança tampouco é um objeto natural. Tanto a concepção de infância que circula socialmente quanto as distintas formas de tentar definir a criança são efeitos de discurso. O discurso histórico evidencia que a infância é uma invenção da Modernidade que fez com que as crianças passassem a ter um lugar particular. Surge, assim, o significante criança como algo cultural e ideológico que atende aos ideais da burguesia em ascensão. Um desses ideais consistia na educação. Era preciso educar as crianças, instruí-las e adaptá-las, a fim de que não se corrompessem. Dessa forma, entre os séculos XVI e XVII, nasceu, juntamente com uma nova classe social, uma preocupação educativa que se impôs como prerrogativa à formação de adultos ditos adequados e convenientes.

Esse imperativo de educação, somado ao aparecimento de um interesse nunca antes existente em relação às crianças, favoreceu que elas se tornassem objetos de estudos. Uma série de discursos científico-sociais a respeito da criança, e também da infância, surgiu. Leis voltadas às crianças, psiquiatria infantil, sociologia da infância, pedagogia, pediatria e a própria psicologia infantil são alguns exemplos desses novos discursos que tentam, ainda hoje, abarcar com um saber específico aspectos relativos à particularidade da infância. Como assinala Prates (2006), o desenvolvimento desses saberes não foi algo negativo, pois trouxe conquistas importantes ao conhecimento humano de modo geral e viabilizou que os seres ditos crianças recebessem uma proteção a mais no mundo ocidental. Contudo, enquanto psicanalistas, sabemos o quanto essas tentativas de totalizar saberes, ou o que quer seja, são problemáticas, já que deixam de fora o sujeito do inconsciente.

Nesse sentido, recorreu-se especificamente à psicanálise para dar continuidade à presente pesquisa. Em Freud, nos deparamos com o quanto suas construções acerca da infância apontavam em direção distinta das ideias que permeavam a sociedade de seu tempo. Em uma época em que se afirmava que as crianças eram seres puros, assexuados e inocentes, o psicanalista revelou a “sexualidade infantil” como algo próprio do humano e afirmou que as experiências sexuais infantis deixam traços inapagáveis no psiquismo. Isso, em associação com a descoberta das fantasias psíquicas, fez com que Freud passasse a dar enorme valor à realidade psíquica enquanto determinante dos sintomas apresentados por seus pacientes. A partir de tais aspectos, consolidou-se na psicanálise freudiana a noção de infantil como marca indelével do psiquismo, associada à sexualidade infantil e às fantasias. Estabelece-se, assim, uma importante diferença entre infância, como etapa da vida, e infantil enquanto traço intrínseco e atuante no psiquismo.

A partir disso, fomos conduzidos à concepção de sujeito do inconsciente postulada por Lacan. Vimos que se trata de um efeito de linguagem, correlato à estrutura do inconsciente, cuja manifestação se dá no instante de uma pulsação que se faz reconhecer como um tropeço produzido na cadeia significativa. Esse sujeito, sobre o qual opera a psicanálise, é sem substância, não se desenvolve e não tem idade. Nesse sentido, pode-se afirmar que a criança, enquanto nome que se dá àquele que está na infância, é um ser falante igualmente dividido pelo significativo e inscrito no registro simbólico. A noção de sujeito, dessa forma, viabiliza que seja superada a divisão criança e adulto, não havendo, em termos analíticos, distinção entre eles. Para a psicanálise não se trata de uma criança ou de um adulto, trata-se, sim, do sujeito do inconsciente.

A esse sujeito atribui-se uma pergunta a respeito do lugar que ocupa na ordem simbólica. Com base nisso, nos remetemos à releitura que Lacan fez do complexo de Édipo freudiano, a qual se pode afirmar que consiste numa leitura estrutural do lugar simbólico ocupado pela criança na família. A criança quando nasce recebe um lugar simbólico na estrutura familiar. Está aí o que interessa à psicanálise: pensar a constituição do sujeito dentro dessa estrutura edípica composta por quatro elementos (criança, mãe, falo e pai). Tais elementos são as ferramentas com as quais a criança pode, e deve, operar a fim de posicionar-se na ordem da linguagem à qual é assujeitada por estrutura. O complexo de Édipo é, portanto, a forma como cada sujeito subjetiva o interdito que lhe é imposto de saída, isto é, a impossibilidade de acesso ao gozo.

A criança é tomada, no primeiro tempo do Édipo, no lugar de falo pela mãe e ocupa junto a ela essa posição. Trata-se de uma posição estrutural e também estruturante, essencial à constituição do sujeito e a seu percurso na estrutura. Todavia, em determinado momento, mais precisamente quando se dá conta da castração materna, a criança é convocada a posicionar-se em relação a esse

assujeitamento, tendo que “escolher”²² entre ser ou não o falo da mãe. Assim, com a instauração da Metáfora Paterna, a criança deixa de ser pura e simplesmente o objeto do desejo da mãe, acedendo à significação fálica. A partir disso, a relação com o Outro e com o gozo se modifica. A saída do lugar de objeto do Outro faz com que o sujeito deixe de estar submetido a um gozo Outro e possa orientar seu desejo, bem como assumir um posicionamento sexual.

Ser o falo não é, portanto, suficiente para responder ao enigma do desejo do Outro e a criança, em função disso, acaba por sair dessa posição. Tal saída deixa uma marca que consiste no operador essencial da clínica psicanalítica: o infantil. Para a psicanálise, o que está em causa em qualquer análise, seja de um sujeito socialmente denominado criança ou adulto, é sempre o infantil atuante no inconsciente de cada um. Toda a sintomatologia de um sujeito está ligada ao infantil, o qual é um resto de gozo que encontra lugar na fantasia. Essa, por sua vez, consiste em uma interpretação que cada sujeito constrói sobre ter ocupado o lugar de objeto para o Outro. Trata-se, no período da obra lacaniana que circunscrevemos, de uma montagem do imaginário pelo simbólico construída em torno do infantil.

Dessa forma, criança não é um conceito psicanalítico ou uma noção com a qual trabalha a psicanálise. As concepções de criança que circulam nos diferentes discursos social e historicamente construídos não são compartilhadas pela teoria psicanalítica, um psicanalista não opera com elas. O que importa no trabalho analítico, e se apresenta em uma análise, é justamente o infantil postulado por Freud, isto é, o lugar que todo sujeito ocupa na fantasia. Portanto, do ponto de vista psicanalítico, há, na estrutura, um lugar que a criança, ser assim denominado culturalmente, tem que ocupar, o lugar de falo, e, na fantasia, a marca do que resta desse lugar, o infantil.

A psicanálise funda-se sobre uma especificidade do infantil. Tal especificidade aponta, entre outros, para o aspecto fundamental de que a clínica psicanalítica faz-se baseada na divisão estrutural do sujeito entre o significante e o gozo, isto é, “seu foco é tanto um sujeito que não tem idade - o sujeito do inconsciente - quanto uma satisfação paradoxal que não se desenvolve - o gozo” (CIRINO, 2001, p. 50). Essa concepção psicanalítica derruba, para aqueles que nela se fundamentam, uma perspectiva desenvolvimentista, baseada em fundamentos cronológicos e orgânicos, pois se o inconsciente é atemporal não se pode conceber que nele exista a criança, significante que nomeia um ser em desenvolvimento. Derruba-se também a ideia da Modernidade segundo a qual o adulto seria o ideal último de perfeição a ser atingido. A fundamentação de um infantil atuante em todas as idades não é, portanto, compatível com a ideia de que a maturidade

²² *Escolher* está entre aspas atendendo a um alerta de Lacan feito no *Seminário 5* (1957-1958/1998, p. 192): “A fase a ser atravessada coloca o sujeito na posição de escolher. Ponham também esse escolher entre aspas, porque o sujeito é tão passivo quanto ativo nisso, pela simples razão de que não é ele quem manipula as cordinhas do simbólico. A frase foi começada antes dele, foi começada por seus pais”.

acabaria com os aspectos infantis presentes no psiquismo ou, também, de que esses devam de alguma forma ser extintos.

Lacan posiciona-se explicitamente contra a ideia de que o ideal adulto é algo a ser alcançado via trabalho analítico, colocando-a inclusive como algo que se opõe à ética da psicanálise. Na primeira lição do *Seminário 7* (1959-1960/1988), ao criticar e questionar o que chama de ideais analíticos, aqueles vinculados à psicologia do ego e à psicanálise como vinha sendo exercida pela IPA (International Psychoanalytical Association), Lacan expõe três ideais impossíveis de serem alcançados pela análise. Trata-se dos seguintes: ideal do amor humano (suposto capaz de modelar uma relação de objeto satisfatória), ideal da autenticidade (possibilidade de encontrar um ego harmonioso) e ideal da não dependência (profilaxia da dependência). É em relação ao último que Lacan situa, e critica, a ideia de que seria o sujeito adulto aquele desejável. Ele refere que os psicanalistas de crianças mais desavisados são tomados por esse ideal e, assim, operam em uma dimensão ortopédica cuja finalidade seria educar o paciente como forma de alcançar o ideal adulto posto no horizonte. Daí a ideia de uma profilaxia e também de uma ortopedia em relação às quais Lacan opõe, em termos éticos, a psicanálise.

Para finalizar, é válido lembrar que no período da obra lacaniana que delimitamos para trabalhar o que é uma criança para a psicanálise, isto é, até o fim dos anos 1950, a criança ocupa lugar de falo na estrutura. Como ainda não havia formulado a noção de objeto *a*, Lacan trabalhava pela via fálica, situando o falo como significante privilegiado da ordem estrutural da linguagem e do desejo humano. Nesse sentido, pode-se dizer que há, até a publicação dos *Escritos* (1966), uma teoria fálica da posição estrutural da criança.

Depois dessa data, quando Lacan já contava com o objeto *a*, houve uma reavaliação da Metáfora Paterna e da própria posição fálica da criança. Passa-se a situar a criança como objeto *a*, como aquilo que do sujeito não é significante. No texto *Nota sobre a criança* (1969), essa outra possibilidade de posicionamento da criança fica explícita: “A criança *realiza* a presença do que Jacques Lacan designa como objeto *a* na fantasia” (LACAN, 1969/1998, p. 370, *italico do autor*). Nesse sentido, todo sujeito, na fantasia, coloca-se como criança.

Abre-se, com isso, uma nova via para pensar a criança na psicanálise. A perspectiva da criança como objeto *a* aponta para além da vertente estrutural da linguagem, conduzindo a pensar o que é uma criança para a psicanálise a partir do campo do gozo. Abre-se, além disso, a possibilidade de pensar a respeito do lugar ocupado pelos sujeitos na contemporaneidade.

Em um mundo transformado pela ciência e pelo capitalismo, os sujeitos são tomados como objetos do saber científico, um saber que tende a suturar o sujeito, anulando as subjetividades. Tendo isso como referência, bem como o posicionamento estrutural infantil de objeto, Lacan menciona, em *Alocução sobre as psicoses da criança* (1967), a ideia de uma “infância generalizada” e

faz uso da expressão “criança generalizado” para aludir aos efeitos danosos advindos dos discursos que dominam a sociedade atual. Assim, lembrando que a psicanálise sustenta a ideia fundamental de um não apagamento do sujeito, faz-se importante questionar: o que pode o discurso psicanalítico frente à objetalização dos sujeitos vigente no mundo atual?

Referências Bibliográficas

ARIÈS, P. (1973) *História social da criança e da família*. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.

BERCHERIE, P. (1983) A clínica psiquiátrica da criança. In: CIRINO, O. *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.129- 143.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 14 jul. 2012

BROUSSE, M. H. As interpretações lacanianas do Complexo de Édipo freudiano. *Arquivos da Biblioteca*, nº 1, p.55- 69, nov. 1997.

CABAS, A. G. *O sujeito na Psicanálise de Freud a Lacan: Da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

CIRINO, O. *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CORSARO, W. *A Sociologia da infância*. Tradução Lia Gabriele R. Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DONZELOT, J. (1977/1980) A polícia das famílias. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

EVANS, D. *Diccionario introductorio de psicoanálisis laciano*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

FARIA, M. R. *Constituição do sujeito e estrutura familiar - O complexo de Édipo de Freud a Lacan*. Taubaté: Cabral - Editora e Livraria Universitária, 2003

FERRETTI, M. C. G. *O infantil: Lacan e a modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FINK, B. (1995) *O sujeito laciano entre a linguagem e o gozo*. Tradução Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FOUCAULT, M. (1976) *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREUD, S. (1894) As neuropsicoses de defesa. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. III, p.51- 72.

_____. (1895) Estudos sobre a histeria. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. II

_____. (1896) A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. III, p.139- 155.

_____. (1896) A etiologia da histeria. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. III, p.185- 215.

_____. (1898) A sexualidade na etiologia das neuroses. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. III, p.247 - 270.

_____. (1899) Lembranças encobridoras. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. III, p.283- 304.

_____. (1900) A interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vols. IV e V.

_____. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. VII, p.117 - 231.

_____. (1908) Sobre as teorias sexuais das crianças. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. IX, p.187- 204.

_____. (1909) Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. X, p. 12 - 133.

FREUD, S. (1914) A história do movimento psicanalítico. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XIV, p.13- 73.

_____. (1915-1916) Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte III). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XVI, p.325- 378.

_____. (1917) Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XVII, p.144- 153.

_____. (1918 [1914]) História de uma neurose infantil. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XVII, p.13 - 127.

_____. (1919) Uma criança é espancada - Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XVII, p.193- 218.

_____. (1920) Além do princípio de prazer. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XVIII, p.12- 75.

_____. (1923) A organização genital infantil (uma interpolação na teoria da sexualidade). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XIX, p.153- 161.

_____. (1923) O Ego e o Id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XIX, p.33- 40.

_____. (1933) Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XXII, p.63- 84.

_____. (1950 [1892-1899]) Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. I, p. 217- 331.

GIANESI, A. P. L. *Causalidade e desencadeamento na clínica psicanalítica*. São Paulo: Annablume, 2011.

HARTMANN, A. *En busca del niño en la estructura - Estudio psicoanalítico de la infancia y su patología*. Buenos Aires: Manantial, 1993.

JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995

JORGE, M. A. C. *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, v.1.

JÚNIOR, J. O. B. *O estádio do espelho de Jacques Lacan: gênese e teoria*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LACAN, J. (1932) *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Tradução Aluísio Mendes, Marco Antonio Coutinho Jorge, Potiguara Mendes da Silveira Jr. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. (1948) A agressividade em psicanálise. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.104- 126.

_____. (1949) O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.96- 103.

_____. (1950) Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.127- 151.

_____. (1953) Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.238- 324.

_____. (1953-1954) *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Versão brasileira de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

_____. (1954-1955) *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Versão brasileira de Marie Christine Laznik Penot e Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LACAN, J. (1955) O seminário sobre “a carta roubada”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.13- 66.

_____. (1955-1956) *O seminário, livro 3: as psicoses*. Versão brasileira de Aluísio Menezes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. (1956) De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.537- 590.

_____. (1956-1957) *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Versão brasileira de Dulce Duque Estrada e Angelina Harari. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. (1957) A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.496- 533.

_____. (1957-1958) *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Versão brasileira de Vera Ribeiro e Marcus André Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. (1958a) A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.591- 652.

_____. (1958b) A significação do falo. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.694- 703.

_____. (1959-1960) *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Versão brasileira de Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. (1967) Alocução sobre as psicoses da criança. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.359- 368.

_____. (1969) Nota sobre a criança. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.369- 370.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. (1982) *Vocabulário da Psicanálise*. Tradução Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fonte, 1998.

LAURENT, E. (1991) Existe um final de análise para as crianças. In: *Opção lacaniana*, nº 10, p.24-33, abril/junho, 1994.

MARCHI, R. de C. *Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a “não-criança” no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARIANTE, I. S. *Considerações sobre o infantil na obra freudiana*. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MUÑOZ, L. G. La nueva sociología de la infancia: aportaciones de una mirada distinta. In: *Política y Sociedad*, v. 43, nº 1, p.9- 26, 2006.

OGILVIE, B. Lacan- *La formación del concepto de sujeto*. Traducción Irene Agoff. Buenos Aires: Nueva Visión, 2010.

PACHECO FILHO, R. A. (2000) O método de Freud para produzir conhecimento: revolução na investigação dos fenômenos psíquicos? In: *Ciência, Pesquisa, Representação e Realidade em Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo: EDUC, 2000, p.235- 270.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRATES, A. L. *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PROUT, A. Reconsiderando a nova sociologia da infância. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, nº 141, p.729- 750, set./dez. 2010.

QUINET, A. *A descoberta do inconsciente – Do desejo o sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. In: *Educação e Pesquisa*, v. 36, nº 2, p. 631- 643, maio/ago. 2010.

ROUSSEAU, J. J. (1762) *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SAURET, M. J. *O infantil & a estrutura*. São Paulo, Escola Brasileira de Psicanálise,

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, nº 112, p.7- 31, março/2001.

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. 20 de Novembro de 1959. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf>. Acesso em 12 jul. 2012.

UNICEF. *Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança*. 20 de novembro de 1989. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em 12 de Jul. de 2012.

VALAS, P. O que é uma criança? In: *A criança no discurso analítico*. Organização: Judith Miller, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p.141- 146.

ZAFIROPOULOS, M. (2001) *Lacan y las ciencias sociales - La declinación del padre (1938-1953)*. Traducción Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Vision, 2002.

_____. (2003) *Lacan y Lévi-Strauss o el retorno a Freud (1951-1957)*. Traducción Horacio Pons. Buenos Aires: Manantial, 2006.